The background of the cover is a photograph of an industrial facility, possibly a refinery or steel mill, during sunset. The sky is a deep orange and yellow, with silhouettes of tall chimneys and complex metal frameworks. The lighting creates a dramatic, high-contrast scene. The title text is overlaid on a dark horizontal band across the middle of the image.

# **A ECONOMIA NORTE FLUMINENSE**

**Análise da Conjuntura e Perspectivas**

**Alcimar das Chagas Filbeiro**

Alcimar das Chagas Ribeiro

A Economia Norte Fluminense  
"Análise da Conjuntura e Perspectivas"

3ª edição

Campos dos Goytacazes, abril de 2014  
Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima

## **Agradecimentos**

A minha esposa Magda  
e as minhas filhas  
Erica e Daniella.

As bolsistas:  
Thays Lacerda,  
Jéssyca Castilho e  
Daniely Marques.

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO 1:

Introdução

\* A Conjuntura Econômica Nacional

\* A Conjuntura Econômica Estadual

## CAPÍTULO 2:

A região Norte Fluminense (Estrutura e Riqueza)

## CAPÍTULO 3:

A atividade Agrícola

## CAPÍTULO 4:

As atividades Comercial, Industrial e de Serviços

## CAPÍTULO 5:

Emprego na região Norte Fluminense

## CAPÍTULO 6:

Operações Bancárias

## CAPÍTULO 7:

A Estrutura Orçamentária Regional

## CAPÍTULO 8:

Perspectiva Regional

Bibliografias

## PREFÁCIO

O Governo de Campos dos Goytacazes, consolidando a parceria com a Pró-Reitora de Extensão da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, tem prazer de promover o lançamento da 3ª edição do livro *“A Economia Norte Fluminense: análise da conjuntura e perspectivas”*. O projeto, conforme já reafirmado, é de extrema relevância enquanto ferramenta essencial para o aprofundamento do conhecimento sobre a conjuntura econômica regional. Como sabemos, a informação é um insumo fundamental para o planejamento de estratégias de negócios no setor privado e, sobretudo, para a formulação de políticas públicas, tão necessárias a este território que se constituiu como sede de projetos estruturantes de relevância nacional e internacional.

O livro reúne dados importantes sobre a economia da região e com muita sutileza constrói análises sobre temas relevantes, tais como: conjuntura econômica; PIB; valor adicionado fiscal; operações bancárias; atividade agrícola; emprego formal e execução orçamentária no contexto da região.

Para nós, gestores públicos conscientes da necessidade de pensar o município integrado a região, a iniciativa de construção do presente material é gratificante. Por isso, nos alegra o estabelecimento da parceria com a finalidade de viabilizar, financeiramente, esse projeto que, efetivamente, vai contribuir na disseminação de informações importantes para toda a região.

Quero dizer que além das empresas e governos, as organizações não governamentais e o conjunto da população poderá melhor conhecer o seu município, além de ter informações sobre as oportunidades e os problemas relacionados ao seu cotidiano.

Para Campos dos Goytacazes, a obra terá uma utilidade relevante na identificação das forças e das fraquezas do município. Com o diagnóstico mais apurado, poderemos formular ações importantes, dirigidas para potencializar os pontos fortes e minimizar os pontos fracos, construindo condições socioeconômicas mais adequadas para população.

Paralelamente, entendo que esta parceria caminha para o fortalecimento dos laços de integração governo / universidade e, conseqüentemente, no auxílio

a projeção mais segura de um futuro promissor, no que diz respeito, a geração e distribuição de riqueza de forma sustentável.

Considerando ser esta obra o produto da importante parceria entre a Prefeitura de Campos dos Goytacazes e Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, desejamos uma boa leitura e um ótimo aproveitamento desta nova edição.

*Rosinha Garotinho*

*Prefeita do município de Campos dos Goytacazes*

# CAPÍTULO 1

## INTRODUÇÃO

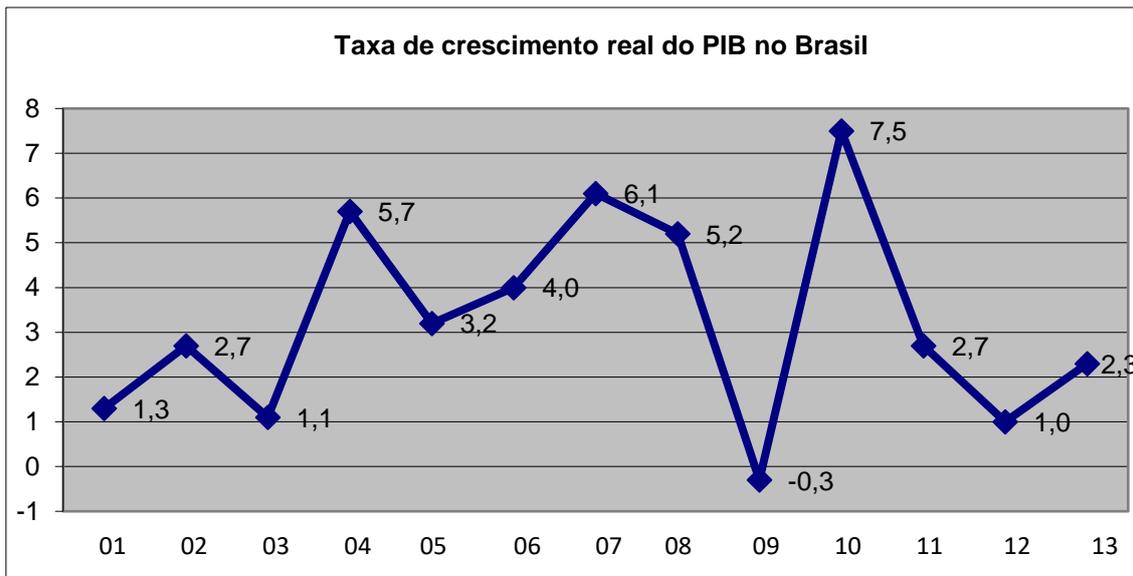
O foco da presente análise tem como base a região Norte Fluminense. Entretanto, entendemos que a formação e consolidação de sua estrutura econômica regional dependem dos estímulos da trajetória da conjuntura econômica nacional e estadual. Neste caso, verificar a dinâmica econômica relativa à essas esferas é essencial, tendo em vista seus reflexos no processo de planejamento de questões essenciais de apoio as decisões dos agentes econômicos e a possibilidade de uma melhor análise e interpretação do futuro da mesma região.

### **A conjuntura econômica nacional**

As contribuições oriundas da trajetória econômica nacional, neste caso, serão identificadas através da evolução do Produto Interno Bruto (PIB), da movimentação do Comércio Exterior e da Formação Bruta do Capital Fixo.

#### ***Produto Interno Bruto (PIB)***

No que diz respeito à evolução do PIB, podemos verificar que as reformas implementadas nos anos noventa, relativas à estabilização dos preços, à abertura comercial e financeira, assim como, às relacionadas ao programa de privatização, não foram capazes de inibir o baixo ritmo de crescimento econômico. Nos últimos treze anos, o crescimento econômico tem variado em períodos de crescimento seguido por períodos de desaceleração. Os dados das Contas Nacionais para o período recentes de 2001 a 2013 da taxa de crescimento do PIB real são apresentados na figura 1.1 a seguir:



*Figura 1.1: Taxa de crescimento do PIB real da economia brasileira*

Fonte: IBGE – Contas Nacionais.

É importante considerar nesse processo os impactos da crise financeira americana no final de 2008 e suas consequências na desorganização da economia europeia posteriormente. No período de 2004 a 2008, o crescimento médio do PIB brasileiro atingiu uma média de 4,8% ao ano, sendo negativado em 2009. A situação externa, sem dúvidas, teve um peso importante para o baixo crescimento nos anos posteriores. No período de 2009 a 2013, a taxa média mensal de crescimento alcançou somente 2,6%. As previsões do FMI para o crescimento do PIB brasileiro no quadriênio 2010 a 2013 indicavam taxas esperadas de 7,5% para 2010 com desaceleração para 3,8% em 2011; 3,6% em 2012 e 2,5% para 2013. As taxas efetivadas ficam abaixo da previsão com exceção do ano de 2010. Para o ano de 2014, as taxas de crescimento esperadas não são nada animadoras. O levantamento prévio apurado em janeiro pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), indicou um crescimento de 1,26% em relação ao mês anterior.

Outro aspecto importante verificado, diz respeito à transformação da própria estrutura produtiva brasileira. As mudanças mais acentuadas são relativas ao declínio da participação da indústria e a evolução da participação do setor de serviços no PIB total. Os dados do IBGE indicam que em 1990, a indústria apresentava uma participação de 33,0% no PIB total, a qual declinou para 26,3% em 2012. Por outro lado, o setor de serviços avançou a sua

participação de 60,1% em 1990 para 68,5% em 2012. A implicação fundamental é que o setor industrial apresenta uma importante característica para alavancar outros setores da economia. A perda de importância relativa na estrutura produtiva total representa um sério problema para a consolidação das cadeias produtivas e, conseqüentemente, para a ampliação da oferta agregada que alimenta o emprego e renda.

Outra observação, diz respeito ao avanço da indústria extrativa em detrimento da indústria de transformação. Esse processo tem materializado um traço marcante nas regiões sede dos importantes investimentos exógenos que tem como âncora recursos naturais. Parcela significativa da riqueza gerada foge para outras regiões centrais, enquanto o ambiente gerador, além de não evoluir na mesma proporção do crescimento da riqueza, absorve fortemente as externalidades negativas do processo.

### **Comércio Exterior**

Um outro indicador importante diz respeito a movimentação brasileira no comércio exterior. Neste caso, verificamos a trajetória das operações de exportação, importação e o saldo comercial em um período de onze anos.

A tabela a seguir apresenta uma série histórica, compreendida pelo período de 2003 a 2011, com a apresentação das operações de exportação, importação e saldo do comércio exterior brasileiro.

Tabela 1.1: Resultado da Balança Comercial do Brasil em US\$ bilhões

<b>Ano</b>	<b>Exportação</b>	<b>Importação</b>	<b>Saldo</b>
2003	73,2	48,3	24,9
2004	96,6	62,8	33,8
2005	118,5	73,6	44,9
2006	137,5	91,4	46,1
2007	160,6	120,6	40,0
2008	197,9	173,2	24,7
2009	153,0	127,6	25,3
2010	201,9	181,6	20,3

2011	256,0	226,2	29,8
2012	242,5	223,2	19,4
2013	242,2	239,6	2,6

Fonte: MDIC

Como resultado da trajetória das operações de exportação e importação, observamos um crescimento importante do saldo da balança comercial no período entre 2003 a 2007. O saldo comercial médio anual alcançou US\$37,94 bilhões, em função da pressão evolutiva das exportações.

Já no período entre 2008 a 2013, as importações exerceram uma maior pressão, declinando o saldo comercial médio anual para US\$20,35 bilhões. Essa involução representou uma queda de 46,4% no saldo médio anual nesse segundo período de operações da Balança Comercial.

### ***Formação Bruta do Capital Fixo***

O terceiro indicador analisado, a Formação Bruta do Capital Fixo - gasto de Investimento sobre o PIB - representa um importante indicador da economia brasileira e define a taxa de crescimento. Na série histórica analisada, verificamos uma trajetória de crescimento na taxa de investimento no período 1990 a 1994. Neste último ano, a taxa alcança um nível expressivo de 20,7% que permaneceu como a maior taxa entre os 23 anos da série analisada. A partir de 1995, observamos uma trajetória de queda da taxa que se prolongou até 2007. O período de 2008 a 2012, é um momento de recuperação do investimento nos padrões dos primeiros cinco anos da década de noventa.

Para uma melhor visão temporal sobre a taxa de investimento no Brasil, podemos indicar que a média anual na década 1991 a 2000, atingiu 17,88%. Já na década seguinte, nos anos de 2001 a 2010, verificamos uma desaceleração da taxa média que atingiu 17,12%. Nos dois anos da década recente, 2011 e 2012, a média voltou a acelerar e bateu 18,7%.

A figura 1.2 apresenta a trajetória da taxa de Formação Bruta do Capital Fixo no PIB para o período entre 1991 a 2012.

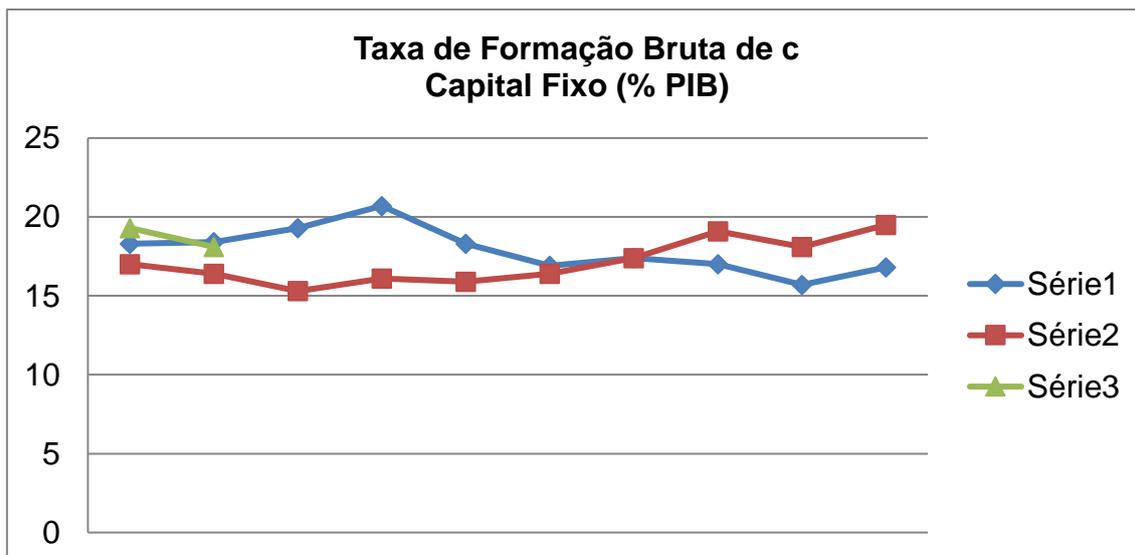


Figura 1.2: Formação Bruta do Capital Fixo (% PIB)

Série 1: corresponde aos anos 1991 a 2000

Série 2: corresponde aos anos 2001 a 2010

Série 3: corresponde aos anos 2011 a 2012

Fonte: IBGE – Contas Nacionais

No contexto da presente análise, se faz necessário observar o panorama da conjuntura internacional, fundamentalmente, a crise financeira americana em 2008 e seus desdobramentos na crise da Europa em 2011. Apesar da sensação de tranquilidade sentida no país frente essas crises, no médio prazo os reflexos iriam se aprofundar. O governo inicialmente buscou proteger o emprego com incentivo ao consumo interno, através da redução e eliminação de impostos, além da redução de juros ao consumidor, mas a conta veio e se materializou na aceleração da inflação, no aumento do juros, na desaceleração do saldo da Balança Comercial e no baixo crescimento econômico que terá impacto direto na desaceleração do nível de investimento privado nos próximos anos.

## A conjuntura econômica estadual

No contexto da conjuntura econômica estadual, foram considerados para o processo de análise, os indicadores relativos à trajetória do PIB, do emprego formal e do investimento.

### ***Produto Interno Bruto***

Sobre a evolução do PIB, pesquisa do economista Mário Osório já tinha verificado que entre 1970 a 2008, o Estado do Rio de Janeiro apresentou a pior evolução econômica no cenário das unidades federativas brasileiras, com uma perda de participação relativa do PIB em torno de 32,2%.

Avaliando a trajetória da participação do PIB estadual no PIB do Brasil, nos últimos doze anos, observamos uma tendência de queda. Em 2001, o PIB estadual representava 11,68% no PIB do país, declinando para uma participação de 10,80% em 2012. Nessa série, observamos que a taxa de participação em 2012 atingiu o menor nesses doze anos.

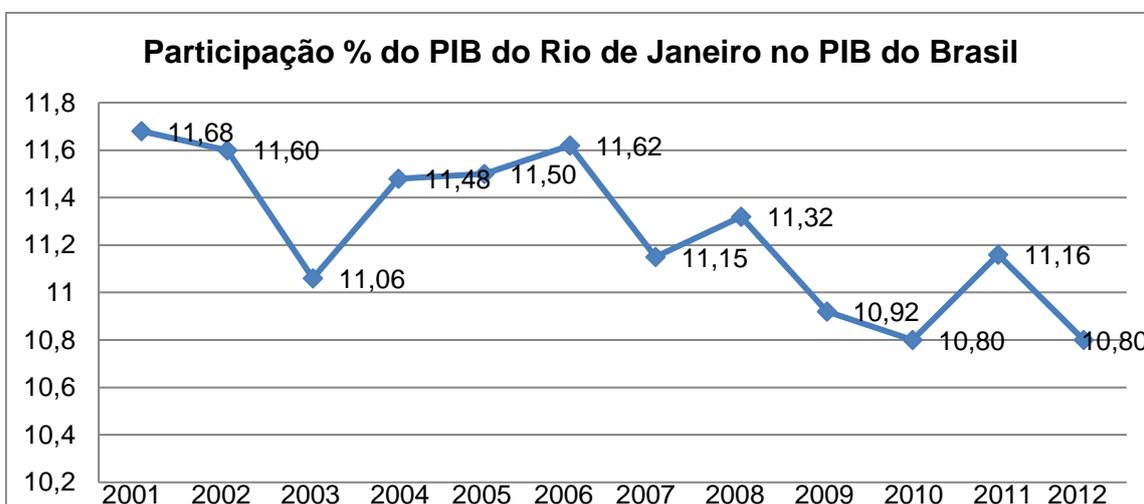


Figura 1.3: Participação do PIB do estado no PIB do país

Fonte: IBGE

### ***Emprego Formal***

Em relação à trajetória do emprego formal, o mesmo economista indica que o estado Rio de Janeiro apresentou um crescimento de 52,6% no período

de 1985 a 2010, enquanto o crescimento do emprego no país foi de 115,1%, ou seja, uma taxa de crescimento superior a duas vezes a taxa de crescimento do estado.

Nos anos de 2011 a 2013, o emprego formal entrou numa curva declinante tanto no país como no estado do Rio de Janeiro. Em 2011, o estado gerou um saldo de 168.153 empregos, equivalentes a 10,7% do saldo gerado no país. Em 2012, o saldo no estado declinou para 105.653 empregos, porém aumentou a sua participação relativa para 12,2% do saldo gerado no país. Em 2013, o saldo no estado declinou ainda mais para 63.679 com uma participação relativa de 8,7% do saldo gerado pelo país.

### ***Emprego Industrial***

Dado a importância da atividade industrial, analisamos a evolução do emprego neste setor. No período mais recente de 2003 a 2013, observamos uma variação anual de aceleração e desaceleração do emprego na atividade industrial em relação ao emprego total no estado. Comparando com o mesmo indicador do país, apesar de ter uma participação inferior, pode-se observar que o estado foi menos impactado no período analisado, inclusive passando melhor pela crise financeira de 2008 nos Estados Unidos.

Observe no gráfico a seguir que em 2009, os reflexos da crise castigaram fortemente o emprego na indústria brasileira, cuja participação despencou de 12,30% no ano anterior para 1,09% em 2009. No estado do Rio, esta taxa caiu de 11,95% para 6,29%, se recuperando em 2010 e voltando a cair em 2011. Nos dois anos seguintes, a participação do emprego na indústria subiu no estado, não pelo fortalecimento desta atividade econômica, e sim pela desaceleração das outras atividades, fato que derrubou fortemente o saldo de emprego total.



Figura 1.4: Participação do emprego na indústria no emprego total

Fonte: MTE

Já na comparação entre a participação do emprego no setor de serviços com o emprego total, o estado apresentou taxas de participação mais robustas do que as taxas do país. Em 2009, o estado apresentou a maior participação no período analisado. O emprego no setor de serviços representou 61,42% do emprego total, taxa que declinou para o nível de 55,28% em 2010; 51,11% em 2011 e 48,8% em 2012, voltando a subir para 55,19% em 2013.

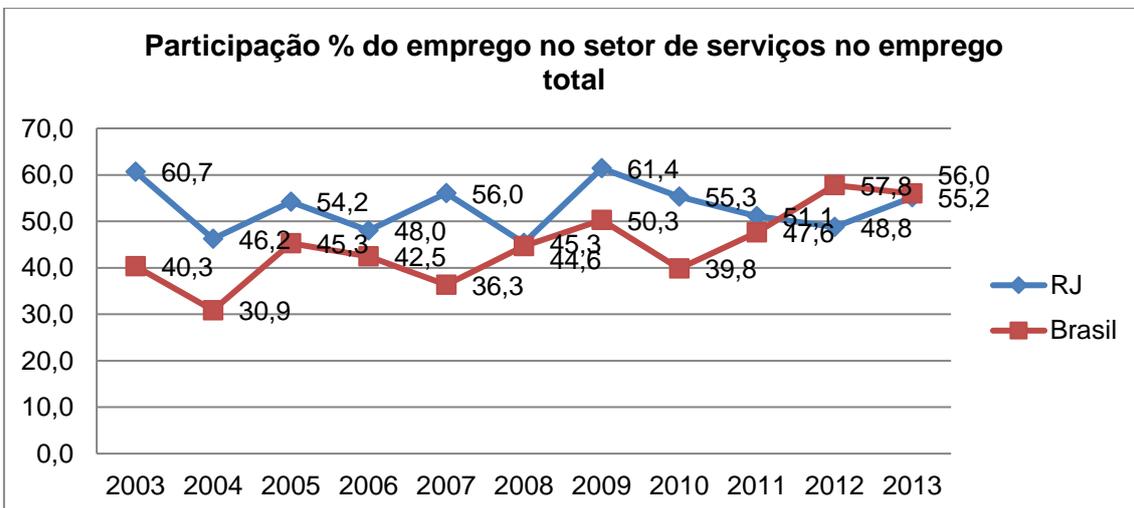


Figura 1.5: Participação do emprego no setor serviço no emprego total

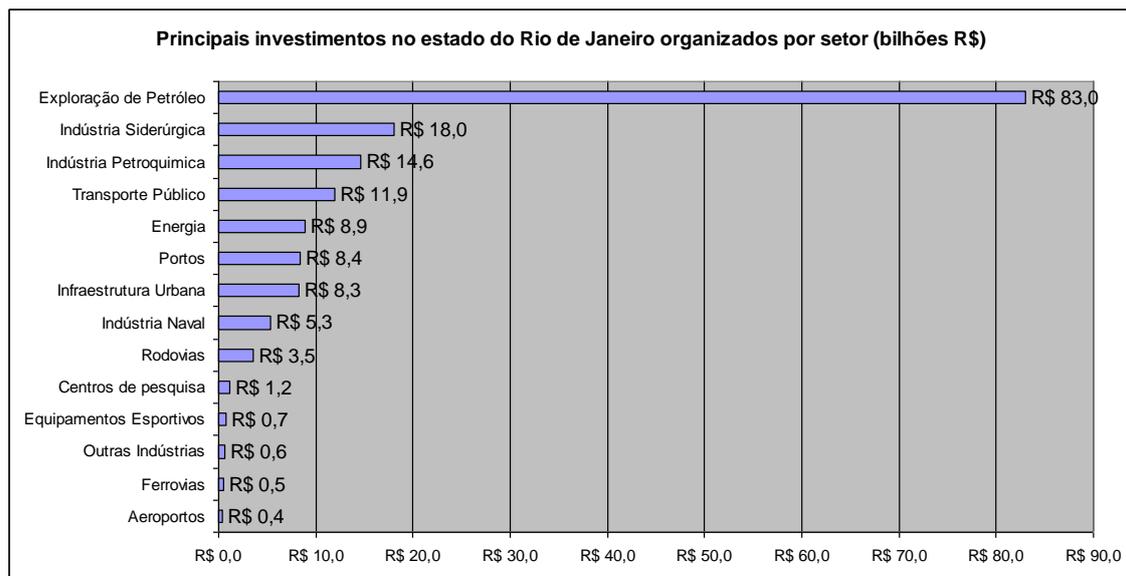
Fonte: MTE

As considerações finais a respeito da análise da conjuntura nacional e estatal nos remetem a uma certa preocupação em relação à falta de dinâmica

do nível de investimento do governo federal, que reflete na baixa taxa de crescimento econômico. Conseqüentemente, a mudança na estrutura produtiva em função da perda de participação do PIB industrial e do aumento do PIB do setor de serviços no PIB total, indicam problemas de competitividade da indústria brasileira. A inserção do país no comércio exterior ainda é muito focada na exportação de commodities, exigindo urgência no desenvolvimento de processos industriais com maior componente tecnológico, possibilitando a produção e exportação de produtos de maior valor agregado.

Naturalmente, este quadro reflete na conjuntura econômica estadual. Conforme verificado, o estado perdeu participação no PIB nacional e o emprego formal no setor industrial perdeu participação no emprego total, enquanto o emprego no setor de serviços ganhou participação no emprego total. Como na conjuntura do país, fica evidente que a perda de importância da atividade industrial se constitui em um problema, já que a atividade industrial é responsável pela formação de elos fundamentais das cadeias produtivas que potencializam a oferta agregada com reflexos na geração de emprego e renda.

A expectativa de diversos segmentos empresariais e políticos é de que os investimentos previstos e em andamento no estado do Rio de Janeiro podem interromper esse ciclo de fragilidade econômica. Apesar da fraca evolução econômica do estado do Rio de Janeiro, durante um longo período de tempo, esses setores acreditam que existem reais possibilidades de reversão desse quadro, dado o fluxo de capitais em direção às regiões do estado. A figura publicada do livro Rio a Hora da Virada (pág. 43) apresenta os principais investimentos no estado do Rio de Janeiro até 2016.



*Figura 1.6: Principais investimentos no estado do Rio de Janeiro organizados por setor (bilhões de R\$)*

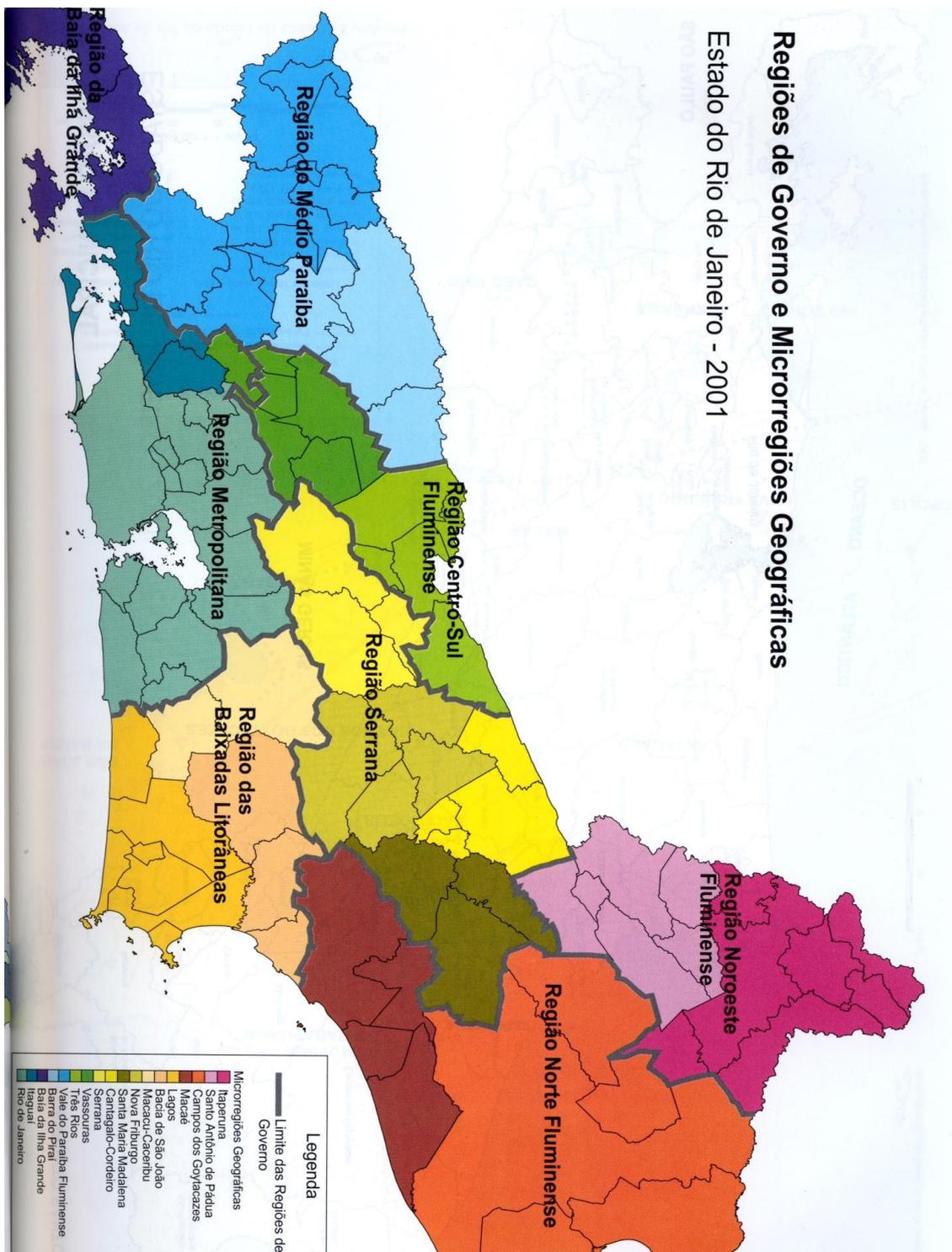
*Fonte: Rio à hora da virada*

O robusto volume de investimentos pode permitir ao estado experimentar uma dinâmica trajetória de crescimento econômico, porém, é importante acentuar a necessidade de formulação de políticas públicas no sentido de preparar a infraestrutura social e econômica, de forma que o crescimento econômico não se verifique de forma concentrada e não se constitua num fator de exclusão social e empobrecimento de uma parcela substantiva da população. A região metropolitana do Rio de Janeiro se constitui em um bom exemplo, já que apesar de contar com importantes investimentos, especialmente, no setor petrolífero, apresenta uma forte concentração da riqueza na capital, com acentuação clara da pobreza nos outros municípios vizinhos.

Conforme podemos verificar na figura acima, o montante de investimento destinado à atividade de exploração de petróleo representa 50,21% do total. Mesmo sendo evidente a sua importância econômica, trata-se de uma atividade baseada na exploração de recursos naturais, a qual não tem garantido uma dinâmica suficiente a economia regional, no sentido da geração de novos negócios, emprego e renda. Aliás, como já relatado, o estado produtor de aproximadamente 85% do petróleo do país, apresentou uma perda de participação relativa no PIB nacional nos últimos anos.

## CAPÍTULO 2

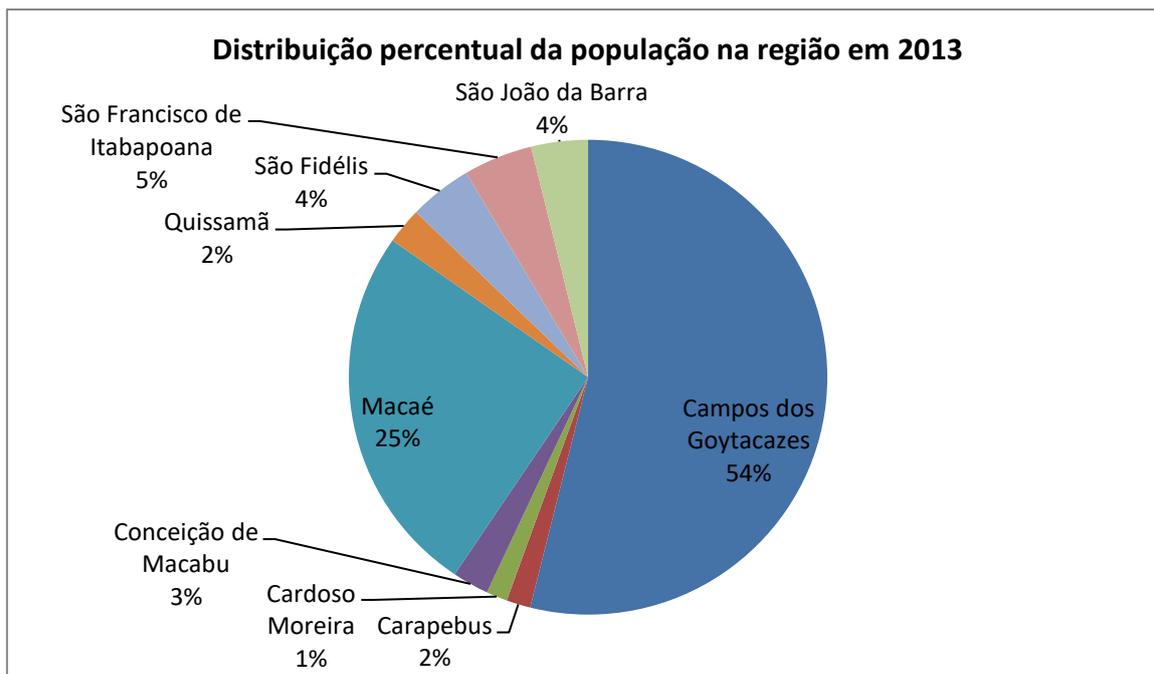
### A REGIÃO NORTE FLUMINENSE: Estrutura e Riqueza



A região Norte Fluminense é constituída por nove municípios: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

Com uma população estimada em 2013 pelo IBGE (Instituto de Geografia e Estatística) em 885.372 habitantes, ou 5,47% da população do Estado do Rio de Janeiro, a região contabilizou um Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes em 2011 de R\$ 62.085.899 (sessenta e dois bilhões, oitenta e cinco milhões e oitocentos e noventa e nove mil reais) e um PIB per capita de R\$ 72.101,60 (setenta e dois mil, cento e um reais e sessenta centavos).

A distribuição percentual da população na região é apresentada na figura a seguir. O município de Campos dos Goytacazes, com a maior população estimada em 2013, registrou uma estimativa de 477.208 habitantes ou o equivalente a 53,9% da população total da região. O segundo município mais populoso da região é Macaé, cuja estimativa de população somou 224.442 habitantes ou o equivalente a 25,4% da população total da região. Os outros municípios; São Francisco de Itabapoana com 41.397 habitantes, São Fidélis com 37.717 habitantes, São João da Barra com 33.951 habitantes, Conceição de Macabu com 21.848 habitantes, Quissamã com 21.806 habitantes, Carapebus com 14.408 habitantes e Cardoso Moreira com 12.599 habitantes, completam o quadro que relaciona o conjunto de habitantes por municípios na região.



*Figura 2.1: Distribuição percentual da população na região – estimativa 2013*

*Fonte: IBGE*

A figura a seguir apresenta a distribuição percentual do PIB em 2011 na região. O município de Campos dos Goytacazes, com um PIB de R\$ 37,2 bilhões, apresenta a maior participação percentual ou 59,9% do PIB total da região. O município de Macaé, com um PIB de R\$ 12,6 bilhões, apresenta uma participação de 20,2% do PIB da região. Os outros municípios; São João da Barra com um PIB de R\$ 5,9 bilhões, Quissamã com um PIB de 4,0 bilhão, São Francisco de Itabapoana com um PIB de 748,5 milhões, São Fidélis com um PIB de R\$ 451,2 milhões, Carapebus com um PIB de R\$ 795,5 milhões, Cardoso Moreira com um PIB de R\$ 131,7 milhões e Conceição de Macabu com PIB de R\$ 213,9 milhões completam o grupo de municípios e seus respectivos indicadores de riqueza.

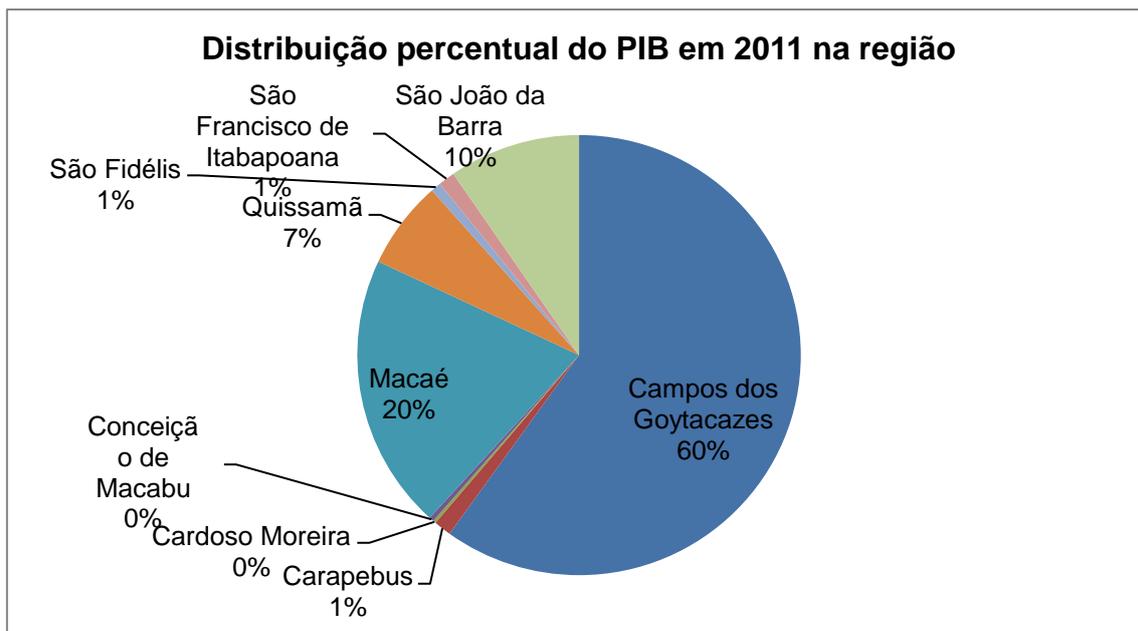


Figura 2.2: Distribuição percentual do PIB na região Norte Fluminense em 2011

Fonte: IBGE

Os valores do PIB per capita para os municípios da região são apresentados na figura a seguir. Quissamã apresenta o maior valor ou R\$ 193.740,97 per capita, seguido por São João da Barra com R\$ 179.908,25 per capita e Campos dos Goytacazes com R\$ 79.484,77 de PIB per capita. Complementam o conjunto de municípios na ordem decrescente de valor: Macaé com R\$ 59.116,45 per capita, Carapebus com R\$ 58.077,24 per capita, São Francisco de Itabapoana com R\$ 18.093,54 per capita, São Fidélis com R\$ 11.999,65 per capita, Cardoso Moreira com R\$ 10.453,77 per capita, e Conceição de Macabu com R\$ 9.986,92 per capita.

Naturalmente os valores relativos ao PIB per capita nos municípios produtores de petróleo (Quissamã, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Macaé e Carapebus), devem ser analisados com certa cautela, já que não representam rigidamente a riqueza gerada em seus sistemas econômicos. As rendas oriundas da atividade petrolífera em alto mar compõem o valor do PIB desses municípios, confundindo de sobremaneira o conceito de riqueza consagrado na literatura econômica.

A figura a seguir apresenta os valores de PIB per capita para os nove municípios da região Norte Fluminense no ano de 2011.

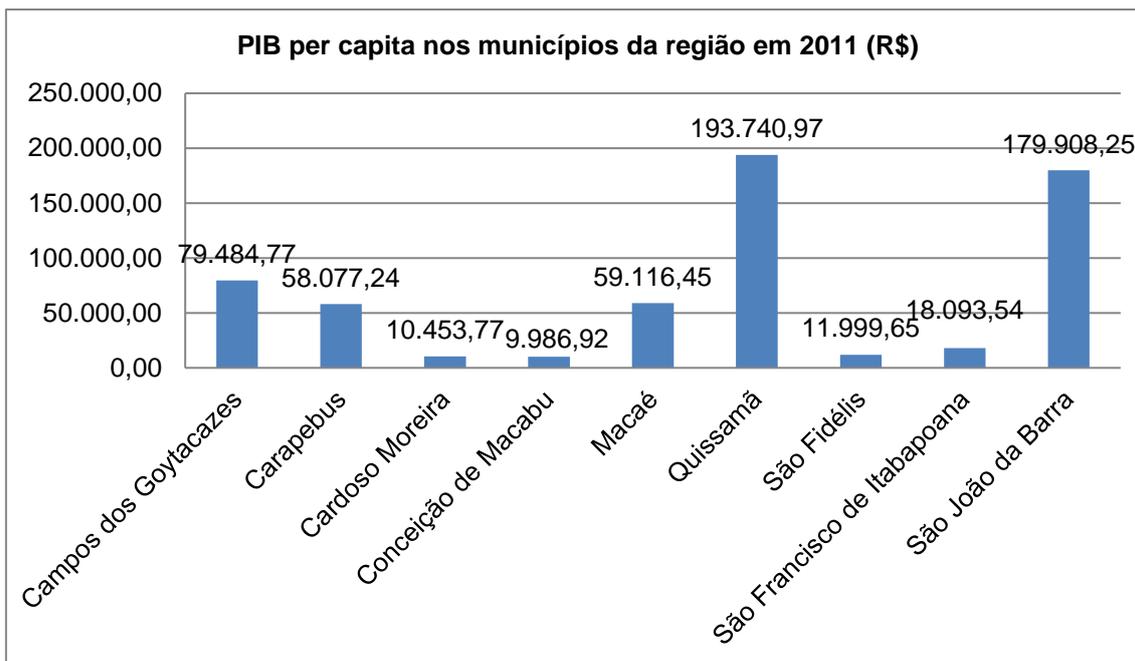


Figura 2.3: PIB per capita nos municípios da região Norte Fluminense em 2011

Fonte: IBGE

### Composição do PIB no município de Campos dos Goytacazes

O PIB em 2011 no município de Campos dos Goytacazes apresentou a seguinte composição, conforme a tabela a seguir:

Tabela 2.1: Composição do PIB a preços correntes em 2011 no município de Campos dos Goytacazes (em 1.000 R\$)

Valor adicionado bruto da agropecuária	119.870
Valor adicionado bruto da indústria	28.631.330
Valor adicionado bruto dos serviços	7.613.534
Impostos sobre produtos líquidos	841.058
PIB a preços correntes	37.205.791

Fonte: IBGE

A composição do PIB em Campos dos Goytacazes acentua a relevância da atividade industrial impulsionada pela atividade petrolífera, cuja participação atingiu 76,95% do PIB total. O setor de serviços apresentou uma participação de 20,46% e o setor agropecuário 0,32% do PIB total.

A trajetória do PIB no período 2001 a 2011 é apresentada na figura a seguir, indicando a importância das rendas do petróleo e gás na formação do valor. Eventos como o início da produção em novos poços, aumento do preço do petróleo no mercado internacional e aumento da produção em poços já em operação, impactam potencialmente no valor do PIB, conforme pode ser verificado em 2005, 2006, 2008 e 2011. A queda em 2009 teve como reflexo a crise financeira americana no final de 2008 que levou, especialmente, as empresas estrangeiras que operam no país a desacelerar o ritmo dos seus investimentos no ano seguinte.

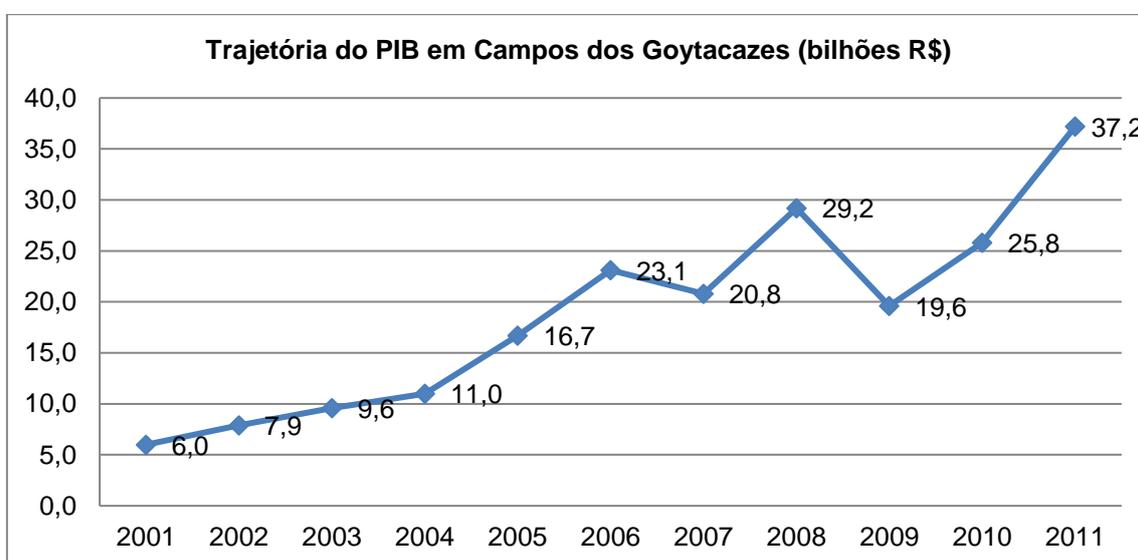


Figura 2.4: Trajetória do PIB a preços correntes (em R\$ bilhões)

Fonte: IBGE

A figura a seguir apresenta a variação do PIB real deflacionado pelo IGP-M.

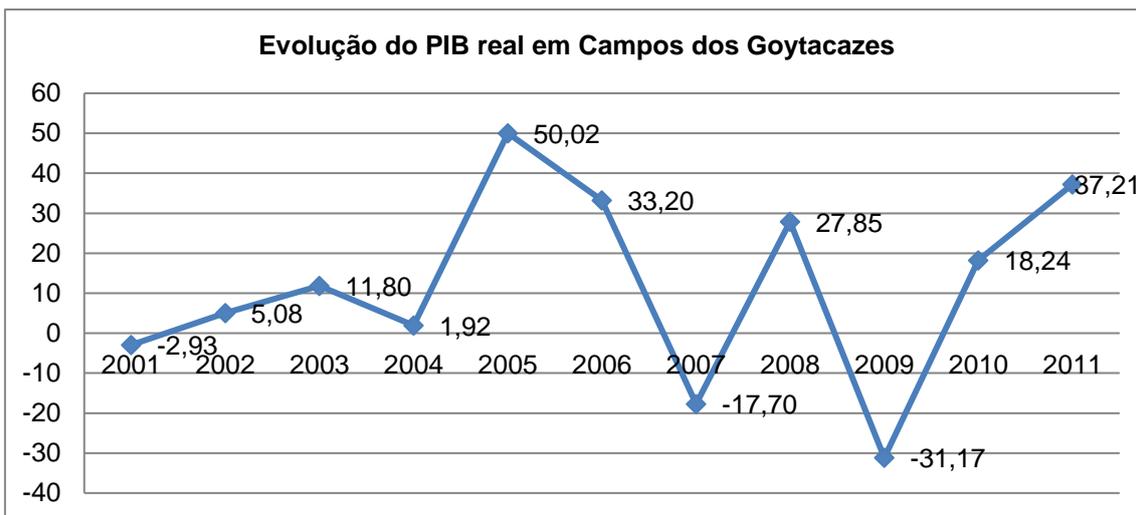


Figura 2.5: Evolução do real do PIB em Campos dos Goytacazes

Fonte: IBGE

Verifica-se a ocorrência de crescimento real do PIB nos anos de 2002 a 2006, no ano de 2008 e nos anos de 2010 e 2011. A queda em 2009, conforme já relatado, é resultado na crise financeira internacional.

### Composição do PIB no município de Carapebus

O PIB em 2011 no município de Carapebus apresentou a seguinte composição, conforme a tabela 2.2 a seguir:

Tabela 2.2: Composição do PIB a preços correntes em 2011 no município de Carapebus (em 1.000 R\$)

Valor adicionado bruto da agropecuária	6.584
Valor adicionado bruto da indústria	432.029
Valor adicionado bruto dos serviços	315.958
Impostos sobre produtos líquidos	41.914
PIB a preços correntes	796.484

Fonte: IBGE

A composição do PIB em Carapebus acentua a relevância da atividade industrial impulsionada pela atividade petrolífera, cuja participação atingiu

54,24% do valor total. O setor de serviços apresentou uma participação de 39,67% e o setor agropecuário 0,83% do PIB.

A trajetória do PIB no período 2001 a 2011 é apresentada na figura a seguir, indicando a importância das rendas do petróleo e gás na formação do valor. Na condição de município produtor de petróleo, também se beneficia de eventos como o início da produção em novos poços, aumento do preço do petróleo no mercado internacional e aumento da produção em poços já em operação. O importante impacto no valor do PIB pode ser verificado na trajetória de 2001 e 2011, somente com interrupção do crescimento em 2007 e 2009. A queda em 2009 teve como reflexo a crise financeira americana no final de 2008 que levou, especialmente, as empresas estrangeiras que operam no país a desacelerar o ritmo dos seus investimentos no ano seguinte.

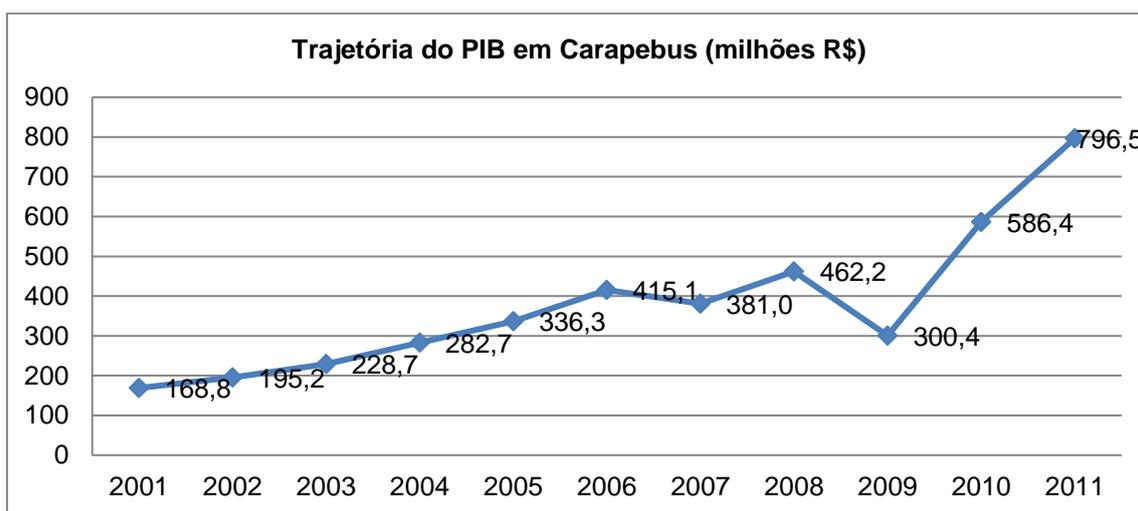


Figura 2.6: Trajetória do PIB a preços correntes em Carapebus (milhões R\$)

Fonte: IBGE

A figura a seguir apresenta a variação do PIB real deflacionado pelo IGP-M.

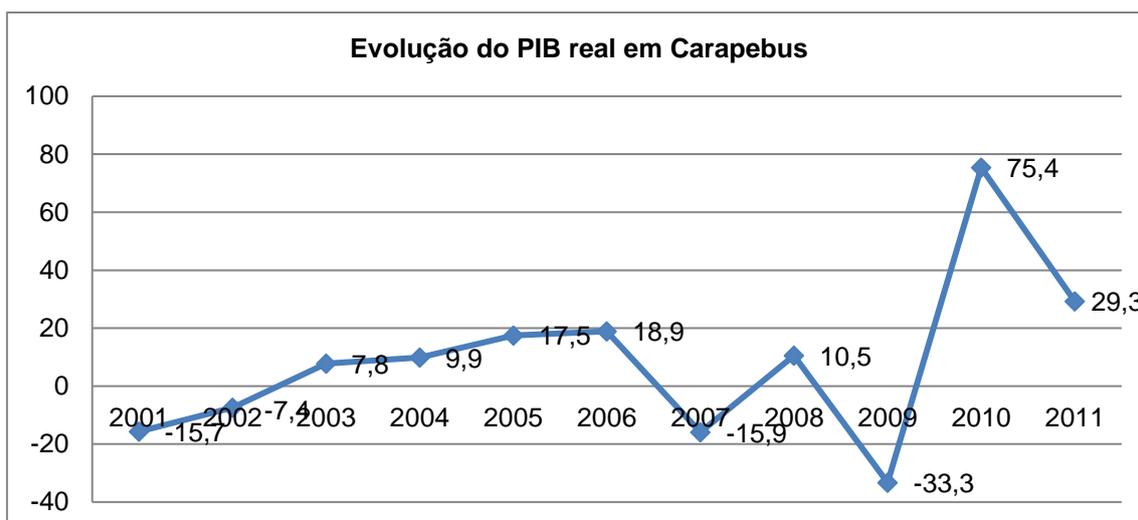


Figura 2.7: Evolução do PIB real em Carapebus

Fonte: IBGE

Verifica-se a ocorrência de crescimento real do PIB nos anos de 2003 a 2006, no ano de 2008 e nos anos de 2010 e 2011. A queda em 2009, conforme já relatado, é resultado na crise financeira internacional

### Composição do PIB no município de Cardoso Moreira

O PIB em 2011 no município de Cardoso Moreira apresentou a seguinte composição, conforme a tabela 2.3 a seguir:

Tabela 2.3: Composição do PIB a preços correntes em 2011 no município de Cardoso Moreira (em 1.000 R\$)

Valor adicionado bruto da agropecuária	14.666
Valor adicionado bruto da indústria	13.330
Valor adicionado bruto dos serviços	96.361
Impostos sobre produtos líquidos	7.371
PIB a preços correntes	131.728

Fonte: IBGE

Diferente dos municípios de Campos dos Goytacazes e Carapebus, a composição do PIB em Cardoso Moreira realça o valor adicionado do setor de

serviços com 73,15% de participação proporcional no PIB total. O valor adicionado na indústria apresenta 10,12% de participação, enquanto o valor adicionado na agropecuária apresenta 11,13% da riqueza total gerado no município.

A trajetória do PIB no período de 2001 a 2011 é apresentada na figura a seguir. Observa-se um leve crescimento nominal insuficiente perante a desvalorização monetária, medida pelo Índice Geral de Preços de Mercado no período de 2001 a 2006. Porém, a partir de 2007 o quadro muda e o PIB avança fortemente no triênio 2007 a 2009, desacelerando em 2010 com uma leve recuperação em 2011.

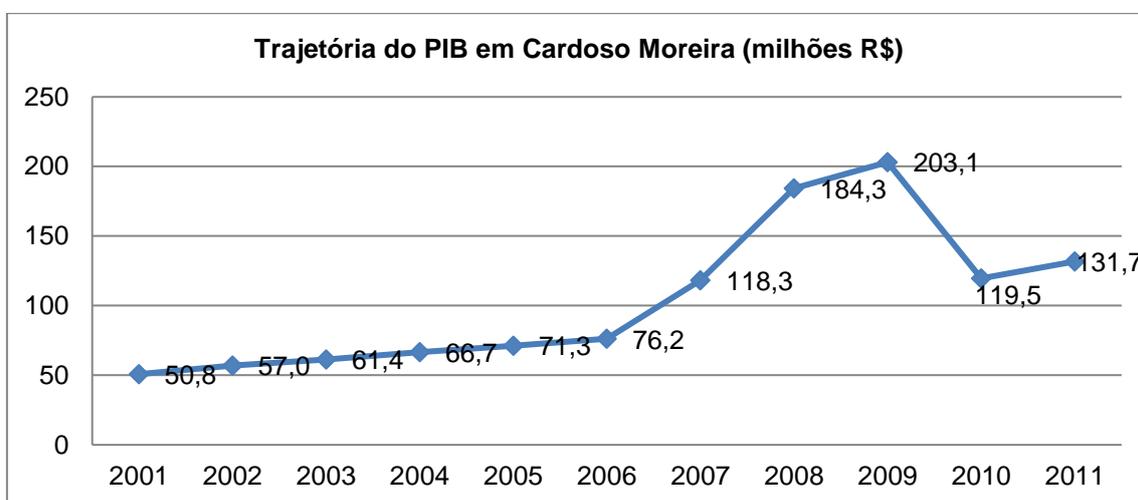


Figura 2.8: Trajetória do PIB a preços correntes (milhões R\$)

Fonte: IBGE

A figura a seguir apresenta a variação do PIB real deflacionado pelo IGP-M.

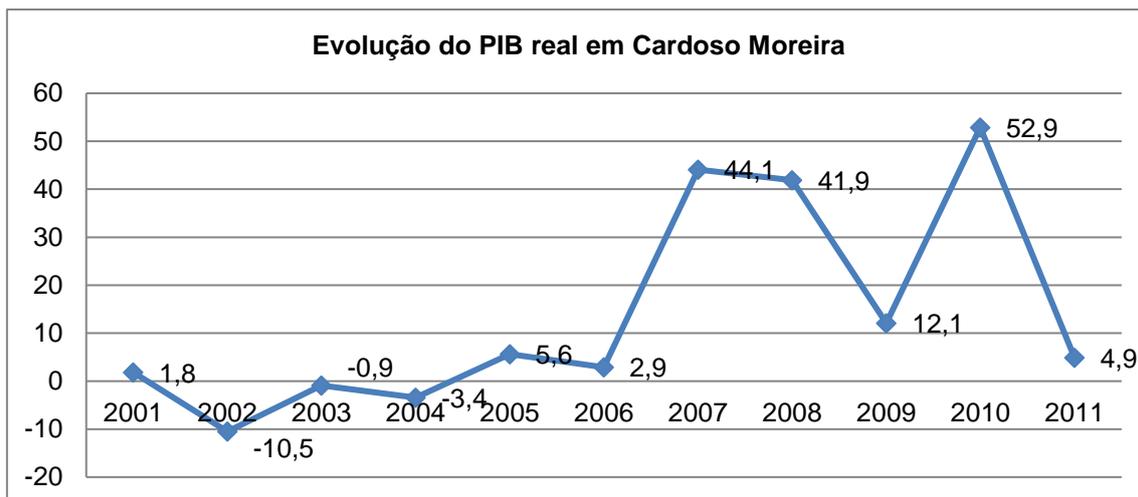


Figura 2.9: Evolução do PIB real em Cardoso Moreira

Fonte: IBGE

A trajetória de variação percentual do crescimento real do PIB no município indica a ausência de dinâmica econômica no período entre 2001 a 2006 e o um processo de crescimento real mais acelerado nos anos de 2007, 2008 e 2010.

### Composição do PIB no município de Conceição de Macabu

O PIB em 2011 no município de Conceição de Macabu apresentou a seguinte composição, conforme a tabela 2.4 a seguir:

Tabela 2.4: Composição do PIB a preços correntes em 2011 no município de Conceição de Macabu (em 1.000 R\$)

Valor adicionado bruto da agropecuária	6.560
Valor adicionado bruto da indústria	21.294
Valor adicionado bruto dos serviços	176.311
Impostos sobre produtos líquidos	9.715
<b>PIB a preços correntes</b>	<b>213.880</b>

Fonte: IBGE

A composição do PIB em Conceição de Macabu realça o valor adicionado do setor de serviços com 82,43% de participação proporcional no PIB total. O

valor adicionado na indústria apresenta 9,95% de participação, enquanto o valor adicionado na agropecuária apresenta 3,07% da riqueza total gerado no município.

A trajetória do PIB no período de 2001 a 2011 é apresentada na figura 2.10 a seguir. Verifica-se uma trajetória de crescimento nominal ao longo dos anos, acentuando um crescimento mais forte nos anos 2008 a 2011.

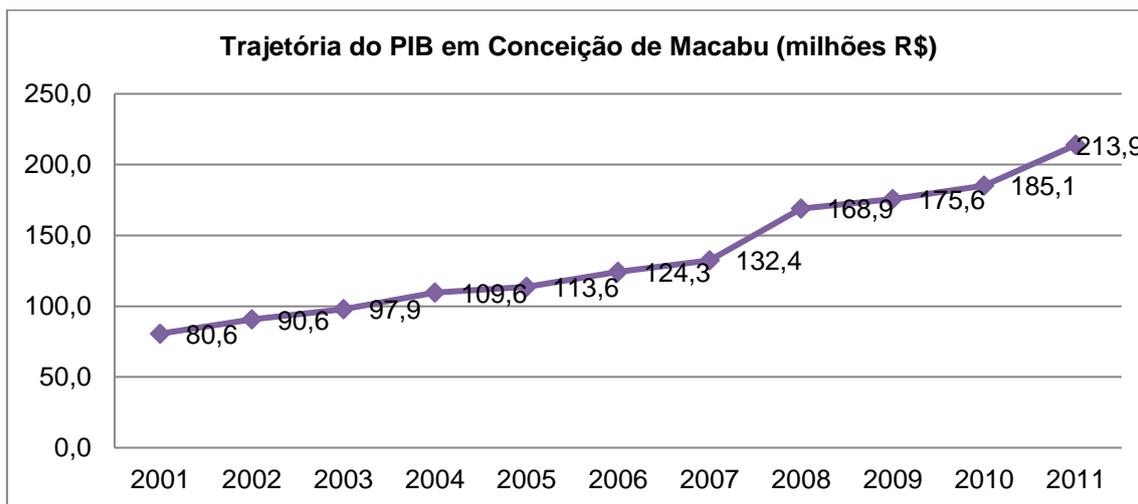


Figura 2.10: Trajetória do PIB a preços correntes em Conceição de Macabu (milhões R\$)

Fonte: IBGE

A figura a seguir apresenta a variação do PIB real deflacionado pelo IGP-M.

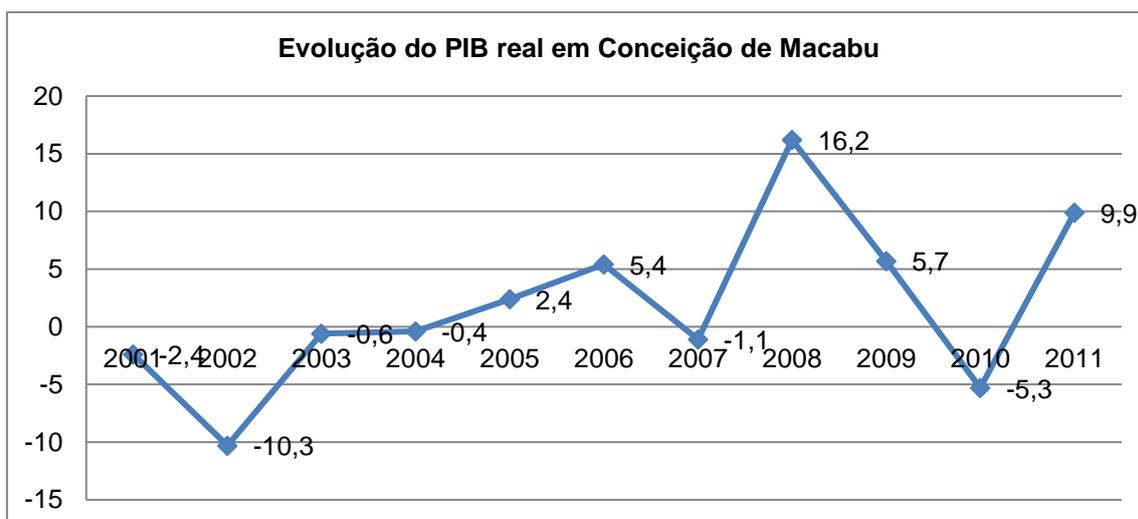


Figura 2.11: Evolução do PIB real em Conceição de Macabu

Fonte: IBGE

A trajetória da variação percentual do crescimento real do PIB apresenta crescimento nos anos de 2005, 2006, 2008 e 2009 e 11, acentuando o ano de 2008 com o maior nível de crescimento.

### **Composição do PIB no município de Macaé**

O PIB em 2011 no município de Macaé apresentou a seguinte composição, conforme a tabela 2.5 a seguir:

Tabela 2.5: Composição do PIB a preços correntes em 2011 no município de Macaé (em 1.000 R\$)

Valor adicionado bruto da agropecuária	40.040
Valor adicionado bruto da indústria	5.229.343
Valor adicionado bruto dos serviços	5.899.893
Impostos sobre produtos líquidos	1.389.010
PIB a preços correntes	12.558.285

Fonte: IBGE

A composição do PIB em Macaé realça o valor adicionado do setor de serviços com 46,98% de participação proporcional no PIB total. O valor adicionado na indústria apresenta 41,64% de participação, enquanto o valor adicionado na agropecuária apresenta 0,32% da riqueza total gerado no município.

A trajetória do PIB a preços correntes no período de 2001 a 2011 é apresentada na figura a seguir. Verifica-se uma trajetória de crescimento nominal ao longo dos anos, acentuando um crescimento mais forte em 2008 e um leve declínio em 2007. Em 2009 verifica-se uma queda mais acentuada com recuperação em 2010 e 2011.

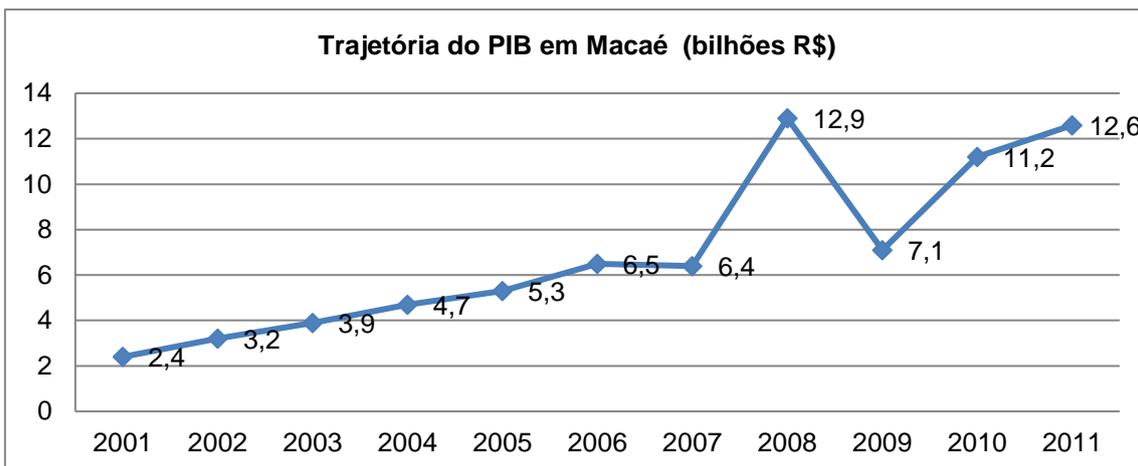


Figura 2.12: Trajetória do PIB a preços correntes (bilhões R\$)

Fonte: IBGE

A figura a seguir apresenta a variação do PIB real deflacionado pelo IGP-M.

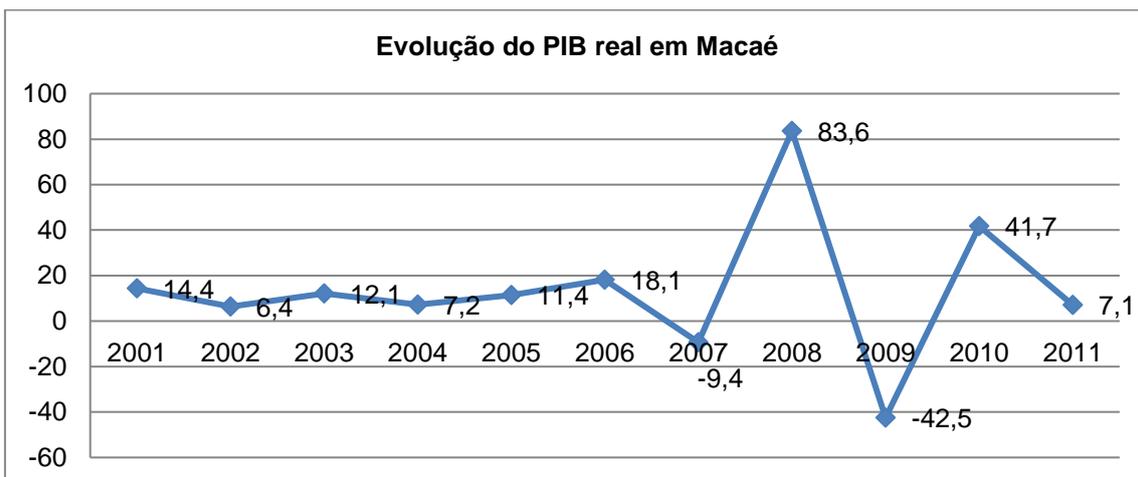


Figura 2.13: Evolução do PIB real em Macaé

Fonte: IBGE

A trajetória da variação percentual do crescimento real do PIB em Macaé apresenta um crescimento regular no período de 2001 a 2006, caindo em 2007. Em 2008 verificou-se uma forte recuperação com uma substancial queda em 2009. A crise financeira nos Estados Unidos teve um papel preponderante na retração econômica neste ano no município, que volta a se recuperar em 2010 desacelerado novamente em 2011.

## Composição do PIB no município de Quissamã

O PIB em 2011 no município de Quissamã apresentou a seguinte composição, conforme a tabela a seguir:

Tabela 2.6: Composição do PIB a preços correntes em 2011 no município de Quissamã (em 1.000 R\$)

Valor adicionado bruto da agropecuária	26.551
Valor adicionado bruto da indústria	2.691.268
Valor adicionado bruto dos serviços	1.126.149
Impostos sobre produtos líquidos	175.575
PIB a preços correntes	4.019.544

Fonte: IBGE

A composição do PIB em Quissamã realça o valor adicionado do setor industrial com 66,95% de participação proporcional no PIB total. O valor adicionado no setor de serviços apresenta 28,01% de participação, enquanto o valor adicionado na agropecuária apresenta uma participação de 0,66% da riqueza total gerado no município.

A trajetória do PIB no período de 2001 a 2011 é apresentada na figura a seguir. Verifica-se uma trajetória de crescimento nominal ao longo dos anos, acentuando um crescimento mais forte em 2008 e um forte declínio em 2009 com recuperação nos dois anos seguintes.

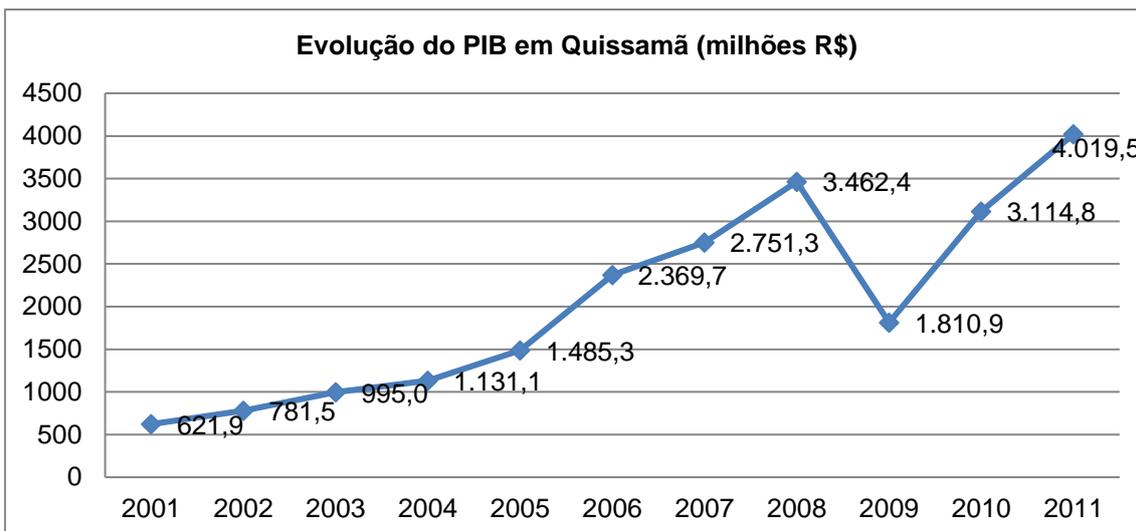


Figura 2.14: Trajetória do PIB a preços correntes em Quissamã (milhões R\$)

Fonte: IBGE

A figura a seguir apresenta a variação do PIB real deflacionado pelo IGP-M.

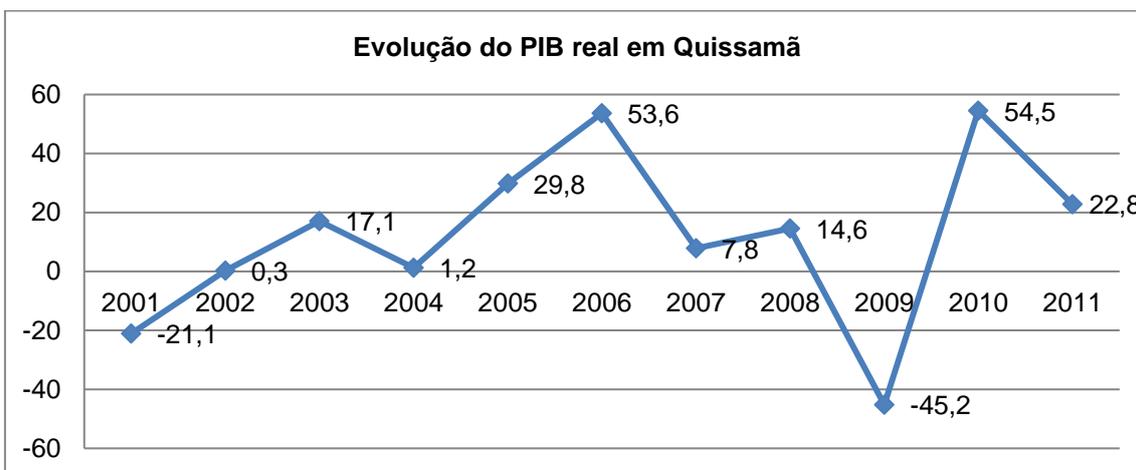


Figura 2.15: Evolução do PIB real em Quissamã

Fonte: IBGE

A trajetória da variação percentual do PIB real em Quissamã apresenta crescimento no período de 2003 a 2008, com momentos de aceleração e desaceleração, com uma forte queda em 2009. A crise financeira nos Estados Unidos teve um papel preponderante na retração econômica neste ano no município, assim como, nos demais produtores de petróleo. Em 2010 foi verificado uma boa recuperação, já que a base anterior foi negativa, mantendo um bom nível de crescimento em 2011.

## Composição do PIB no município de São Fidélis

O PIB em 2011 no município de São Fidélis apresentou a seguinte composição, conforme a tabela a seguir:

Tabela 2.7: Composição do PIB a preços correntes em 2011 no município de São Fidélis (em 1.000 R\$)

Valor adicionado bruto da agropecuária	29.781
Valor adicionado bruto da indústria	60.925
Valor adicionado bruto dos serviços	338.174
Impostos sobre produtos líquidos	22.319
PIB a preços correntes	451.199

Fonte: IBGE

A composição do PIB em São Fidélis realça o valor adicionado do setor de serviços com 74,95% de participação proporcional no PIB total. O valor adicionado no setor industrial apresenta 13,50% de participação, enquanto o valor adicionado na agropecuária apresenta 6,60% da riqueza total gerado município.

A trajetória do PIB no período de 2001 a 2011 é apresentada na figura a seguir. Verifica-se uma trajetória de crescimento nominal ao longo dos anos, acentuando um crescimento mais forte em 2008 e um leve declínio em 2009, com recuperação nos dois anos seguintes.

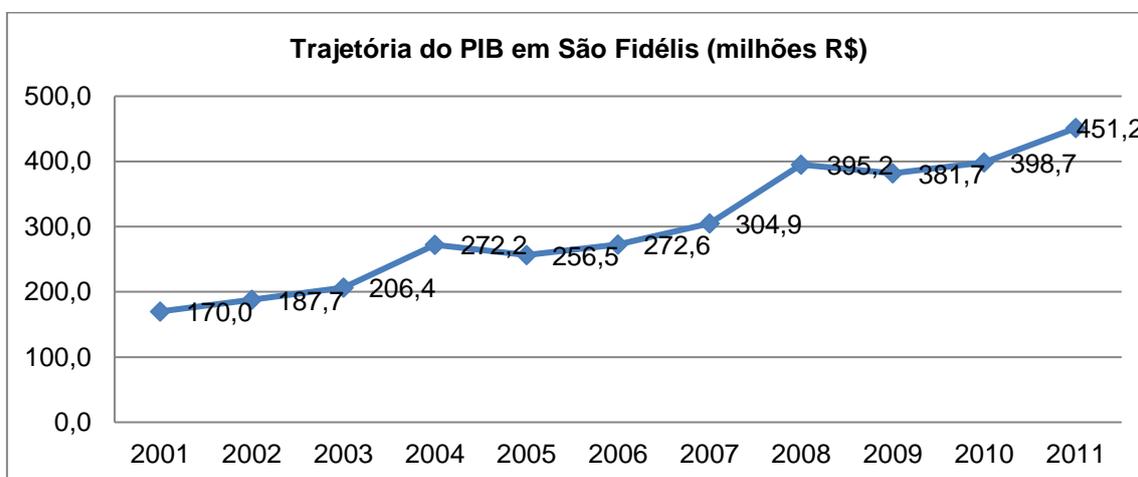


Figura 2.16: Trajetória do PIB a preços correntes em São Fidélis (milhões R\$)

Fonte: IBGE

A figura a seguir apresenta a variação do PIB real deflacionado pelo IGP-M.

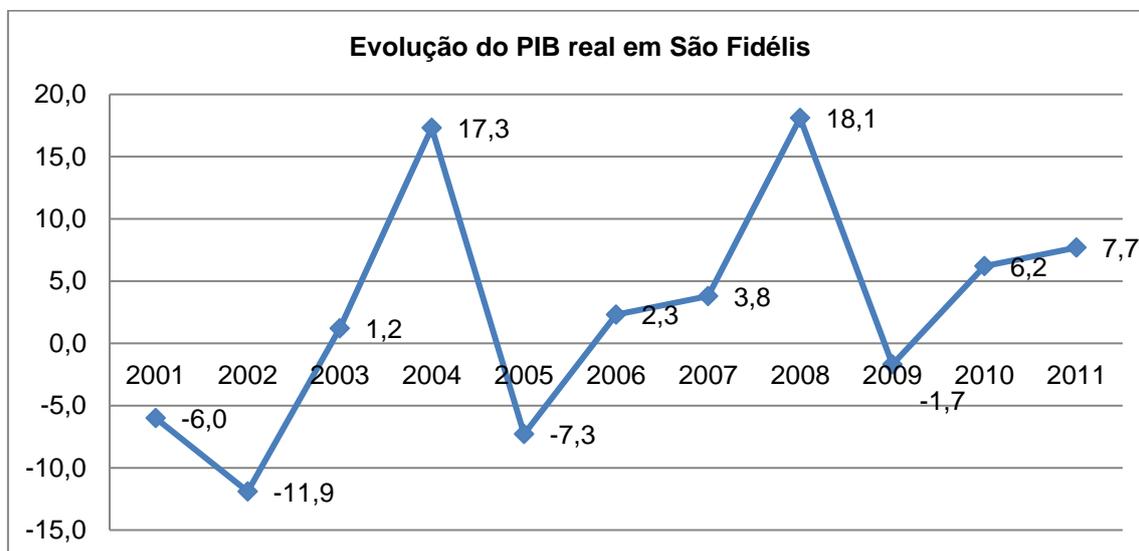


Figura 2.17: Evolução do PIB real em São Fidélis

Fonte: IBGE

A trajetória do PIB real apresenta crescimento nos anos de 2003, 2004, 2006, 2007, 2008, 2010 e 2011.

### Composição do PIB no município de São Francisco de Itabapoana

O PIB em 2011 no município de São Francisco de Itabapoana apresentou a seguinte composição, conforme tabela a seguir:

Tabela 2.8: Composição do PIB a preços correntes em 2011 no município de São Francisco de Itabapoana (em 1.000 R\$)

Valor adicionado bruto da agropecuária	99.862
Valor adicionado bruto da indústria	57.144
Valor adicionado bruto dos serviços	520.023
Impostos sobre produtos líquidos	71.519
PIB a preços correntes	748.548

Fonte: IBGE

A composição do PIB em São Francisco de Itabapoana realça o valor adicionado do setor de serviços com 69,47% de participação proporcional no PIB total. O valor adicionado no setor industrial apresenta 7,63% de participação, enquanto o valor adicionado na agropecuária apresenta 13,34% da riqueza total gerado município.

A evolução do PIB no período de 2001 a 2011 é apresentada na figura a seguir. Verifica-se uma trajetória de crescimento nominal ao longo dos anos, acentuando um crescimento mais forte em 2008 e um leve declínio em 2009. Nos anos de 2010 e 2011 o crescimento é mais acentuado.

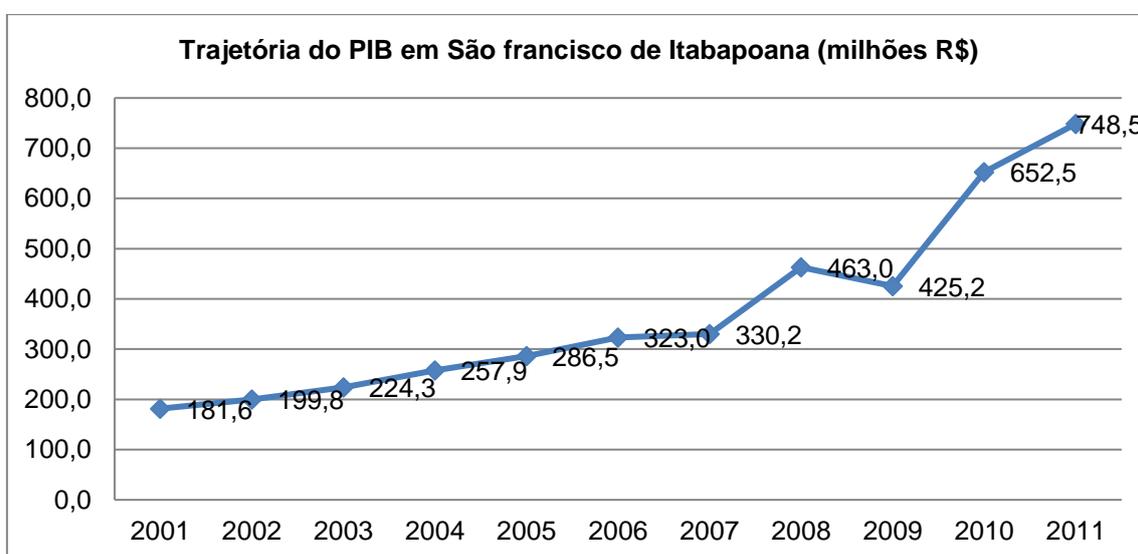


Figura 2.18: Trajetória do PIB a preços correntes em São F de Itabapoana (milhões R\$)

Fonte: IBGE

. A figura a seguir apresenta a variação do PIB real deflacionado pelo IGP-M.

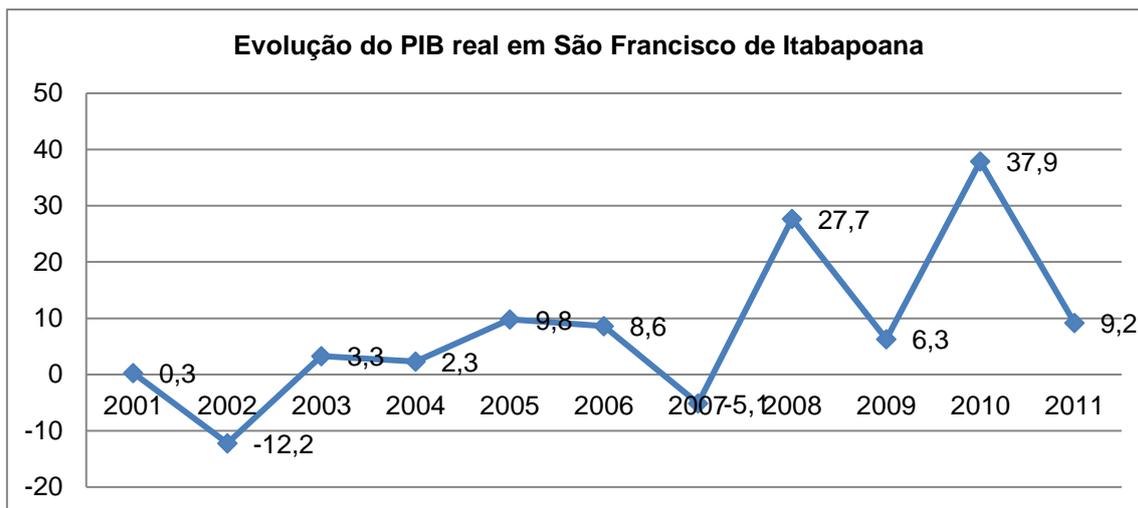


Figura 2.19: Evolução do PIB real em São Francisco do Itabapoana

Fonte: IBGE

A variação percentual do PIB real apresenta taxas de crescimento mais robustas nos anos de 2008 e 2010.

### Composição do PIB no município de São João da Barra

O PIB em 2011 no município de São João da Barra apresentou a seguinte composição, conforme a tabela a seguir:

Tabela 2.9: Composição do PIB a preços correntes em 2009 no município de São João da Barra (em 1.000 R\$)

Valor adicionado bruto da agropecuária	23.145
Valor adicionado bruto da indústria	5.261.070
Valor adicionado bruto dos serviços	604.972
Impostos sobre produtos líquidos	72.253
PIB a preços correntes	5.961.440

Fonte: IBGE

A composição do PIB em São João da Barra realça o valor adicionado do setor industrial com 88,25% de participação proporcional no PIB total. O valor adicionado no setor de serviços apresenta 10,15% de participação, enquanto o

valor adicionado na agropecuária apresenta 0,39% da riqueza total gerado no município.

A trajetória do PIB no período de 2001 a 2011 é apresentada no figura 2.20 a seguir. Verifica-se uma trajetória de crescimento nominal ao longo dos anos, acentuando um crescimento mais forte em 2008 e um leve declínio em 2009. Nos anos de 2010 e 2011 o crescimento foi bastante significativo.

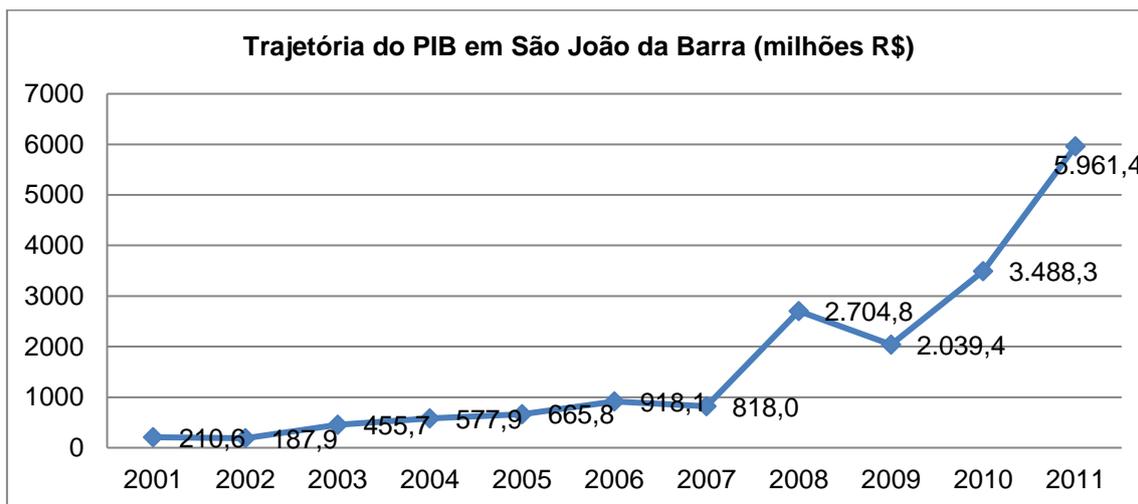


Figura 2.20: Trajetória do PIB a preços correntes (em R\$ milhões)

Fonte: IBGE

A figura a seguir apresenta a variação do PIB real deflacionado pelo IGP-M.

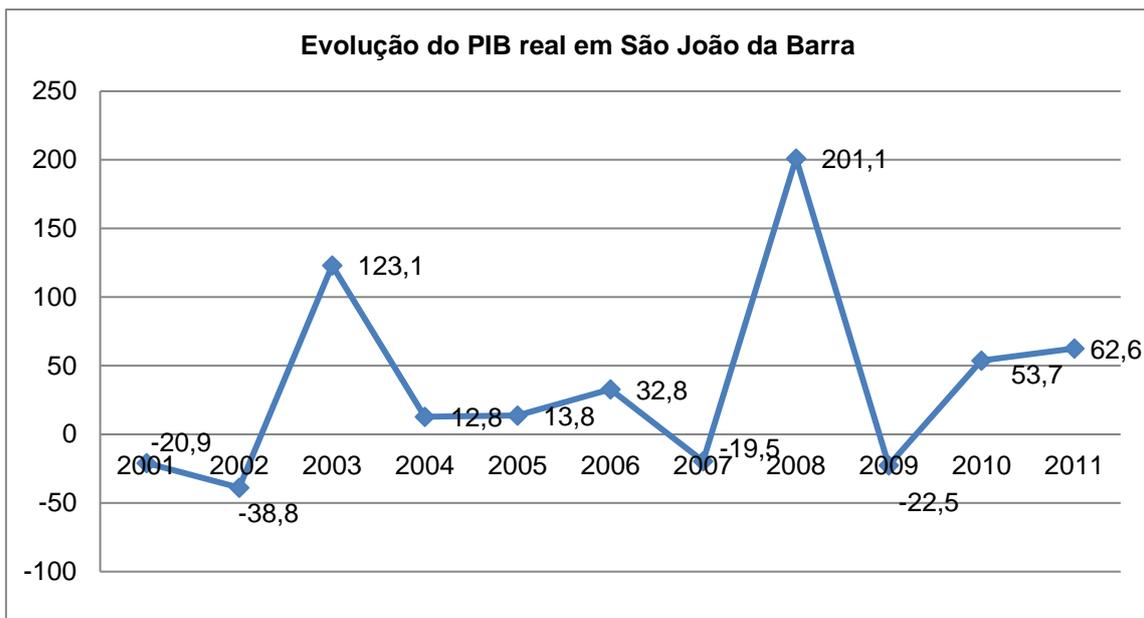


Figura 2.21: Evolução do PIB real em São João da Barra

Fonte: IBGE

O PIB real em São João da Barra apresentou taxas positivas nos anos 2003, 2004, 2005, 2006, 2008, 2010 e 2011.

### Participação percentual do PIB por setor e município, na região Norte Fluminense em 2011

A tabela a seguir consolida as participações relativas do PIB nominal por setor de atividade nos municípios da região em 2011.

Tabela 2.10: Participação relativa do PIB nominal em 2011

Municípios	Agropec	Indústria	Serviços	Impostos
Campos dos Goytacazes	0,32	76,95	20,46	2,26
Carapebus	0,83	54,24	39,67	5,26
Cardoso Moreira	11,13	10,12	73,15	5,60
Conceição de Macabu	3,07	9,95	82,43	4,54
Macaé	0,32	41,64	46,98	11,06
Quissamã	0,65	66,95	28,01	4,37
São Fidélis	6,60	13,50	74,95	4,94

São Francisco de Itabapoana	13,34	7,63	69,47	9,55
São João da Barra	0,39	88,25	10,15	1,21

*Fonte: IBGE*

Podemos observar que os municípios produtores de petróleo: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã e São João da Barra, apresentam uma substancial concentração de suas riquezas no setor industrial, exatamente em função da atividade petrolífera desenvolvida no mar. Entretanto, como já relatado, os processos ocorrem fora do espaço territorial e esses municípios não exercem nenhum controle sobre a atividade, exceção de Macaé que conta com uma estrutura produtiva importante em seu território. Os recursos oriundos das indenizações compõem o orçamento municipal que é gerenciado pelo executivo local e a única certeza é que um dia esses recursos podem se esgotar.

Em decorrência da indenização teoricamente garantida, alguns desses municípios não têm se preocupado em desenvolver as atividades de base como: agricultura, pecuária, pequenas unidades fabris e pesca. Os indicadores econômicos mostram que a participação desses setores de atividade são inexpressivos par o sistema econômico e, conseqüentemente, o percentual de imposto é baixo. Como já relatado, Macaé apresenta um quadro diferente, em função do grande número de empresas prestadoras de serviços ao setor petrolífero.

Por outro lado, os indicadores mostram que os municípios não produtores de petróleo cuidam melhor das atividades domésticas. Neste caso, a atividade agropecuária apresenta uma maior relevância relativa ao total da riqueza gerada. No caso específico, São Francisco de Itabapoana e Cardoso Moreira apresentam os melhores resultados, que são refletidos na atividade de serviço, em função do comércio, e nos impostos.

Como a região é importadora de alimentos, é essencial que os governos locais pensem estratégias para induzir a criação de novas configurações produtivas, mais inovativas e com melhor produtividade, de maneira a contribuir para melhorar o nível de emprego e renda no campo, além de substituir importações que geram emprego fora da região. O governo como potencial comprador deve refletir sobre essa questão.

## **CAPÍTULO 3**

## **ATIVIDADE AGRÍCOLA**

### **Análise da conjuntura**

Esta seção apresenta uma análise da conjuntura do setor agrícola, através da verificação do levantamento sistemático do IBGE. Verificamos o comportamento das principais culturas no estado do Rio de Janeiro e da região Norte Fluminense.

O levantamento sistemático da produção agrícola pelo IBGE em fevereiro de 2014, indicou um crescimento de 3,30% da área colhida no ano safra 2014, comparativamente ao mesmo mês do ano safra de 2013 no Brasil. O Estado do Rio de Janeiro, ao contrário, apresentou uma queda de 4,71% no mesmo período de análise. A área colhida total no Estado atingiu 171.253 hectares em 2014, contra 179.720 hectares, correspondentes ao ano safra de 2013.

Considerando algumas culturas predominantes na Região Norte Fluminense, verificou-se que a área colhida de cana-de-açúcar caiu 6,86% no estado, enquanto que no Brasil foi verificada um crescimento de 0,38% no mesmo período. Quanto à produção em toneladas, enquanto o Estado do Rio de Janeiro cresceu 2,98%, o Brasil cresceu 0,71%.

A cultura do coco-da-baía no Estado do Rio de Janeiro apresentou um declínio de 2,70% na área colhida em fevereiro de 2014, com base no mesmo mês de 2013, enquanto que no Brasil houve uma queda de 1,16%. Na produção em mil frutos, foi verificada um aumento de 2,68% no Brasil e uma queda 4,54% no Rio de Janeiro, considerando o mesmo período.

A área colhida do abacaxi teve um crescimento de 2,21% no estado do Rio de Janeiro em fevereiro de 2014, com base no mesmo mês de 2013, enquanto que no Brasil, o crescimento foi de 2,66% no mesmo período.

A mandioca declinou a sua área colhida em hectares no Estado do Rio de Janeiro em 0,60%, enquanto a produção em toneladas caiu 3,97% em fevereiro de 2014, com base em fevereiro de 2013. No Brasil, observou-se um crescimento de 4,81% da área colhida e um crescimento de 10,29% na produção no mesmo período.

As tabelas a seguir, apresentam os dados de área colhida em hectare e produção para as safras de 2014 e 2013, mês de referência fevereiro, no Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 3.1: Área colhida em hectare em fevereiro no Estado do Rio de Janeiro

<b>Cultura</b>	<b>Safra 2014</b>	<b>Safra 2013</b>	<b>%</b>
Abacaxi	4.212	4121	1,02
Arroz	886	883	0,34
Banana	21.089	22.352	-5,65
Café Arábica	13.217	13.280	-0,47
Cana-de-açúcar	98.338	105.579	-6,86
Coco-da-baía	4.281	4.400	-,270
Feijão (1ª safra)	1.157	1.388	-16,64
Feijão (2ª safra)	1.636	1.718	-4,77
Laranja	5.827	4.439	31,26
Mandioca	13.486	13.568	-0,60
Milho (1ª safra)	4.469	5.608	-20,31
Tomate	2.655	2.384	11,37

*Fonte: IBGE*

No que diz respeito à área colhida no estado, chama a atenção a queda 20,31% no cultivo de milho primeira safra em 2014 e a queda de 16,64% no cultivo de feijão primeira safra no mesmo ano, em relação ao ano anterior.

Positivamente, observamos o crescimento da área colhida de laranja em 31,26% e a área de tomate em 11,37% no período analisado.

A tabela a seguir apresenta indicadores da produção das principais culturas no Estado.

Tabela 3.2: Produção no estado do Rio de Janeiro, mês de referencia fevereiro

<b>Cultura</b>	<b>Safra 2014</b>	<b>Safra 2013</b>	<b>%</b>
Abacaxi (1.000 f)	103.939	120.682	-13,87

Arroz (tonelada)	3.083	3.351	-8,00
Banana (tonelada)	131.246	150.175	-12,60
Café Arábica (tonelada)	18.503	16.864	9,72
Cana-de-açúcar (tonelada)	5.115.976	4.967.966	2,98
Coco-da-baía (1.000 f) (tonelada)	66.027	69.168	-4,54
Feijão (1ª safra) (tonelada)	1.098	1.337	-17,88
Feijão (2ª safra) (tonelada)	1.556	1.739	-10,52
Laranja (tonelada)	88.758	60.279	47,25
Mandioca (tonelada)	190.800	198.684	-3,97
Milho (1ª safra) (tonelada)	10.658	13.310	-19,92
Tomate (tonelada)	202.134	181.923	11,11

Fonte: IBGE

Na função produção, foi observada uma queda mais acentuada de 19,92% no milho 1º safra, uma queda de 17,88% no feijão primeira safra, uma queda de 13,87% no abacaxi, uma queda de 12,60% na banana e uma queda de 10,52% no feijão 2ª safra. Positivamente, o destaque ficou na produção de laranja com crescimento de 47,25% e na produção de tomate com crescimento de 11,11% no mesmo período.

De forma geral, os indicadores mostram que a atividade agrícola do Estado do Rio de Janeiro perdeu importância no contexto geral do País. Nos dois últimos anos ficou evidente a perda de área colhida e de produção nos principais cultivos do Estado.

### **Análise da Produção Agrícola na Região Norte Fluminense em 2012**

Levantamento realizado pelo IBGE, sobre a produção agrícola na região Norte Fluminense em 2012, mostrou a sua importância para o contexto do Estado. Na modalidade de lavoura temporária (abacaxi, arroz, batata, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, cebola, etc.), a participação da área colhida da região em relação ao Estado foi de 77,66% e a participação da remuneração foi de 52,83% em relação ao Estado.

Já na modalidade de lavoura permanente (abacate, banana, café, coco, goiaba, laranja, mamão, maracujá, etc.), a participação da região em área

colhida representou 9,59% e a participação na remuneração foi de 10,89% em relação ao estado.

A tabela a seguir, apresenta os indicadores de área colhida em hectare e valor da produção em mil reais.

Tabela 3.3: Área colhida e valor da produção na região Norte Fluminense em 2012

<b>Município</b>	<b>Lavoura temporária</b>		<b>Lavoura permanente</b>	
	<b>Área (ha)</b>	<b>Valor (mil R\$)</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Valor (mil R\$)</b>
Campos dos Goytacazes	61.006	131.058	503	4.067
Carapebus	348	1.041	79	553
Cardoso Moreira	4.010	8.661	11	194
Conceição de Macabu	100	544	182	973
Macaé	997	2.367	2.001	11.561
Quissamã	13.321	46.063	1.404	8.429
São Fidélis	833	3.835	199	1.121
São Francisco de Itabapoana	38.602	245.980	382	6.184
São João da Barra	2.934	13.913	171	2.852
Total da região	122.151	453.462	4.932	35.934

Fonte: IBGE

Na avaliação sobre o rendimento médio por hectare apropriado por cada município na região, verifica-se que São Francisco de Itabapoana lidera na modalidade de lavoura temporária e Cardoso Moreira na modalidade de lavoura permanente. A tabela a seguir, apresenta os rendimentos por município nas duas modalidades em 2012.

Tabela 3.4: Rendimento em reais por hectare na região Norte Fluminense em 2012

Município	Lavoura temporária	Lavoura permanente
-----------	--------------------	--------------------

Campos dos Goytacazes	2.148,28	8.085,48
Carapebus	2.991,38	7.000,00
Cardoso Moreira	2.159,85	17.636,36
Conceição de Macabu	5.440,00	5.346,15
Macaé	2.374,12	5.777,61
Quissamã	3.457,92	6.003,56
São Fidélis	4.603,84	5.633,16
São Francisco de Itabapoana	6.372,21	16.188,48
São João da Barra	4.741,99	16.678,36

*Fonte: IBGE*

A renda por hectare da modalidade lavoura permanente apresentou valores bem maiores do que os da lavoura temporária. Nesta modalidade, o município de Cardoso Moreira se destacou com uma renda média por hectare de R\$ 17.636,36, seguido por São João da Barra com renda de R\$ 16.678,36 e São Francisco de Itabapoana com renda de R\$ 16.188,48 por hectare.

Dentre os cultivos, o destaque em Cardoso Moreira foi a uva que gerou uma renda de R\$ 42.000,00 por hectare.

Em São Francisco de Itabapoana, a manga gerou uma renda de R\$ 40.500,00 por hectares, a goiaba R\$ 25.357,14 seguida pelo maracujá com R\$ 15.908,33 e do coco-da baía com R\$ 8.250,00 por hectare.

Em São João da Barra, destaque para a goiaba com uma renda de R\$ 21.085,71 por hectare, seguida do coco-da-baía com uma renda de R\$ 14.433,00 por hectare.

Analisando os municípios de São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, observamos que São Francisco do Itabapoana utilizou uma área de cultivo 123% maior do que a área de São João da Barra, porém obteve praticamente a mesma produtividade, considerando rendimento por hectare. Este fato pode estar associado à perda no campo ou a baixa qualidade dos produtos, com reflexo no preço de comercialização.

É interessante também observar o fraco desempenho, em termos de produtividade, de Campos dos Goytacazes na modalidade de agricultura temporária e na modalidade de agricultura permanente. Na lavoura temporária,

a produtividade do município ficou em último lugar, enquanto na modalidade lavoura permanente ficou em quarto lugar entre os nove municípios da região.

A tabela a seguir, apresenta a evolução da cultura temporária na região no período de 2005 a 2012.

Tabela 3.5: Evolução da cultura temporária na região Norte Fluminense

<b>Ano</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Valor (mil R\$)</b>	<b>Renda / ha</b>
2005	164.636	204.571	1.242,56
2006	147.446	213.767	1.449,79
2007	124.941	171.765	1.374,77
2008	130.003	138.617	1.066,26
2009	128.350	282.477	2.200,83
2010	129.458	243.327	1.879,80
2011	104.443	316.051	3.026,06
2012	122.151	453.462	3.712,31

Fonte: IBGE

A evolução da cultura temporária na região, considerando o período de 2005 a 2012, é declinante em termos de área colhida. Em termos de valor da produção, os resultados são positivos em função da evolução dos preços de algumas culturas que alcançaram uma boa valorização ao longo do tempo, refletindo no aumento da renda por hectare, fundamentalmente, nos anos de 2011 e 2012.

A tabela a seguir, apresenta a evolução da cultura permanente no mesmo período para a região.

Tabela 3.6: Evolução da cultura permanente na região Norte Fluminense

<b>Ano</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Valor (mil R\$)</b>	<b>Renda / ha</b>
2005	6.333	27.149	4.286,90
2006	5.980	27.963	4.676,09
2007	5.589	26.820	4.798,71
2008	5.573	26.862	4.820,03

2009	5.677	27.731	4.884,80
2010	5.318	30.704	5.773,60
2011	5.157	32.541	6.310,06
2012	4.932	35.934	7.285,89

Fonte: IBGE

Na cultura permanente, a situação é similar. A área colhida em hectare apresentou uma trajetória de queda. Em 2012, a área colhida declinou 22,12% em relação à área colhida em 2005, enquanto o valor monetário cresceu 32,36% por conta da valorização dos preços de alguns cultivos.

Visando ampliar o conhecimento sobre a atividade agrícola na região, na próxima seção será apresentada uma análise por município.

### A Atividade Agrícola em Campos dos Goytacazes

Campos dos Goytacazes é o maior município da Região Norte Fluminense e desenvolve a atividade numa área equivalente a 57,13% do total da área colhida na região. A atividade ocorre nas modalidades de lavoura temporária e permanente. As culturas de lavoura temporária são apresentadas na tabela a seguir, para os anos de 2005 a 2012.

Tabela 3.7: Área colhida em hectare de lavoura temporária em Campos dos Goytacazes

Cultura	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Abacaxi	130	130	117	130	130	130	124	22
Arroz	35	92	0	92	123	30	30	9
Batata doce	39	39	39	39	39	39	20	2
Cana	95.108	84.781	67.620	73.030	73.030	73.940	58.592	60.000
Feijão	131	131	32	32	27	32	40	4
Mandioca	625	615	615	615	615	600	498	39
Melancia	8	8	8	11	11	11	10	1
Melão	15	15	15	8	8	8	6	
Milho	555	558	558	300	370	90	30	21
Tomate	10	10	12	12	12	0	10	1
Total (ha)	96.656	86.379	69.016	74.269	74.365	74.880	59.360	61.000

Valor (mil R\$)      93.780      84.278      92.837      52.868      161.926      108.951      91.571      131.05

Fonte: IBGE

Conforme pode ser verificado na tabela, a trajetória é de queda ao longo do período. A área colhida em 2012 encolheu 36,88% em relação a área colhida em 2005

.Outro aspecto é a relevância da cana-de-açúcar na atividade agrícola do município. A sua participação no total da área colhida de lavoura temporária em 2005 foi de 98,40%, permanecendo em 98,35% em 2012. Isso quer dizer que do total da área disponível para a cultura temporária, somente 2% foram utilizados para as demais culturas.

Outro indicador importante na avaliação é o valor da produção. Neste caso, observa-se também uma trajetória de queda que seguiu nos anos de 2006, 2007 e 2008 em relação a 2005, com recuperação em 2009 não sustentada nos anos seguintes. O valor da produção em 2012, apresentou um crescimento nominal de 39,75% em relação ao valor da produção de 2005, porém descontado a inflação do período, o resultado positivo se transforma uma queda de 1,92%.

O gráfico a seguir, apresenta os indicadores de participação percentual da cultura de cana-de-açúcar, no contexto da lavoura temporária no período investigado.

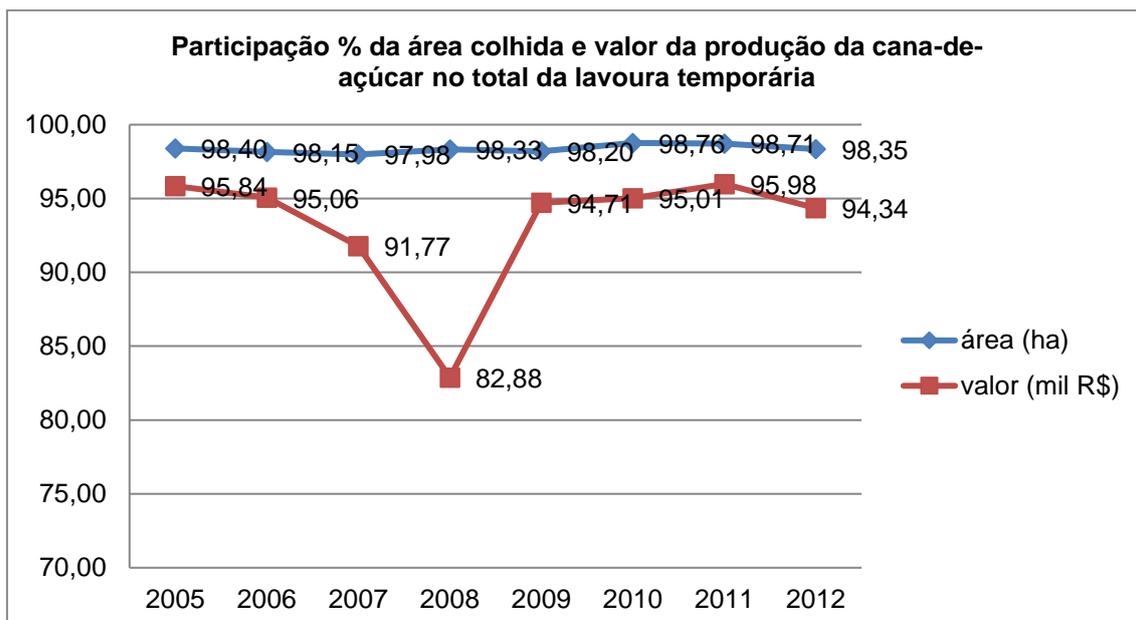


Figura 3.1: Participação percentual da cana-de-açúcar na lavoura temporária

Fonte: Organização própria com base no IBGE



Maracujá	108	108	20	20	20	20	24	15
Tangerina	4	4	4	4	4	4	4	4
Total (ha)	1.094	1.086	693	708	708	713	612	503
Valor (mil R\$)	4.355	5.080	3.879	4.242	4.180	4.438	3.353	4.067

Fonte: IBGE

A atividade de lavoura permanente é pouco expressiva no município. Os cultivos de Banana e coco-da-baía são os mais importantes, porém a área colhida de coco-da-baía declinou nos últimos anos. Em 2012, a área colhida total caiu 51,25% em relação a área colhida em 2005. Quanto ao valor monetário do cultivo permanente, foi observado uma certa regularidade no período. O valor total em 2012 foi menor 6,61% do que o valor registrado em 2005.

A área colhida de lavoura permanente em 2005 foi equivalente a 1,13% da área colhida da lavoura temporária no mesmo ano, enquanto o valor da produção foi equivalente a 4,64% no mesmo ano. Em 2012, a área colhida em hectare caiu para 0,82% e o valor da produção caiu para 3,10%, considerando a mesma análise.

### A Atividade Agrícola em Carapebus

Carapebus desenvolve a atividade agrícola numa área equivalente a 0,34% da área total colhida na região. A atividade ocorre nas modalidades de lavoura temporária e permanente. As culturas de lavoura temporária são apresentadas na tabela a seguir, para os anos de 2005 a 2012.

Tabela 3.9: Área colhida em hectare de lavoura temporária em Carapebus

<b>Cultura</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Cana	8.000	5.600	3.000	2.000	500	500	500	300
Mandioca	30	30	20	20	20	20	20	40
Milho	5	5	6	10	10	8	8	8

Total (ha)	8.035	5.635	3.026	2.030	530	528	528	348
Valor (mil R\$)	10.982	12.026	3.766	2.631	917	1.039	1.419	1.041

Fonte: IBGE

No município também é observado uma trajetória de queda na lavoura temporária, tanto da área colhida, quanto do valor monetário da produção. Em 2012 a área colhida apresentou uma queda de 95,67% em relação a 2005, enquanto que o valor da produção caiu 90,52% no mesmo período. A estrutura de lavoura temporária no município é totalmente frágil e concentrada na cana-de-açúcar.

As culturas de lavoura permanente são apresentadas na tabela a seguir, para os anos de 2005 a 2012.

Tabela 3.10: Área colhida em hectare de lavoura permanente em Carapebus

<b>Cultura</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Coco	400	400	400	400	400	0	8	8
Laranja	30	30	40	60	65	65	65	65
Limão	6	6	6	6	6	6	6	6
Maracujá	9	1	1	0	0	0	0	0
Total (ha)	445	437	447	466	471	71	79	79
Valor (mil R\$)	1.890	1.258	1.331	1.468	2.304	504	550	553

Fonte: IBGE

A atividade de lavoura permanente é pouco expressiva no município. O cultivo de coco-da-baía foi o mais importante até 2009, se extinguindo praticamente no anos seguintes. Em 2012, o total de área colhida no município caiu 82,25% em relação a 2005, enquanto o valor monetário caiu 70,74% no mesmo período.

### **A Atividade Agrícola em Cardoso Moreira**

Cardoso Moreira desenvolve a atividade agrícola numa área equivalente a 3,16% da área total colhida na região. A atividade ocorre nas modalidades de lavoura temporária e permanente. As culturas de lavoura temporária são apresentadas na tabela a seguir, para os anos de 2005 a 2012.

Tabela 3.11: Área colhida em hectare de lavoura temporária em Cardoso Moreira

<b>Cultura</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Abacaxi	27	16	4	2	2	0	1	0
Arroz	22	52	70	70	70	7	10	20
Batata doce	3	3	3	3	3	0	0	0
Cana-de-açúcar	4.230	3.926	3.920	3.920	3.920	3.890	3.273	3.850
Feijão	25	36	36	36	44	50	50	40
Mandioca	48	46	600	450	450	340	470	50
Milho	405	320	368	350	350	120	110	50
Tomate	3	4	8	4	4	6	2	0
Total (ha)	4.763	4.403	5.009	4.835	4.843	4.413	3.916	4.010
Valor (mil R\$)	4.831	4.457	9.756	5.678	11.651	8.979	7.618	8.661

Fonte: IBGE

A área colhida no município de Cardoso Moreira apresentou uma queda de 15,81% em 2012, em relação a 2005, enquanto o valor da produção cresceu 79,28% no mesmo período. Apesar da forte concentração no cultivo de cana-de-açúcar, podemos observar o esforço de diversificação no município. Cultivos como o feijão, milho e mandioca, apesar do processo de evolução em alguns anos com redução em outros, contribui para o avanço da produtividade medida pela renda média por hectare.

As culturas de lavoura permanente são apresentadas na tabela a seguir, para os anos de 2005 a 2012.

Tabela 3.12: Área colhida em hectare de lavoura permanente em Cardoso Moreira

<b>Cultura</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Banana	13	13	12	8	8	4	4	4
Café	6	6	6	2	2	4	4	3
Coco-da-baía	18	18	18	28	28	28	20	0
Goiaba	0	0	2	2	2	2	2	0
Laranja	17	17	23	17	17	17	15	0
Limão	0	0	2	0	0	0	0	0
Manga	5	5	15	15	15	15	15	0
Maracujá	33	16	3	0	0	0	0	0
Tangerina	0	0	2	0	0	0	0	0
Uva	0	0	4	5	5	5	5	4
<b>Total (ha)</b>	<b>92</b>	<b>75</b>	<b>87</b>	<b>77</b>	<b>77</b>	<b>75</b>	<b>65</b>	<b>11</b>
<b>Valor (mil Valor R\$)</b>	<b>469</b>	<b>437</b>	<b>770</b>	<b>595</b>	<b>604</b>	<b>727</b>	<b>953</b>	<b>194</b>

Fonte: IBGE

A atividade de lavoura permanente apresentou uma diversificação importante, porém as atividades se extinguíram quase totalmente em 2012. O cultivo de coco-da-baía, como atividade mais regular ao longo do tempo, foi zerado em 2012, assim como o cultivo de laranja. O cultivo de uva parece manter a chama, já que mantém basicamente a mesma área dos anos anteriores.

A cultura permanente em área colhida, representava percentualmente 1,93% da lavoura temporária em 2005. Em 2012 essa participação caiu para o nível de 0,27%. Já o valor da produção que representava 9,71% da lavoura temporária em 2005 caiu para 2,24% em 2012.

### **A Atividade Agrícola em Conceição de Macabu**

Conceição de Macabu desenvolve a atividade agrícola numa área equivalente a 0,22% da área total colhida na região. A atividade ocorre nas modalidades de lavoura temporária e permanente. As culturas de lavoura temporária são apresentadas na tabela a seguir, para os anos de 2005 a 2012.

Tabela 3.13: Área colhida em hectare de lavoura temporária em Conceição de Macabu

<b>Cultura</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Cana-de-açúcar	14	14	4	4	4	4	10	10
Mandioca	90	90	90	90	90	90	90	90
Total (ha)	104	104	94	94	94	94	100	100
Valor (mil R\$)	199	223	328	288	319	320	419	544

*Fonte: IBGE*

A atividade agrícola no município é frágil e se concentra no cultivo da mandioca. Em 2012 a pequena área colhida de lavoura temporária encolheu 3,84% em relação a 2005 e o valor da produção cresceu 273,37% no mesmo período, em função da valorização dos preços dos cultivos.

Foi observado também um encolhimento da área colhida de cana-de-açúcar nos anos de 2007 a 2010, com recuperação nos anos de 2011 e 2012. Neste ano, a queda da área colhida de cana-de-açúcar foi equivalente a 28,57% em relação a 2005.

As culturas de lavoura permanente são apresentadas na tabela a seguir, para os anos de 2005 a 2012.

Tabela 3.14: Área colhida em hectare de lavoura permanente em Conceição de Macabu

<b>Cultura</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Banana	84	84	84	84	84	84	84	84
Café	10	19	30	30	30	30	30	30



Milho	260	270	200	200	220	200	510	337
Total	1.575	1.715	1.385	1.545	855	890	1.220	997
Valor (mil R\$)	2.112	2.721	2.256	1.822	1.749	1.746	2.661	2.367

Fonte: IBGE

A atividade de lavoura temporária no município apresentou uma pauta diversificada, porém registrou uma queda na área colhida de 36,70% em 2012 com base em 2005, enquanto a renda cresceu 12,07% no mesmo período. A cana-de-açúcar registrou um forte declínio de 96,92% na área colhida em 2012, com base em 2005 e a área de cultivo de arroz aumentou em 400% no mesmo período analisado.

As culturas de lavoura permanente são apresentadas na tabela a seguir, para os anos de 2005 a 2012.

Tabela 3.16: Área colhida em hectare de lavoura permanente em Macaé

<b>Cultura</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Banana	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980
Coco-da-baía	15	18	18	18	19	20	20	20
Goiaba	2	2	2	2	1	1	0	0
Maracujá	2	2	2	2	1	1	1	1
Total (ha)	1.999	2.002	2.002	2.002	2.001	2.002	2.001	2.001
Valor (mil R\$)	9.484	9.496	9.499	9.496	8.551	8.565	9.504	11.561

Fonte: IBGE

A atividade de lavoura permanente apresentou uma estrutura melhor do que a estrutura de lavoura temporária. A área colhida em 2012 cresceu 0,10%

em relação a área colhida de 2005, enquanto o valor da produção cresceu 21,90% no mesmo período.

A área colhida de lavoura permanente em 2012 representou 84,54% da área colhida de lavoura temporária do mesmo ano, enquanto que o valor da produção representou 388,42% no mesmo ano.

### **A Atividade Agrícola em Quissamã**

Quissamã desenvolve a atividade agrícola numa área equivalente a 10,63% da área total colhida na região. A atividade ocorre nas modalidades de lavoura temporária e permanente. As culturas de lavoura temporária são apresentadas na tabela a seguir, para os anos de 2005 a 2010.

Tabela 3.17: Área colhida em hectare de lavoura temporária em Quissamã

<b>Cultura</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Abacaxi	53	70	100	100	135	50	50	50
Cana	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000	12.600	12.600	12.600
Feijão	90	104	85	110	115	110	110	151
Mandioca	130	200	230	230	240	240	350	400
Milho	80	95	100	95	185	120	100	120
<b>Total</b>	<b>14.353</b>	<b>14.469</b>	<b>14.515</b>	<b>14.535</b>	<b>14.675</b>	<b>13.120</b>	<b>13.210</b>	<b>13.321</b>

Valor (mil

R\$) 17.840 34.134 21.597 27.025 26.927 26.958 37.416 46.063

Fonte: IBGE

O município conseguiu manter certa estabilidade na área colhida em hectare na atividade temporária, além de boa participação em relação à região. Em 2012 a área colhida reduziu 7,19% em relação a área colhida em 2005. O valor da produção nessa modalidade apresentou um crescimento nominal de 158,20% no mesmo período.

Podemos observar uma evolução positiva da área cultivada de feijão, mandioca e milho ao longo do período analisado. A área colhida de feijão

cresceu 67,77% em 2012 com relação a 2005, a área colhida de mandioca cresceu 207,69% e a área colhida com milho cresceu 50% no mesmo período.

As culturas de lavoura permanente são apresentadas na tabela a seguir, para os anos de 2005 a 2012.

Tabela 3.18: Área colhida em hectare de lavoura permanente em Quissamã

<b>Cultura</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Coco-da-baía	1.020	1.025	1.100	1.100	1.200	1.200	1.200	1.400
Laranja	5	5	5	5	5	5	4	4
Total (ha)	1.025	1.030	1.105	1.105	1.205	1.205	1.204	1.404
Valor (mil R\$)	4.665	5.562	4.430	3.874	4.824	5.429	7.229	8.429

Fonte: IBGE

A cultura permanente no município está concentrada no cultivo de coco-da-baía que mantém certa estabilidade na área colhida ao longo do período analisado. Em 2012 a área de coco se expandiu em 37,25% em relação a 2005. A área colhida total desta modalidade em 2012 representou 10,54% da área colhida temporária, enquanto que o valor total da área representou 18,30% no mesmo período.

### **A Atividade Agrícola em São Fidélis**

São Fidélis desenvolve a atividade agrícola numa área equivalente a 0,81% da área total colhida na região. A atividade ocorre nas modalidades de lavoura temporária e permanente. As culturas de lavoura temporária são apresentadas na tabela a seguir, para os anos de 2005 a 2012.

Tabela 3.19: Área colhida em hectare de lavoura temporária em São Fidélis

<b>Cultura</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
----------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Arroz	72	45	20	20	46	50	40	50
Batata								
doce	3	3	3	3	3	3	3	3
Cana	2.395	1.841	2.141	2.301	2.301	1.500	900	450
Feijão	111	46	131	100	290	40	45	60
Mandioca	41	39	39	39	39	60	30	60
Milho	225	231	231	231	210	150	180	150
Tomate	65	59	37	37	37	42	42	60
Total (ha)	2.912	2.264	2.602	2.731	2.926	1.845	1.240	833
Valor (mil R\$)	4.194	3.505	4.328	2.666	6.225	3.784	2.052	3.835

Fonte: IBGE

O município apresenta uma pauta diversificada e em declínio. Observa-se uma queda de 71,39% da lavoura temporária em 2012 com relação a 2005. A atividade tem uma importante concentração na cultura da cana-de-açúcar, cuja representação em 2012 chegou a 54,02%.

A seguir, é apresentada a evolução da área colhida de lavoura permanente no município.

Tabela 3.20: Área colhida em hectare de lavoura permanente em São Fidélis

<b>Cultura</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2.009</b>	<b>2.010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Abacate	3	3	3	3	3	3	3	3
Banana	214	208	208	208	208	170	135	85
Café	139	52	52	50	50	55	40	30
Coco-da-baía	9	21	21	21	21	21	21	21
Laranja	13	13	13	13	13	13	11	5
Limão	2	2	2	2	2	2	2	3
Manga	15	15	23	15	15	50	50	50
Maracujá	6	15	15	0	0	0	0	0
Tangerina	2	2	2	2	2	2	2	2
Total (ha)	403	331	339	314	314	316	264	199

Valor (mil  
R\$)            1.334   1.478   901   1.007   1.234   1.261   1.166   1.121

Fonte: IBGE

Verifica-se também uma boa diversificação na lavoura permanente do município, porém com declínio da área colhida de 50,62% em 2012, com base em 2005. O cultivo da banana é representativo, com uma participação relativa de 42,71% da área total colhida em 2012, seguido pelo cultivo de manga 25,13% do total no mesmo ano.

O valor da produção da cultura permanente caiu 15,97% no período analisado. Comparativamente ao valor da cultura temporária, este valor teve uma representação percentual de 29,23% em 2012.

### **A Atividade Agrícola em São Francisco de Itabapoana**

São Francisco de Itabapoana desenvolve a atividade agrícola numa área equivalente a 30,68% da área total colhida na região. A atividade ocorre nas modalidades de lavoura temporária e permanente. As culturas de lavoura temporária são apresentadas na tabela a seguir, para os anos de 2005 a 2012.

Tabela 3.21: Área colhida em hectare de lavoura temporária em São Francisco de Itabapoana

<b>Cultura</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Abacaxi	2.300	2.800	2.000	2.500	2.500	2.500	4.000	4.000
Bata doce	9	9	2	2	2	2	2	2
Cana-de açúcar	25.005	22.543	22.000	22.000	22.000	21.500	11.000	23.000
Feijão	135	131	20	20	68	68	68	200
Mandioca	3.825	2.512	1.600	1.800	1.800	6.000	6.500	11.000
Melancia	230	190	90	60	60	25	150	200
Milho	195	192	100	100	150	100	200	200
Total (ha)	31.699	28.377	25.812	26.482	26.580	30.195	21.920	38.602

Valor (mil  
R\$) 63.786 67.082 28.199 37.191 61.925 79.573 155.426 245.980

Fonte: IBGE

O município apresenta uma pauta de lavoura temporária diversificada e numa boa condição de regularidade. Foi observado um crescimento 21,78% na área total colhida em 2012, com relação a 2005. O cultivo de cana-de-açúcar apresentou uma participação relativa de 59,58% na área colhida em 2012 e o valor da produção da lavoura temporária apresentou um crescimento nominal de 285,63% em 2012, com base em 2005.

A seguir, é apresentada a evolução da área colhida de lavoura permanente no município.

Tabela 3.22: Área colhida em hectare de lavoura permanente em São Francisco de Itabapoana

<b>Cultura</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2.009</b>	<b>2.010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Abacate	5	5	5	5	5	5	5	5
Banana	35	35	35	35	35	30	30	30
Coco-da-baía	380	280	200	170	170	170	150	80
Goiaba	75	58	79	79	79	79	70	70
Laranja	27	27	27	27	27	27	27	27
Limão	3	3	3	3	3	3	3	3
Maracujá	200	100	86	90	90	200	200	120
Tangerina	3	3	3	3	3	3	3	3
Urucum	210	210	150	150	150	70	60	10
Total (ha)	938	721	588	562	562	587	582	382
Valor (mil R\$)	3.678	3.325	3.659	3.810	3.572	6.511	6.677	6.184

Fonte: IBGE

A área colhida de lavoura permanente apresentou um declínio de 59,28% em 2012, com base em 2005. O cultivo de maracujá é importante no contexto

dessa modalidade e teve uma participação de 31,41% na área colhida em 2012, com base em 2005. A atividade de coco-da-baía também mostrou força com uma participação de 20,94% na modalidade.

O valor da produção nesta modalidade, apresentou um expressivo crescimento nominal de 68,13%. Observa-se que o crescimento no valor da produção tem como origem a valorização dos preços de alguns cultivos, especialmente, a cana-de-açúcar e abacaxi, maracujá, dentre outros.

### **A Atividade Agrícola em São João da Barra**

São João da Barra desenvolve a atividade agrícola numa área equivalente a 2,44% da área total colhida na região. A atividade ocorre nas modalidades de lavoura temporária e permanente. As culturas de lavoura temporária são apresentadas na tabela a seguir, para os anos de 2005 a 2012.

Tabela 3.23: Área colhida em hectare de lavoura temporária em São João da Barra

<b>Cultura</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Abacaxi	152	79	200	200	200	160	250	250
Batata doce	15	15	20	20	20	20	20	20
Cana-de-açúcar	4.250	3.901	3.200	3.200	3.200	3.250	2.600	2.600
Feijão	17	16	0	0	0	0		
Mandioca	48	35	50	50	50	52	52	55
Melancia	14	16	0	0	0	0		
Melão	11	10	10	10	10	8	7	7
Milho	23	22	0	0	0	0		
Tomate	9	6	2	2	2	3	2	2
Total (ha)	4.539	4.100	3.482	3.482	3.482	3.493	2.931	2.934

Valor (mil  
R\$)            6.847   5.341   8.698   8.448   10.838   11.977   17.476   13.913

Fonte:IBGE

Observa-se uma forte concentração na área colhida desta modalidade no cultivo da cana-de-açúcar. Em 2012, a área ocupada com cana representou 88,62% da área colhida total. O outro cultivo mais importante é de abacaxi, que depois do crescimento no triênio 2007 a 2009, declinou em 2010. Nos anos de 2011 e 2012 a atividade voltou a crescer a sua área colhida. Pode se verificar um crescimento da área colhida de 64,47% em 2012 com base em 2005.

O valor da produção apresentou um forte crescimento nominal de 103,20% em 2012 com base em 2005, em função da valorização dos preços da cana-de-açúcar e do abacaxi.

A seguir, é apresentada a evolução da área colhida de lavoura permanente no município.

Tabela 3.24: Área colhida em hectare de lavoura permanente em São João da Barra

<b>Cultura</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2.009</b>	<b>2.010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Banana	19	19	5	5	5	5	5	5
Coco-da-baía	50	50	80	80	80	90	90	90
Goiaba	35	49	70	70	70	70	70	70
Laranja	6	6	0	6	6	6	6	6
Maracujá	50	15	0	0	0	0	0	0
Total (ha)	160	139	155	161	161	171	171	171
Valor (mil R\$)	840	884	1.810	1.832	1.838	2.515	2.357	2.852

Fonte:IBGE

Assim como na modalidade de lavoura temporária, a lavoura permanente apresenta uma baixa diversificação com uma forte concentração no cultivo de coco-da-baía e goiaba. A participação percentual do coco-da-baía chegou a

52,63% da área colhida, enquanto o cultivo da goiaba atingiu uma participação percentual de 40,94% da área total.

O valor da produção nessa modalidade apresentou um forte crescimento nominal de 339,52% em 2012, com base em 2005, em função do aumento da área colhida no cultivo de coco-da-baía e goiaba, além da valorização nos preços praticados.

Visando uma melhor compreensão da agricultura na região, a figura a seguir, apresenta a participação relativa dos municípios no total da área colhida e valor da produção da agricultura temporária na região Norte Fluminense em 2012.

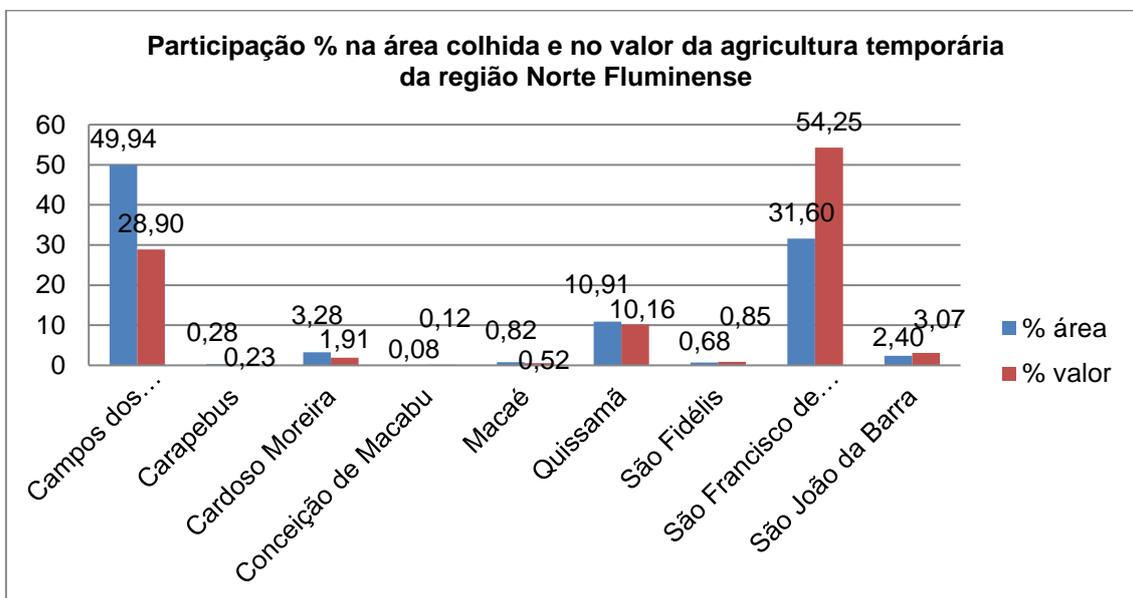


Figura 3.2: Participação percentual no total da área colhida e valor da agricultura temporária na RNF em 2012

Fonte: IBGE

O município de Campos dos Goytacazes perdeu participação na área colhida e no valor monetário da agricultura temporária da região nos últimos dois anos. Em 2012 a sua participação na área colhida alcançou 49,94%, porém a sua participação no valor monetário atingiu somente 28,90%. Poderíamos considerar uma perda de produtividade da ordem 14,03%, considerando que o percentual de área igual ao percentual de renda é o equilíbrio.

A segundo município com a maior participação de área colhida é São Francisco de Itabapoana com 31,60% e uma participação no valor da produção

da região de 54,25%. Esta sem dúvida é a melhor situação da região, já que o município consegue uma produtividade da ordem de 17,21%.

Quissamã aparece a seguir com uma participação de 10,91% no total de área colhida da região e uma participação de 10,16% no valor da produção. Próximo do equilíbrio, o município apresenta uma perda mínima de produtividade da ordem de 0,68%.

Cardoso Moreira tem quarta maior participação, ou 3,28% na área colhida da região e uma participação no valor da produção de 1,91%. Com esses números o município registrou uma perda de produtividade da ordem de 1,33%.

São João da Barra aparece na quinta posição com uma participação de 2,40% no total de área colhida da região e uma participação 3,07% no valor da produção. Com esses resultados o município contabiliza uma produtividade 0,65% na atividade de agricultura temporária.

Os municípios de Carapebus e Macaé apresentaram perda de produtividade (0,05% e 0,30%), enquanto que os municípios

de Conceição de Macabu e São Fidélis apresentaram ganho de produtividade (0,04% e 0,17%), ou seja, bem próximo do equilíbrio.

## **CAPÍTULO 4**

### **AS ATIVIDADES COMERCIAL, INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE**

Tendo em vista a carência de pesquisas sobre as atividades comercial, industrial e de serviços na região Norte Fluminense, tomamos a iniciativa de contribuir para essa lacuna, disponibilizando uma avaliação inicial. Para tal, utilizamos os indicadores de valor adicionado fiscal, índice de participação municipal no imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (ambos da Secretaria Estadual de Fazenda) e número de emprego e estabelecimentos do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

#### **O conceito de comércio**

Podemos entender a atividade comercial como um ramo de produção econômica, que faz aumentar o valor dos produtos pela interposição entre produtores e consumidores, a fim de facilitar a troca de mercadorias. O imposto de base da atividade comercial é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, que é cobrado sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços, de transporte e de comunicação. A sua distribuição está definida pela Constituição Federal (art. 158), a qual estabelece que 25% do montante arrecadado sejam destinados aos municípios. Definida como Quota-Parte Municipal do ICMS (QPM-ICMS), esta segue os seguintes

critérios de distribuição: 75% da QPM-ICMS são distribuídos de acordo com o valor adicionado de cada município e os 25% restantes, cada Estado tem plena autonomia para estabelecer os critérios específicos de repasse aos seus próprios municípios.

No caso do estado do Rio de Janeiro, os critérios de distribuição dos 25% da QPM-ICMS seguem o estabelecido pela Lei nº 2.664, de 27 de dezembro de 1996, que define cinco critérios de divisão: a) população, b) área geográfica, c) receitas tributárias próprias, d) cota mínima, e, e) ajuste econômico.

- ❖ Valor adicionado (VA): *representa a relação proporcional entre o VA total dos municípios do estado, referente a dois anos anteriores ao da apuração.*
- ❖ População: *relação proporcional entre a população residente no município e a população total da respectiva região do Estado.*
- ❖ Área geográfica: *relação percentual entre a área geográfica do município e a área total da respectiva região.*
- ❖ Receita própria: *relação proporcional entre a receita própria do município oriunda de tributos de sua competência e a arrecadação do ICMS no município.*
- ❖ Cota mínima: *parcela a ser distribuída em igual valor para todos os municípios de uma mesma região.*
- ❖ Ajuste econômico: *percentual a ser distribuído entre os municípios de uma mesma região.*
- ❖ Conservação ambiental: *receita adicional de ICMS em função da proteção ao ambiente pela Lei nº 5.100/2007.*

As tabelas 4.1; 4.2 e 4.3 a seguir, apresentam o Valor Adicionado contabilizado nos municípios da região Norte Fluminense no período 2007 a 2012.

Tabela 4.1: Valor Adicionado nos municípios da região Norte Fluminense

<b>Municípios</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>
Campos dos Goytacazes	6.215.887.381,30	9.151.021.744,54	47,22
Carapebus	460.501.811,31	716.420.952,90	55,57
Cardoso Moreira	19.020.349,17	16.926.353,30	-11,01
Conceição de Macabu	22.073.330,87	27.225.987,86	23,34
Macaé	9.839.582.629,12	12.876.628.250,74	30,87
Quissamã	2.023.336.929,63	3.159.010.608,94	56,13
São Fidélis	37.263.482,02	49.316.806,93	32,35
São Francisco de Itabapoana	479.043.214,54	710.013.701,05	48,21
São João da Barra	515.677.629,72	779.660.768,72	51,19
Região Norte Fluminense	19.612.386.757,68	27.486.225.174,98	40,15
Estado do Rio de Janeiro	167.400.125.365,71	191.334.222.682,79	14,30

Fonte: Secretaria Estadual de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

Tabela 4.2: Valor Adicionado nos municípios da região Norte Fluminense

<b>Municípios</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>
Campos dos Goytacazes	7.953.746.989,96	11.301.630.132,31	42,10
Carapebus	576.518.730,08	860.967.019,09	49,34
Cardoso Moreira	18.822.072., 27	20.185.535,71	7,24
Conceição de Macabu	32.750.944,34	40.350.541,59	23,21
Macaé	12.335.312.603,20	14.026.553.051,07	13,71
Quissamã	2.533.231.715,51	3.793.004.799,77	49,74

São Fidélis	63.076.419,97	74.078.615,15	17,44
São Francisco de Itabapoana	585.734.939,02	859.915.594,31	46,81
São João da Barra	661.270.692,97	925.976.557,40	40,03
Região Norte Fluminense	24.741.643.035,05	31.902.661.846,40	28,94
Estado do Rio de Janeiro	188.747.676.414,43	233.945.408.040,11	23,95

Fonte: Secretaria Estadual de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

Tabela 4.3: Valor Adicionado nos municípios da região Norte Fluminense

<b>Municípios</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>
Campos dos Goytacazes	11.732.347.590,80	11.421.428.857,89	-2,65
Carapebus	874.166.331,41	810.765.188,41	-7,25
Cardoso Moreira	22.371.282,78	35.336.507,32	57,95
Conceição de Macabu	52.987.557,58	54.476.398,52	2,81
Macaé	15.865.187.588,60	18.990.033.519,11	19,70
Quissamã	3.858.179.493,82	3.787.396.074,25	-1,83
São Fidélis	87.395.923,89	109.700.799,68	25,52
São Francisco de Itabapoana	883.028.091,12	822.779.624,83	-6,82
São João da Barra	963.608.589,01	993.053.741,07	3,06
Região Norte Fluminense	34.339.272.449,01	37.024.970.711,08	7,82
Estado do Rio de Janeiro	257.740.325.341,57	248.618.066.962,63	-3,54

Fonte: SEFAZ-RJ

A análise relativa ao período 2007 e 2008, mostrou um forte crescimento nominal da atividade econômica regional em 2008, com base em 2007. O Valor adicionado da região cresceu 40,03%, percentual superior ao crescimento de 14,30% do estado do Rio de Janeiro. Nesse mesmo período, três municípios apresentaram resultados abaixo do nível regional. São Fidélis cresceu 32,35%, Macaé cresceu 30,87%, Conceição de Macabu 23,34% e Cardoso Moreira experimentou uma queda de 11,01% no nível de atividade econômica. Em 2009, foi verificado um declínio de 9,99% na atividade econômica regional em relação

a 2008, contra uma retração de 1,35% na atividade econômica do Estado do Rio de Janeiro.

No biênio 2009/2010, verificou-se uma recuperação da região que apresentou um crescimento nominal da atividade econômica de 28,94% em 2010, com base em 2009. O percentual superou o crescimento de 23,95% do estado do Rio de Janeiro no mesmo período. Nesse período, São Fidélis, Macaé, Conceição de Macabu e Cardoso Moreira, apresentaram um nível de crescimento inferior ao nível regional.

Já no biênio 2011 e 2012 a região Norte Fluminense apresentou um crescimento nominal de 7,82% em 2012 com base em 2011, enquanto o Estado declinou o seu nível de atividade, medido pelo valor adicionado, em 3,43%. Os municípios com resultados positivos são os que se seguem em ordem decrescente de taxa de crescimento nominal nesse período: Cardoso Moreira com 57,95%; São Fidélis com 25,52%; Macaé com 19,70%; São João da Barra com 3,06% e Conceição de Macabu com 2,81%.

Os municípios com resultados negativos são os seguintes: Carapebus com 7,28%; Campos dos Goytacazes com 2,65% e Quissamã com 1,83%, no mesmo período analisado.

### **O conceito de indústria**

O processamento Industrial pode ser considerado como toda atividade humana que, através do trabalho, transforma matéria-prima em outros produtos, que em seguida podem ser ou não, comercializados.

### **O conceito de serviços**

De forma abrangente, a Lei 8.078/90, em seu art. 3.º, § 2.º prevê que: “Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista”. Embora a definição legal pareça encerrar o assunto, em especial por citar a necessidade de remuneração, mas excluir as relações de caráter trabalhista, na verdade transpô-la para a prática não é tão simples. O fato é que se constata uma quase

inexistência do que podemos chamar de serviços “puros”, ou seja, aqueles compostos apenas pelo labor de seu prestador. Na prática, a maior parte dos serviços que são prestados no mercado costuma ser misto, incluindo também algum produto que lhe integra a composição. Vários são os exemplos, como quando um advogado, que é profissional liberal, peticiona em juízo e insere no conteúdo do valor de sua prestação de serviços, também o fornecimento de produtos como a folha de papel e a tinta de impressão, ou quando o dentista obtura o dente e inclui em seu serviço também o amálgama e o custo dos instrumentos que utiliza. Estas circunstâncias exemplificadas, entretanto, não desnaturam a prestação de serviços em sua gênese.

### **Indicadores fundamentais**

Nesta sessão, os indicadores são desagregados pelos município que compõem a região Norte Fluminense.

### **Campos dos Goytacazes**

A seguir, são apresentados os dados de valor adicionado fiscal para Campos dos Goytacazes, região Norte Fluminense e estado do Rio de Janeiro, com as respectivas participações percentuais e a evolução dos índices de participação no ICMS.

Tabela 4.4: Evolução do Valor Adicionado em bilhões de reais

<b>Unidades</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Campos dos Goytacazes	6,2	9,2	7,9	11,3	11,7	11,4
Região Norte Fluminense	19,6	27,5	24,7	31,9	34,3	37,0
Estado do Rio de Janeiro	167,4	191,3	188,7	233,9	257,7	248,6

Fonte: SEFAZ-RJ

O valor adicionado fiscal de Campos dos Goytacazes segue uma trajetória de crescimento nominal, somente interrompida em 2009, quando a atividade econômica da região se retraiu. A participação percentual do valor adicionado do município no valor adicionado da região cresceu em 2008 em relação a 2007, caindo em 2009 e voltando a subir em 2010. Nos anos de 2011 e 2012, a participação do município da região declinou em relação a 2010. Já em relação ao Estado, o município aumentou a sua participação no valor adicionado de 3,70% em 2007 para 4,58% em 2012..

A figura a seguir, apresenta a evolução do Índice de Participação Municipal no ICM-S do município.

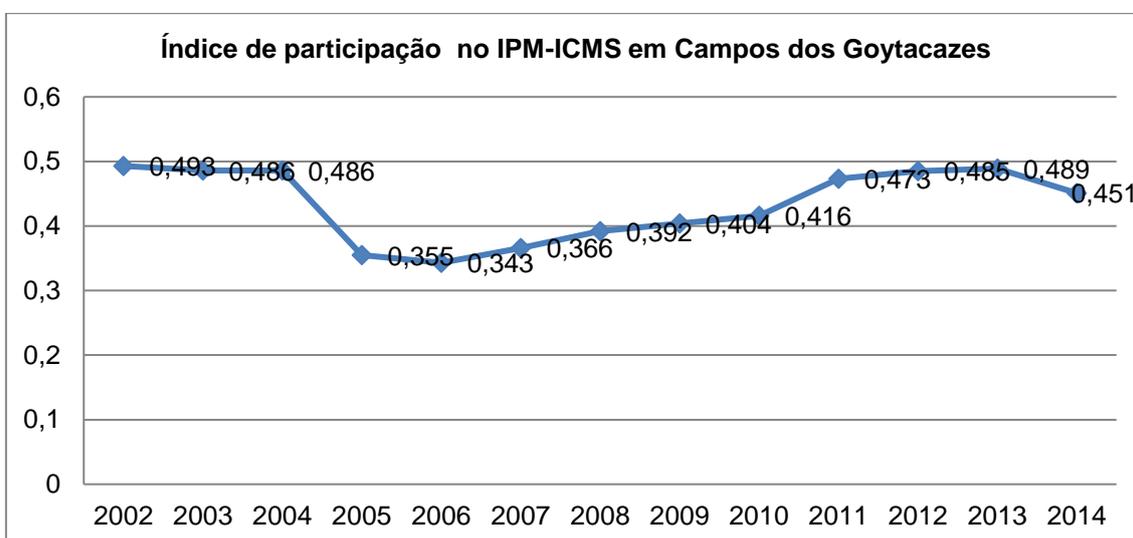


Figura 4.1: Evolução do IPM-ICMS em Campos dos Goytacazes

Fonte: Elaboração própria com base na Secretaria Estadual de Fazenda

Conforme podemos verificar na figura, o índice de participação municipal no ICMS de Campos dos Goytacazes apresentou uma queda importante em 2005, evoluindo em 2006. Em 2007, o índice iniciou um leve processo de recuperação que foi se acentuado nos anos seguintes até a sua interrupção em 2014 que cai em relação a 2013.

Mesmo considerando a existência de uma trajetória de recuperação nos últimos seis anos, o índice atual é inferior ao triênio 2002/2004, indicando que é possível melhorar a atividade econômica de base.

## Carapebus

A seguir, são apresentados os dados de valor adicionado fiscal para Carapebus e a evolução dos índices de participação no ICMS. A figura a seguir, mostra os indicadores de valor adicionado para o período de 2007 a 2012.

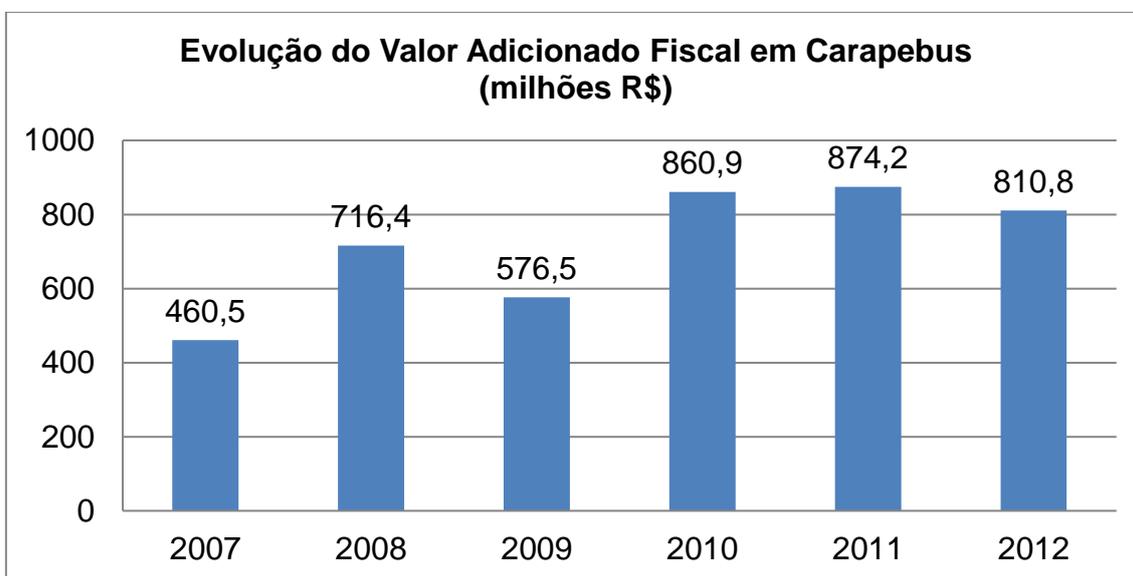


Figura 4.2: Valor Adicionado em Carapebus

Fonte: Secretaria Estadual de Fazenda

O valor adicionado fiscal de Carapebus também segue uma trajetória crescente, somente interrompida em 2009, quando a atividade econômica da região se retraiu. Nos anos de 2010 e 2011 o valor adicionado voltou a crescer, sofrendo uma leve queda em 2012.

A participação percentual do município no valor adicionado da região segue a mesma trajetória, alcançando 2,19% em 2012. A sua maior participação nesta série ocorreu em 2010 com uma taxa de 2,69%.

A figura a seguir, apresenta a evolução do Índice de Participação Municipal no ICM-S do município.

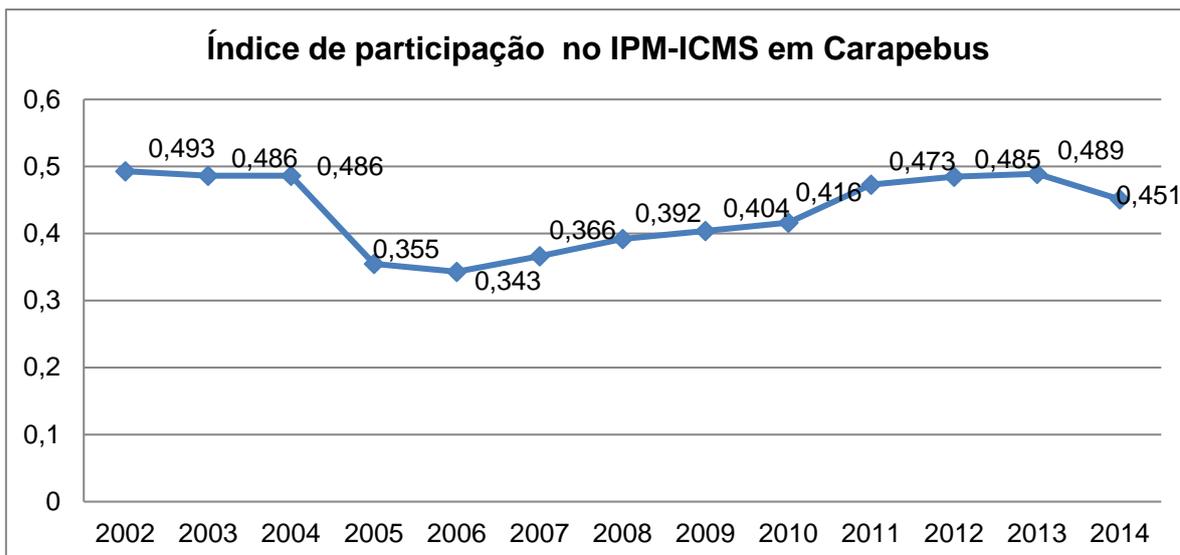


Figura 4.3: Evolução do IPM-ICMS em Carapebus

Fonte: Elaboração própria com base na Secretaria Estadual de Fazenda

Conforme pode ser verificado na figura, assim como em Campos dos Goytacazes, o índice de participação municipal no ICMS de Carapebus apresentou uma queda importante em 2005, que se manteve em 2006. Em 2007, o índice iniciou um leve processo de recuperação que foi acentuado nos anos seguintes, sofrendo uma queda em 2014.

Mesmo considerando a existência de uma trajetória de recuperação nos últimos quatro anos, o índice atual é bem inferior ao triênio 2002/2004, indicando que é possível melhorar a atividade econômica de base.

### Cardoso Moreira

A figura a seguir, apresenta os valores monetários referentes a valor adicionado no município de Cardoso Moreira.

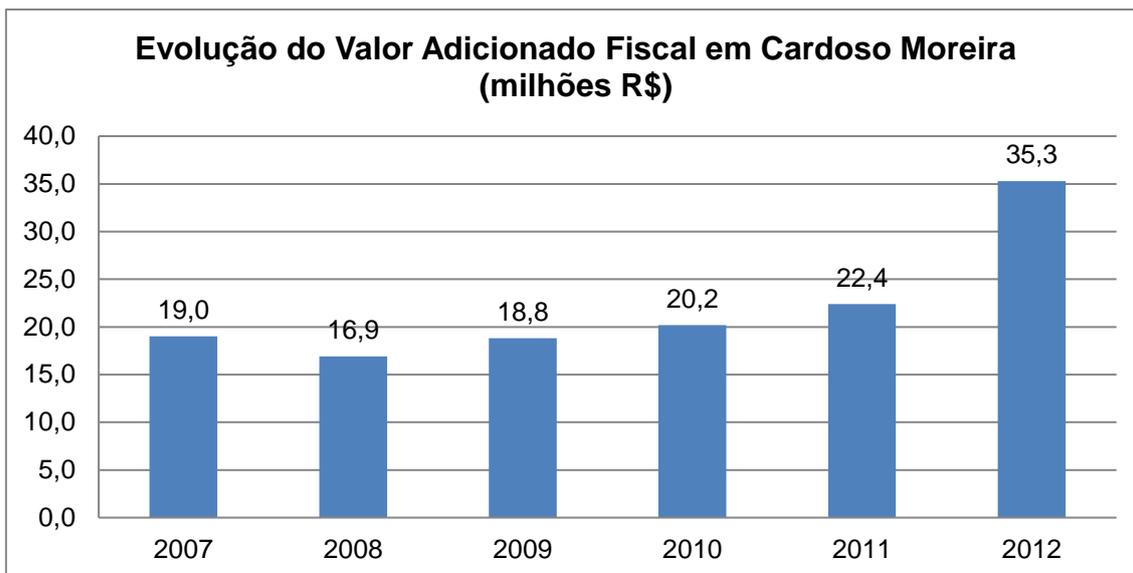


Figura 4.4: Valor Adicionado em Cardoso Moreira

Fonte: Secretaria Estadual de Fazenda

Diferente dos dois últimos municípios avaliados, Cardoso Moreira apresentou um valor adicionado com leve queda em 2008, em relação a 2007, porém se recuperou mantendo uma trajetória de crescimento de 2009 a 2012, ano em que registrou um forte crescimento nominal de 57,59% em relação ao ano anterior.

A seguir, apresentamos a trajetória do índice de participação municipal no ICMS no município para o período de 2002 a 2014.

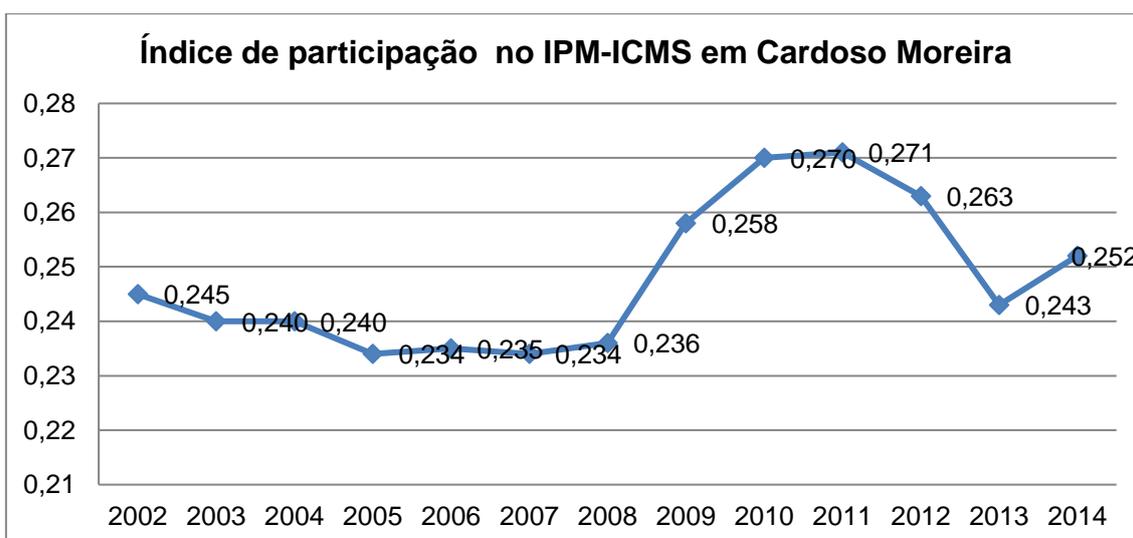


Figura 4.5: Evolução do IPM-ICMS em Cardoso Moreira

Fonte: Elaboração própria com base na Secretaria Estadual de Fazenda

Conforme podemos verificar no gráfico acima, o índice de participação municipal no ICMS de Cardoso Moreira apresentou uma trajetória de declínio no período de 2002 a 2008. A partir daí, esboçou uma leve recuperação em 2009 e 2010, porém sem uma dinâmica adequada, caindo nos anos seguintes, até 2014 onde subiu em relação ao ano anterior. O índice de 2014, entretanto, não alcançou o índice de 2002. A estrutura da economia apresenta certa dificuldade em termos de geração de riqueza, visto através do valor adicionado.

### Conceição de Macabu

Os indicadores de valor adicionado para o município de Conceição de Macabu são apresentados a seguir.

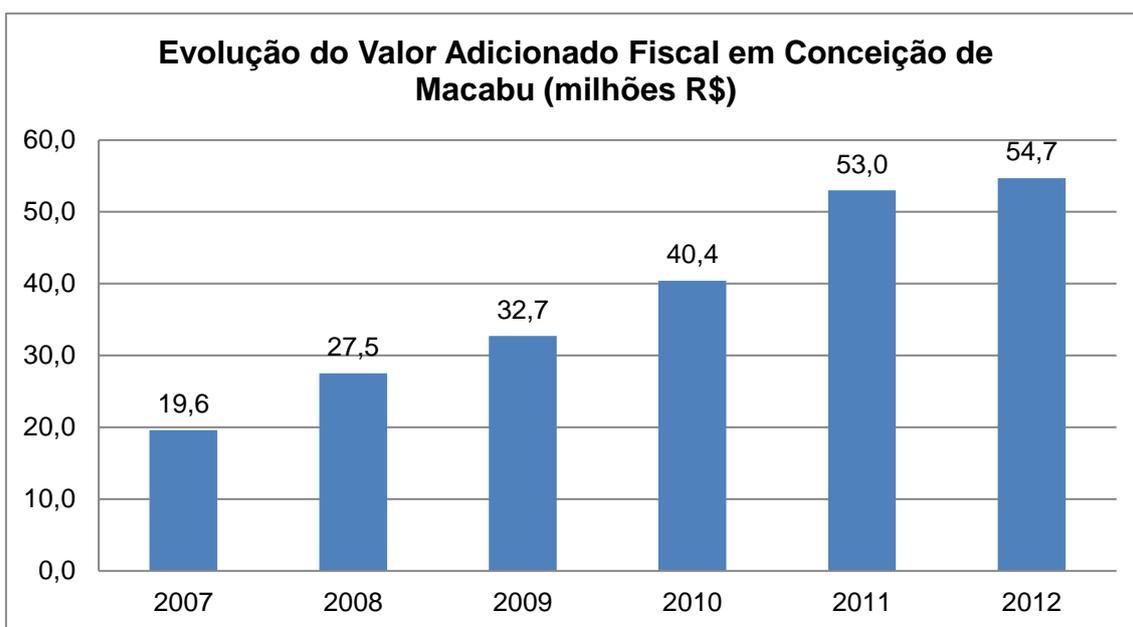


Figura 4.6: Valor Adicionado em Conceição de Macabu

Fonte: Secretaria Estadual de Fazenda

Verificamos no município uma trajetória de crescimento nominal em todo o período analisado. O crescimento do valor adicionado em 2012, com base em 2007, atingiu 179,08%. O município apresentou uma participação percentual de 1,48% em relação a região em 2012.

Os índices de participação no ICMS são demonstrados no gráfico a seguir para o período de 2002 a 2014.

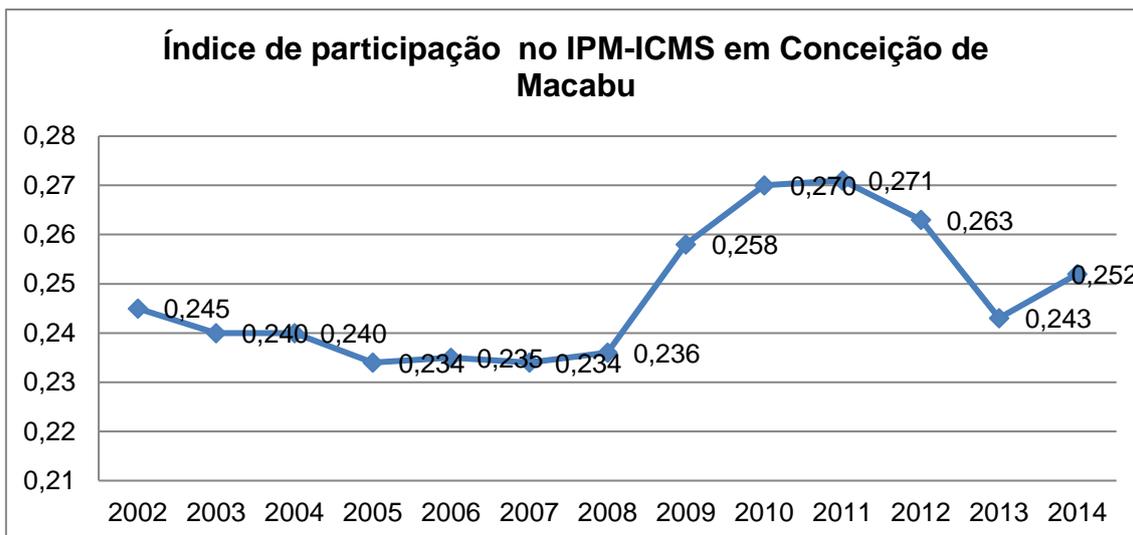


Figura 4.7: Evolução do IPC-ICMS de Conceição de Macabu

Fonte: Elaboração própria com base na Secretaria Estadual de Fazenda

Conforme verificamos na figura, o índice de participação municipal no ICMS de Conceição de Macabu apresentou uma trajetória de leve queda no período de 2002 a 2008, se recuperando em 2009 a 2011, caindo em 2012 e 2013. Em 2014 o índice voltou a subir, porém num patamar inferior aos índices do período 2009 a 2012.

## Macaé

A seguir, apresentamos os dados de valor adicionado fiscal para Macaé, região Norte Fluminense e estado do Rio de Janeiro, com as respectivas participações percentuais e a evolução dos índices de participação no ICMS.

Tabela 4.5: Evolução do Valor Adicionado em Macaé (R\$ bilhões)

Unidades	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Macaé	9,8	12,9	12,3	14,0	15,9	19,0
Região Norte Fluminense	19,6	27,5	24,7	31,9	34,3	37,0
Estado do Rio de Janeiro	167,4	191,3	188,7	233,9	257,7	248,6

Fonte: SEFAZ-RJ

O município de Macaé apresentou um crescimento nominal de 93,88% no valor adicionado em 2012, com base em 2007. A participação percentual do valor adicionado do município no valor adicionado da região foi de 51,35% em 2012, enquanto que no total do valor adicionado do Estado foi de 7,64%.

O gráfico a seguir, apresenta a evolução do índice de participação do município no ICMS.

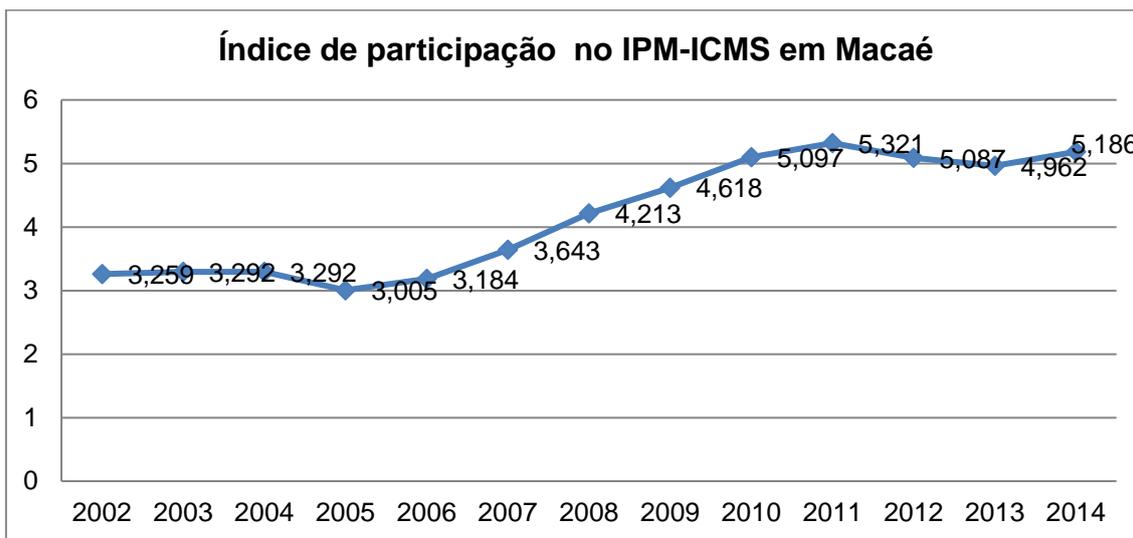


Figura 4.8: Evolução do IPM-ICMS em Macaé

Fonte: Elaboração própria com base na Secretaria Estadual de Fazenda

Conforme pode ser verificado no gráfico acima, o índice de participação municipal no ICMS de Macaé se manteve estabilizado no triênio 2002/2004, apresentando uma leve queda em 2005, se recuperando em 2006. A partir de 2007, o índice seguiu uma trajetória de crescimento consistente até 2011, declinando levemente em 2012 e 2013. Em 2014, o índice voltou a se elevar ficando abaixo de 2011.

## Quissamã

Os indicadores de valor adicionado para o município de Quissamã são apresentados a seguir.

Tabela 4.6: Evolução do Valor Adicionado em Quissamã (R\$ bilhões)

<b>Unidades</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Quissamã	2,0	3,2	2,5	3,8	3,9	3,8
Região Norte						
Fluminense	19,6	27,5	24,7	31,9	34,3	37,0
Estado do Rio de Janeiro	167,4	191,3	188,7	233,9	257,7	248,6

Fonte: SEFAZ-RJ

O município de Quissamã apresentou um forte crescimento nominal de 56,13% no valor adicionado em 2008 com base em 2007 e uma queda em 2009 com base no mês anterior. Em 2010 voltou a crescer, mantendo o mesmo padrão de valor adicionado até 2012. O crescimento nominal no último ano foi de 90,0% em relação a 2007.

A participação percentual do valor adicionado de 2012 no valor adicionado da região foi de 10,27% e no total do valor adicionado do estado do Rio de Janeiro, foi de 1,53%.

O gráfico a seguir, apresenta a trajetória do índice de participação do município no ICMS.

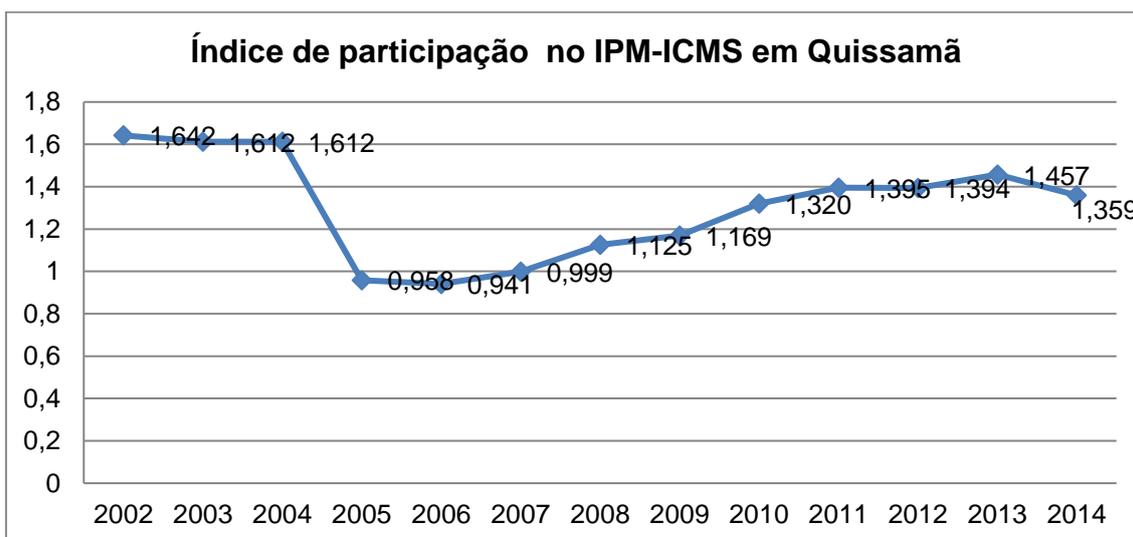


Figura 4.9: Evolução do IPM-ICMS em Quissamã

Fonte: Elaboração própria com base na Secretaria Estadual de Fazenda

Conforme podemos verificar no gráfico acima, o índice de participação municipal no ICMS de Quissamã se manteve estabilizado no triênio 2002/2004, apresentando uma forte queda em 2005. A partir de 2007, foi dado início a uma trajetória de recuperação que se entendeu até 2013, voltando a cair em 2014.

Mesmo considerando esse período de recuperação, o maior índice de participação no ICMS de 2013 ficou bem inferior ao índice do triênio 2002/2004.

## São Fidélis

Os indicadores de valor adicionado para o município de São Fidélis são apresentados a seguir.

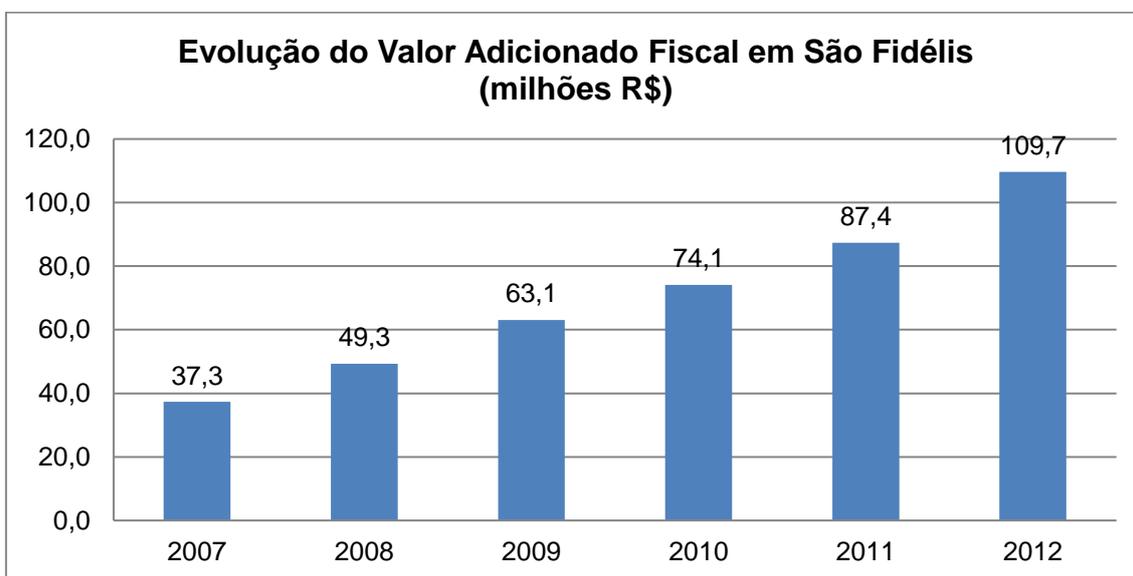


Figura 4.10: Valor Adicionado em São Fidélis

Fonte: Elaboração própria com base na Secretaria Estadual de Fazenda

O município de São Fidélis apresentou uma trajetória de crescimento nominal do valor adicionado ao longo do período analisado. Em 2012 foi registrado um crescimento de 192,23%, tendo como base o ano de 2007. A participação percentual do valor adicionado em 2012 no valor adicionado da região foi de 0,30% e no total do valor adicionado do estado do Rio de Janeiro foi de 0,04%

. A figura a seguir, apresenta a evolução do IPM-ICMS no município.

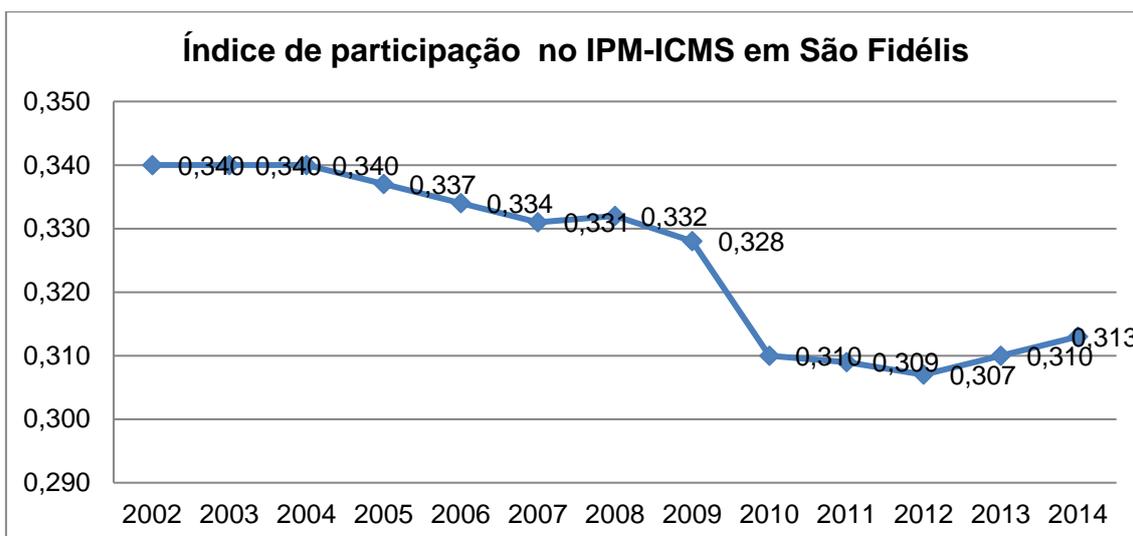


Figura 4.11: Evolução do IPM-ICMS em São Fidélis

Fonte: Elaboração própria com base na Secretaria Estadual de Fazenda

Conforme podemos verificar no gráfico acima, o índice de participação municipal no ICMS de São Fidélis se manteve estabilizado no triênio 2002/2004, entrando numa trajetória de queda que se estendeu ao longo dos anos seguintes até 2012. Nos últimos dois anos o índice voltou a crescer, porém bem abaixo do período 2002/2009. O município apresentou uma trajetória de pouca dinâmica econômica.

### São Francisco de Itabapoana

Os indicadores de valor adicionado para o município de São Francisco de Itabapoana são apresentados a seguir.



Figura 4.12: Valor Adicionado em São Francisco de Itabapoana

Fonte: Secretaria Estadual de Fazenda

Depois de ter registrar um forte crescimento nominal de 48,23% em 2008, com base em 2007, o valor adicionado fiscal do município registrou uma queda de 17,51% em 2009, em relação ao ano anterior, se recuperando em 2010, quando atingiu um crescimento de 46,82% em relação a 2009. O valor correspondente a 2012 cresceu 71,77% em relação a 2007 e a participação percentual do valor adicionado em 2012 no valor adicionado da região foi de 2,22%, enquanto que no total do valor adicionado do Estado do Rio de Janeiro foi de 0,33%.

. A seguir, apresentamos a evolução do IPM-ICMS para o município.

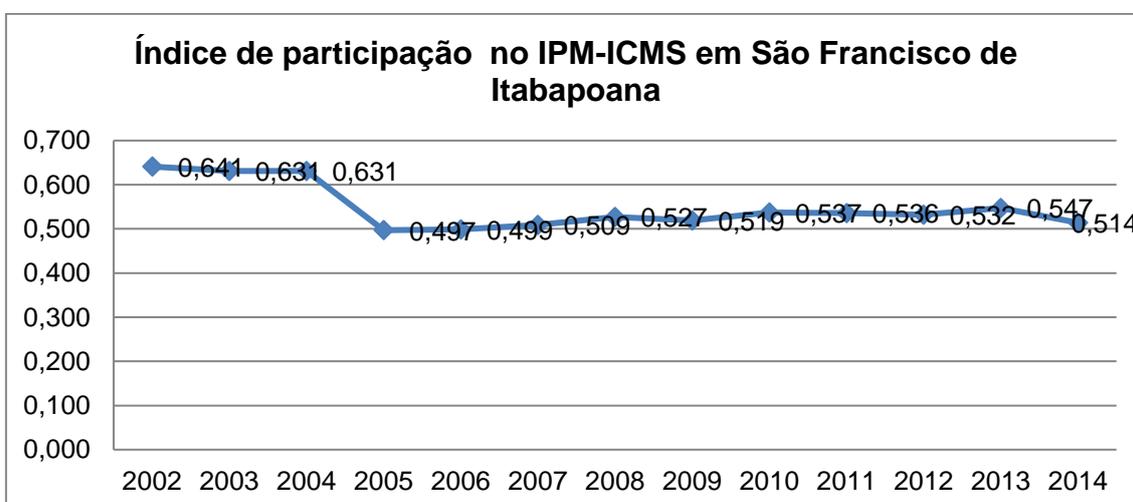


Figura 4.13: Evolução do IPM-ICMS em São Francisco de Itabapoana

Fonte: Elaboração própria com base na Secretaria Estadual de Fazenda

Conforme pode ser verificado na figura acima, o índice de participação municipal no ICMS de São Francisco de Itabapoana se manteve estabilizado no triênio 2002/2004, caindo em 2005 e iniciando uma leve recuperação em seguida. Em 2010, o índice apresentou um leve crescimento que não se sustentou, voltando a crescer em 2013, porém bem abaixo do triênio 2002/2004.

## São João da Barra

Os indicadores de valor adicionado para o município de São João da Barra são apresentados a seguir.



Figura 4.14: Valor Adicionado em São João da Barra

Fonte: Secretaria Estadual de Fazenda

O município de São João da Barra apresentou um crescimento nominal de 51,19% no valor adicionado em 2008, com base em 2007. Em 2009 sofreu uma queda acentuada de 15,19% em relação ao ano anterior, para posteriormente se recuperar durante os três anos seguintes.

A participação percentual do valor adicionado em 2012 no valor adicionado da região foi de 2,68% e no total do valor adicionado do estado do Rio de Janeiro foi de 0,40%.

A figura a seguir, apresenta a trajetória do IPM-ICMS para o município.

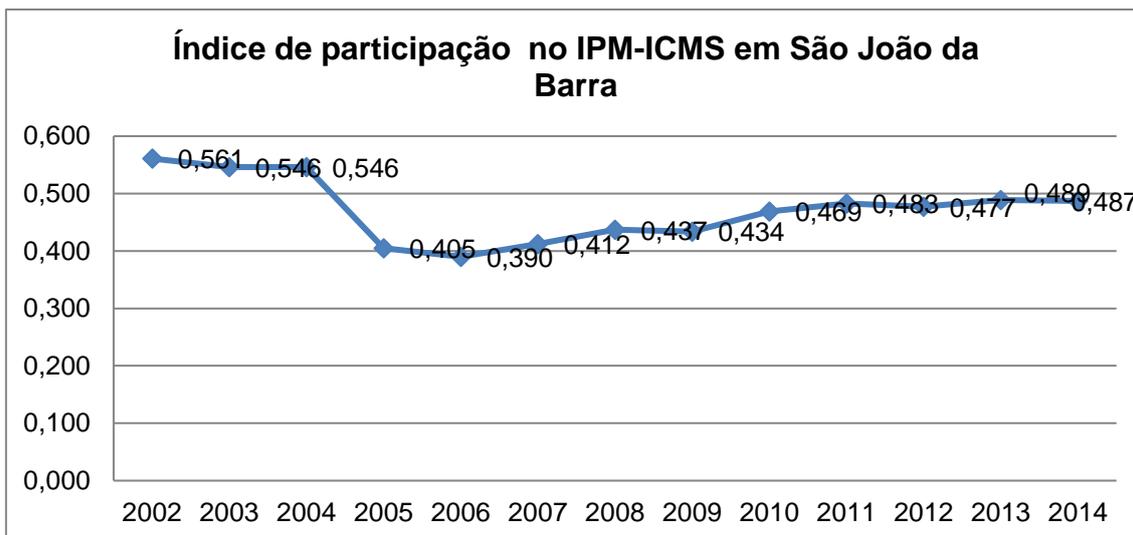


Figura 4.15: Evolução do IPM-ICMS em São João da Barra

Fonte: Elaboração própria com base na Secretaria Estadual de Fazenda

Conforme pode ser verificado no gráfico acima, o índice de participação municipal no ICMS de São João da Barra também se manteve estabilizado no triênio 2002/2004, caindo em 2005 e 2006, iniciando uma leve recuperação em 2007 até 2011 e uma leve queda em 2012. Em 2013 o índice voltou a aumentar para cair levemente em 2014. Os índices recentes são bem inferiores aos do triênio 2002/2004.

### **Movimentação do comércio exterior na Região Norte Fluminense**

A movimentação do comércio exterior na região apresentou um resultado superavitário de US\$2,7 bilhões em 2011, onde o volume de exportação contabilizado em US\$3,5 bilhões superou o volume de importação contabilizado em US\$721,9 milhões. Macaé liderou o comércio com o exterior na região com 99,31% das exportações e 91,11% das importações. A tabela a seguir, apresenta os valores de comércio exterior na região em 2013.

Tabela 4.7: Operações de comércio exterior na região Norte Fluminense em 2013 (US\$ FOB)

<b>Município</b>	<b>Exportação</b>	<b>Importação</b>	<b>Saldo</b>
Campos dos Goytacazes	214.430.794	70.216.162	144.214.632
Conceição de Macabu	0	253.689	-253.689
Macaé	4.470.961.346	894.985.974	3.575.375.372
Quissamã	31.974	0	31.974
São Fidélis	0	56.255	-56.255
São Francisco de Itabapoana	366.000	0	366.000
São João da Barra	9.328.714	145.374,39	-136.045.681
<b>Total</b>	<b>4.695.118.828</b>	<b>965.657.454</b>	<b>3.583.632.353</b>

Fonte: MDIC

No conjunto dos principais produtos exportados, são identificados os minerais de metais das terras raras de São Francisco de Itabapoana para a China; o óleo bruto de petróleo, aparelhos para filtrar e depurar líquidos de Macaé para Santa Lucia, Estados Unidos, Portugal, Espanha e China; bebidas de São João da Barra para a França e Estados Unidos e ácido láctico, acessórios para soldar, milho em grão, mármore, etc. de Campos dos Goytacazes, para Alemanha, Argentina, Taiwan, Países Baixos, etc.

No conjunto das importações, são identificadas: máquinas de sondagem, aparelhos mecânicos, ferramentas de perfuração, bombas volumétricas, etc. para Macaé, oriundas dos Estados Unidos, Reino Unido, Noruega, Alemanha e Japão e uma diversidade de produtos para Campos, originários da China, Alemanha e Estados Unidos.

Observa-se claramente uma dependência tecnológica da região em relação aos países desenvolvidos. Os produtos importados têm incorporados um maior nível tecnológico do que os produtos exportados da região.

Os resultados em 2014, considerando o período de janeiro a agosto, são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 4.8: Operações de comércio exterior na região Norte Fluminense em 2014\* (US\$ FOB)

<b>Município</b>	<b>Exportação</b>	<b>Importação</b>	<b>Saldo</b>
Campos dos Goytacazes	66.541.291	14.009.898	52.531.393
Conceição de Macabu	0	47.145	-47.145
Macaé	219.202.141	123.598.787	95.603.354
São João da Barra	4.659.338	3.648.949	1.010.389
<b>Total</b>	<b>290.402.770</b>	<b>141.304.779</b>	<b>149.097.991</b>

Fonte: MDIC

\* janeiro a fevereiro

A movimentação relativa ao comércio exterior na região em 2014 (janeiro a fevereiro) gerou um saldo superavitário de US\$149,1 milhões, resultado das exportações no valor de US\$ 290,4 milhões e das importações de US\$ 141,3 milhões. Macaé manteve a posição de liderança com 75,48% das exportações e 87,47% das importações.

### **A movimentação das commodities no exterior**

Os dados sobre açúcar e minério de ferro no comércio exterior são importantes para região Norte Fluminense, em função de sua importância na atividade açucareira, mesmo em decadência, e pelo atual processo de transformação do território impulsionado pelo projeto do Porto do Açú, com sede em São João da Barra. Neste tópico, disponibilizamos a movimentação recente dessas *commodities* no comércio exterior.

Tabela 4.9: Exportação de açúcar em bruto em 2013

<b>mês</b>	<b>US\$ milhões</b>	<b>1.000 ton</b>	<b>US\$/ton</b>
Janeiro	814,7	1.729,6	471,0
Fevereiro	575,7	1.211,0	475,4
Março	683,4	1.507,3	453,4

Abril	575,7	1.287,3	447,2
Maio	631,1	1.445,0	436,8
Junho	764,7	1.787,4	427,8
Julho	762,9	1.853,1	411,7
Agosto	1.095,1	2.675,9	409,2
Setembro	870,4	2.133,0	408,1
Outubro	849,9	2.076,0	409,4
Novembro	742,5	1.835,9	404,4
Dezembro	797,5	1.980,3	402,7

Fonte: MDIC

A movimentação da *commodity* açúcar bruto, apresentou uma evolução das receitas em dólar muito variável. De fevereiro a julho, os valores foram inferiores a janeiro. Em agosto a receita voltou a subir, caindo nos meses seguintes. A movimentação do volume embarcado em toneladas seguiu a mesma trajetória das receitas.

O preço médio apresentou uma trajetória de queda. O preço negociado em dezembro foi menor 14,50% do que o preço de janeiro do mesmo ano.

Tabela 4.10: Evolução dos preços em US\$ /tonelada de açúcar em bruto no comércio exterior

<b>Mês</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2104</b>
Janeiro	417,6	558,6	590,3	471,0	390,9
Fevereiro	457,6	556,5	574,2	475,4	384,0
Março	507,7	585,6	564,4	453,4	368,4
Abril	471,2	608,6	566,2	447,2	
Maio	452,7	555,1	547,9	436,8	
Junho	433,4	543,3	525,6	427,8	
Julho	410,6	555,4	516,9	411,7	

Agosto	407,0	564,9	505,5	409,2
Setembro	419,7	575,5	498,1	408,1
Outubro	434,7	580,9	496,7	409,4
Novembro	468,7	599,0	490,7	404,4
Dezembro	514,2	600,1	477,3	402,7

Fonte: MDIC

Complementarmente, a figura a seguir apresenta as curvas relativas aos preços praticados em 2010, 2011 e 2012 no período de janeiro a agosto.

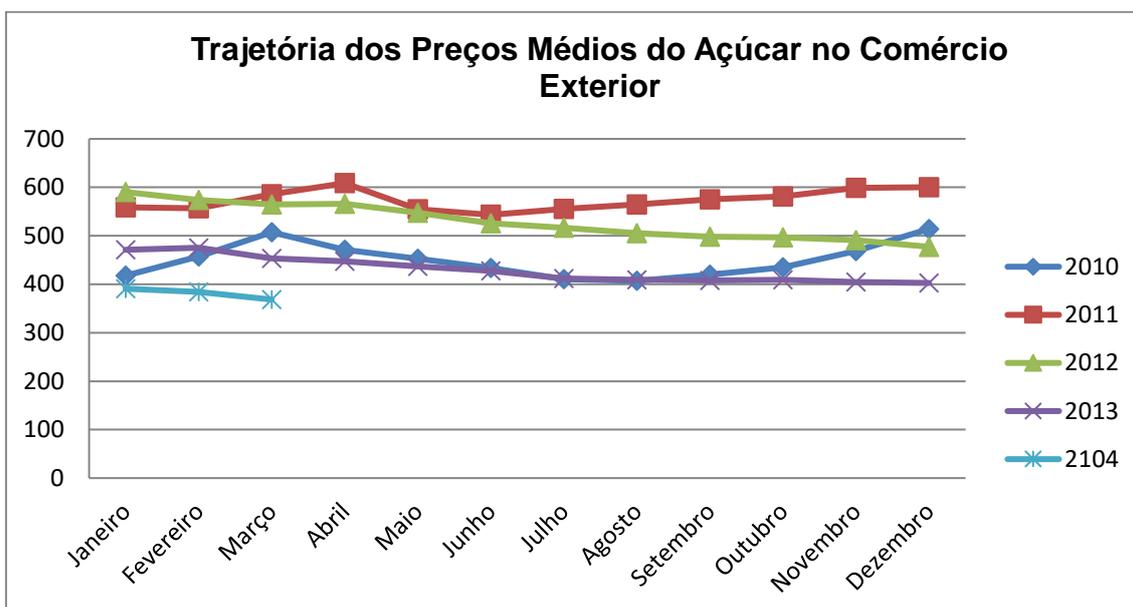


Figura 4.16: Evolução dos preços do açúcar em bruto no comércio internacional

Fonte: Elaboração própria com base no MDIC

Observa-se que os preços praticados em 2011, foram superiores aos preços praticados em todos os meses de 2010. Em 2012, depois de partir acima de 2011 em janeiro, os preços seguiram uma trajetória abaixo da linha de 2011, pressionados pela crise internacional. Em 2013, a tendência é de queda, assim como nos primeiros meses de 2014.

A seguir são apresentados os dados do comércio de minério de ferro em 2013.

Tabela 4.11: exportação de minério em bruto em 2013

<b>mês</b>	<b>US\$ milhões</b>	<b>1.000 t</b>	<b>US\$/t</b>
Janeiro	2.257,9	24.656,3	91,6
Fevereiro	2.127,2	20.673,2	102,9
Março	2.500,2	22.574,5	110,8
Abril	2.535,7	23.347,0	108,6
Mai	2.950,3	27.174,6	108,6
Junho	2.591,0	26.106,7	99,2
Julho	2.665,9	29.694,8	89,8
Agosto	2.640,5	31.162,6	84,7
Setembro	2.789,8	29.016,2	96,1
Outubro	3.219,2	32.515,2	99,0
Novembro	3.008,8	30.909,4	97,3
Dezembro	3.204,9	31.808,0	100,8

Fonte: MDIC

A receita em dólares é crescente em 2013. O valor apurado em dezembro superou em 41,94% o valor de janeiro. Na comparação com dezembro ano passado, o crescimento neste ano atingiu 14,0%.

O volume embarcado neste ano seguiu a mesma trajetória da receita. Em dezembro, o embarque foi maior 29,00%, do que o volume embarcado em janeiro do mesmo ano. Em relação ao mesmo mês do ano passado, foi verificada uma queda de 1,39% em dezembro de 2013.

A tabela a seguir apresenta a evolução dos preços praticados na comercialização do minério no comércio exterior.

Tabela 4.12: Evolução dos preços de minério no comércio exterior

<b>Mês</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Janeiro	45,6	111,7	100,9	91,6	100,50
Fevereiro	49,7	117,5	96,6	102,9	96,9
Março	52,3	116,4	100,8	110,8	97,8

Abril	67,4	126,9	100,5	108,6
Maio	93,4	136,5	102,7	108,6
Junho	95,1	136,7	106,2	99,2
Julho	111,0	136,9	104,3	89,8
Agosto	119,8	137,6	100,2	84,7
Setembro	121,0	135,9	87,9	96,1
Outubro	113,8	136,6	80,9	99,0
Novembro	109,4	115,6	81,0	97,3
Dezembro	110,0	108,1	87,2	100,8

Fonte: MDIC

A figura a seguir, projeta as linhas relativas aos preços praticados em 2010, 2011 e 2012, no período de janeiro a agosto.

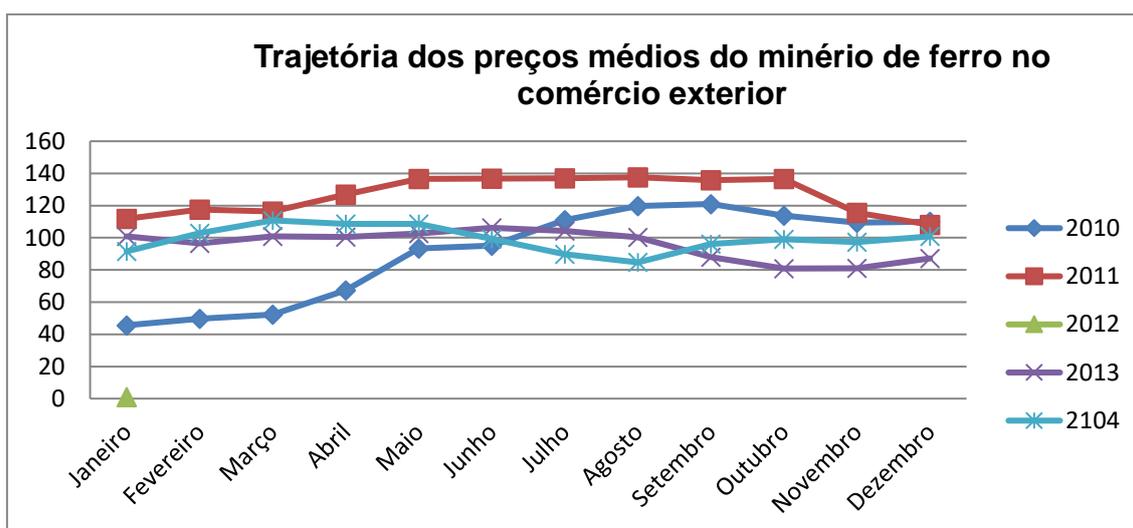


Figura 4.17: Evolução dos preços do açúcar no comércio internacional

Fonte: Elaboração própria com base no MDIC

Os preços de 2011 superaram os preços praticados em 2010 até novembro, invertendo em dezembro, com a queda a um nível inferior ao de dezembro de 2010. Os preços dos anos seguintes se mantiveram abaixo da linha dos preços praticados em 2011. Os reflexos da crise financeira americana e Europeia afetaram fortemente os preços das commodities brasileiras.

## CAPÍTULO 5

### EMPREGO FORMAL NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE

A estrutura do mercado de trabalho formal na região Norte Fluminense em 01/01/2014, apresentou uma composição correspondente a 236.183 empregos e 26.972 estabelecimentos, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego.

O município de Macaé ocupa a liderança na região, com uma participação de 56,61% do total do emprego total, seguido por Campos dos Goytacazes com uma participação de 35,61%. Observamos que Campos dos Goytacazes vem perdendo posição sistematicamente na estrutura de emprego para Macaé. Em 01/01/2010, o município ocupava a posição de liderança com 46,28%, caindo para 37,78% em 01/01/2012 e 35,61% em 01/01/2014, enquanto Macaé que tinha uma participação de 46,14% em 01/01/2010 subiu para 54,54% em 01/01/2012 e 56,61% em 01/01/2014.

A tabela a seguir, apresenta os indicadores para os nove municípios da região.

Tabela 5.1: Número de empregos e de estabelecimentos na região Norte Fluminense em 01/01/2014.

<b>Municípios</b>	<b>Empregos</b>	<b>Total</b>
	<b>formais</b>	<b>Estabelecimentos</b>
Campos dos Goytacazes	84.111	14.384
Carapebus	644	189
Cardoso Moreira	602	316
Conceição de Macabu	1.331	623
Macaé	133.700	8.003
Quissamã	3.263	480
São Fidélis	3.305	1.086

São Francisco de Itabapoana	1.866	819
<i>São João da Barra</i>	<i>7.361</i>	<i>1.072</i>
Total	236.183	26.972

Fonte: MTE

Importante a observação de que o número de emprego na região aumentou 9,66% nos últimos dois anos. Porém, um fato preocupante é de que esse crescimento concentrou em um número menor de estabelecimentos. Em dois anos a taxa de crescimento de novos negócios foi negativa pela queda de 1,22% em janeiro de 2014 com base em janeiro de 2012.

A seguir, são apresentados indicadores relativos a movimentação do saldo de emprego por município da região.

### **Trajatória do saldo de emprego formal na região Norte Fluminense**

A evolução do emprego formal na região Norte Fluminense, é apresentada na tabela a seguir para o período de 2008 a 2013. Verifica-se que o saldo de emprego experimentou um forte declínio em 2009, com base em 2008, em função da crise financeira internacional, que teve início no final de 2008 nos Estados Unidos, afetando, fundamentalmente, os investimentos no setor de petróleo e de infraestrutura. O município de Macaé, base das instalações petrolíferas na região, e responsável pela metade dos empregos gerados, foi duramente afetado, assim como São João da Barra, sede do complexo portuário do Açúcar em construção. Naturalmente, a retração dos investimentos também afetou os sistemas econômicos das menores cidades da região.

Nos dois anos seguintes, a região mostrou uma boa condição de superação, atingindo um número de emprego em 2010, muito próximo de 2008 e, finalmente, consolidando um crescimento de 40,75% no saldo de emprego em 2011 com relação ao saldo de 2010.

A tabela mostra a trajetória do emprego formal na região, no período de 2008 a 2013.

Tabela 5.2: Evolução do saldo de emprego nos municípios da região Norte Fluminense

<b>Município</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Campos dos Goytacazes	1.989	-183	3.239	3.508	1.288	2.782
Carapebus	21	7	20	99	101	69
Cardoso Moreira	15	36	95	-36	38	9
Conceição de Macabu	-2	30	-258	95	74	-56
Macaé	10.013	-87	7.807	11.507	6.262	3.964
Quissamã	25	-90	395	-17	5	60
São Fidelis	274	-879	26	23	152	213
São Francisco de Itabapoana	-41	110	-80	-66	332	45
São João da Barra	728	239	257	1.075	855	-886
<b>Total</b>	<b>13.022</b>	<b>-817</b>	<b>11.501</b>	<b>16.188</b>	<b>9.107</b>	<b>6.200</b>

Fonte: MTE

Com a finalidade de melhorar a visualização da trajetória do saldo de emprego, a figura a seguir mostra a evolução do saldo total do emprego no período de 2008 a 2013 na região. Comparando com o saldo gerado no estado, verifica-se que em 2008 o saldo de emprego na região era equivalente a 8,42%. Em 2010, ano posterior à crise, a participação regional caiu para 6,03%, aumentando para 9,63% em 2011 e 9,74% em 2013. Os dados mostram que a região foi menos afetada pela crise do que o estado, já que teve a sua participação aumentada nos últimos três anos.

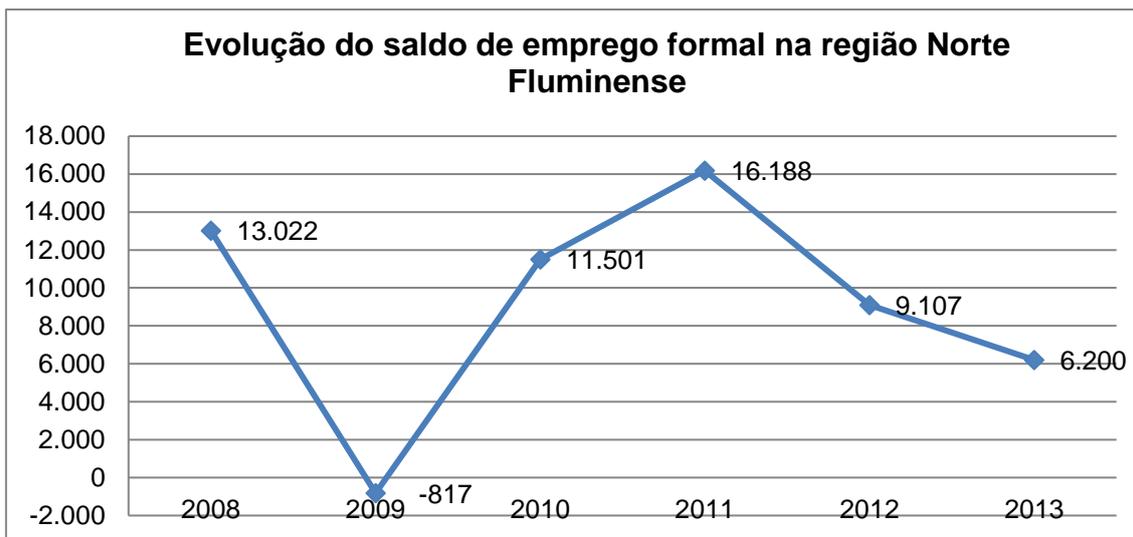


Figura 5.1: Evolução do emprego formal na região Norte Fluminense

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE

O emprego formal na região sofre forte desaceleração, assim como ocorre no estado e no País. Como reflexo da crise americana em 2008, o saldo de emprego foi negativado em 2009. Os anos de 2010 e 2011, entretanto, possibilitaram a sensação de que o Brasil não seria impactado pelas consequências da crise que logo se espalhou pela Europa. Porém, os anos de 2012 e 2013 mostraram que a situação era bem diferente, acentuando não só uma forte desaceleração no emprego, como nas operações de comércio exterior, além de diversos desequilíbrios internos.

A tabela a seguir, mostra a manutenção do quadro de desaceleração do emprego, pelos dados computados no primeiro bimestre de 2014.

Tabela 5.3: Saldo do emprego no primeiro bimestre de 2014 na região Norte Fluminense

Município	Admissão	Desligamento	saldo mês	Acumulado
Campos dos Goytacazes	3.332	2.840	492	60
Carapebus	16	26	-10	-15
Cardoso Moreira	23	10	13	12
Conceição de Macabu	14	11	3	0
Macaé	5.193	5.103	90	-466
Quissamã	81	46	35	32

São Fidélis	106	72	34	31
São Francisco de Itabapoana	45	33	12	-15
São João da Barra	548	372	176	207

Fonte: MTE

## Investigação do emprego por unidade municipal

### Campos dos Goytacazes

A estrutura do emprego formal em Campos dos Goytacazes em 01/01/2014 é composta de 84.111 empregos em 14.384 estabelecimentos.

Observando a série temporal de 2003 a 2013, verifica-se que o saldo do emprego formal no município se apresentou com certa variabilidade. Cresceu 68,42% em 2004 com base em 2003, declinou 77,2% em 2005 com base em 2004, voltou a crescer 120,43% em 2006 com base em 2005, foi negativado em 2007 e 2009 e apresentou um resultado positivo em 2008. Nos anos 2010 e 2011 o saldo voltou a crescer. Em 2013 o município destruiu empregos e em 2013 gerou 2.782 novas vagas, conforme indicado na tabela 5.4 a seguir.

Tabela 5.4: Emprego formal em Campos dos Goytacazes

Ano	Admissão	Desligamento	Saldo
2003	24.018	21.330	2.688
2004	26.819	22.292	4.527
2005	27.519	26.457	1.062
2006	26.824	24.483	2.341
2007	26.633	29.223	-2.590
2008	31.573	29.584	1.989
2009	25.978	26.161	-183
2010	34.992	31.753	3.239
2011	36.694	33.186	3.508
2012	37.262	37.632	-370
2013	38.254	35.472	2.782

Fonte: MTE

A figura a seguir, apresenta a trajetória do saldo do emprego formal em Campos dos Goytacazes, acentuando a variabilidade indicada ao longo dos anos analisados.

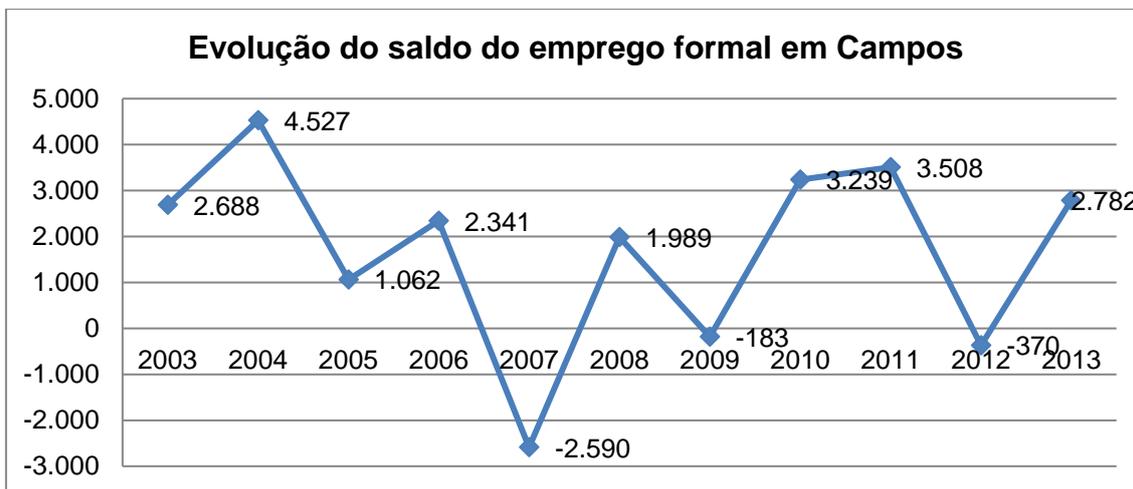


Figura 5.2: Trajetória do saldo do emprego formal em Campos dos Goytacazes

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE

Evoluindo para uma análise setorial, observou-se em 2003 uma predominância do emprego formal nos setores de serviços, com uma taxa equivalente a 29,35%; na construção civil, com uma taxa de 29,98% e indústria de transformação, com uma taxa de 19,53%.

Em 2004, verificou-se uma forte predominância do setor agropecuário com uma taxa de 59,82%, seguido pelo setor de serviços com taxa de 25,27% e do setor de comércio com uma taxa de 22,11%.

Em 2005, o setor de comércio liderou a geração de emprego formal no município com uma participação de 98,96%, seguido pelo setor de serviços com 61,02% e pelo setor de construção civil com uma taxa de participação de 40,40%.

Em 2006, a distribuição do emprego colocou o setor de construção civil na liderança com uma taxa de participação de 55,57%, seguido pelo setor de serviços com uma taxa de participação de 33,75% e o setor de comércio com uma taxa de participação de 27,21%.

Em 2007, não houve criação de empregos, ao contrário, houve destruição de empregos, onde o setor de serviços foi o setor que mais desligou pessoal, seguido pelo setor agropecuário.

Em 2008, o setor agropecuário se recuperou, concentrando uma taxa de geração de emprego equivalente a 78,33%, seguido pelo setor de construção civil com uma taxa de 33,58% e pelo setor de comércio com uma taxa de 32,93%.

Em 2009 foi verificado, mais uma vez, o fenômeno de destruição de empregos, onde o setor agropecuário contribuiu efetivamente para o processo, seguido pela construção civil.

Em 2010, foi observada uma distribuição do emprego formal mais equilibrada, onde o setor de serviços apresentou uma taxa da ordem de 54%, a construção civil apresentou uma taxa de 41,03% e o setor de comércio uma taxa de 29,52% do total de empregos gerados no ano.

Em 2011, o setor de serviços voltou a concentrar a geração de emprego com uma taxa de 39,11%, seguido pelo setor de comércio com uma taxa de 28,16% do total de empregos gerados no ano.

Em 2012, o município destruiu empregos, consequência do forte processo de demissões na construção civil que gerou um saldo negativo de 1.863 empregos com reflexos no comércio que gerou um saldo negativo de 236 empregos.

Em 2013, o saldo voltou a ser positivo com a criação de 2.782 novos empregos. Neste ano, a construção civil voltou a atuar gerando 679 empregos, o comércio gerou 463 empregos, a indústria de transformação 205 empregos e a atividade de serviços 205 empregos.

O emprego formal em Campos dos Goytacazes em 2014, observado segundo os setores de atividade, é apresentado na tabela a seguir. Podemos verificar a importância do setor sucroalcooleiro, mesmo fora do período de safra da cana-de-açúcar. Com um saldo acumulado de 60 empregos no bimestre, o setor se destaca pela contribuição de 100% do saldo acumulado no período. O setor de construção civil foi o que mais contribuiu com 401 vagas, as quais se anularam em função do resultado negativo do comércio que destruiu 400 vagas de emprego no período.

Os dados são apresentados a seguir.

Tabela 5.5: Emprego por setor de atividade no período de janeiro a fevereiro de 2014 em Campos dos Goytacazes

<b>Setor</b>	<b>Saldo acumulado</b>
Extrativa Mineral	0
Indústria de Transformação	3
Serviço Industrial de Utilidade Pública	35
Construção Civil	401
Comércio	-400
Serviços	-39
Administração Pública	0
Agropecuária	60
Total	60

Fonte: MTE

### **Carapebus**

A estrutura de emprego em Carapebus é representada por 644 empregos formais em 189 estabelecimentos, segundo estatística de Ministério do Trabalho e Emprego de 01/01/ 2014.

Em relação à trajetória do emprego formal no período de 2007 a 2013, observou-se que o saldo gerado manteve uma média em torno de 15 empregos por ano no período de 2007 a 2010, aumentando de maneira mais expressiva em 2011 e 2012, quando atingiu o saldo de 99 e 101 novos empregos, sucessivamente. Em 2013, o saldo cai para o nível de 69 empregos. A tabela a seguir apresenta as admissões, desligamentos e saldos para o período analisado.

Tabela 5.6: Emprego formal no município de Carapebus no período 2007 a 2013

<b>Ano</b>	<b>Admissão</b>	<b>Desligamento</b>	<b>Saldo</b>
2007	116	101	15
2008	91	70	21

2009	96	89	7
2010	133	113	20
2011	268	169	99
2012	361	260	101
2013	498	429	69

Fonte: MTE

De forma a possibilitar uma melhor visualização, a figura a seguir apresenta a evolução do saldo de emprego no período analisado. O ano de 2011 acentua um saldo diferenciado em relação aos anos anteriores.

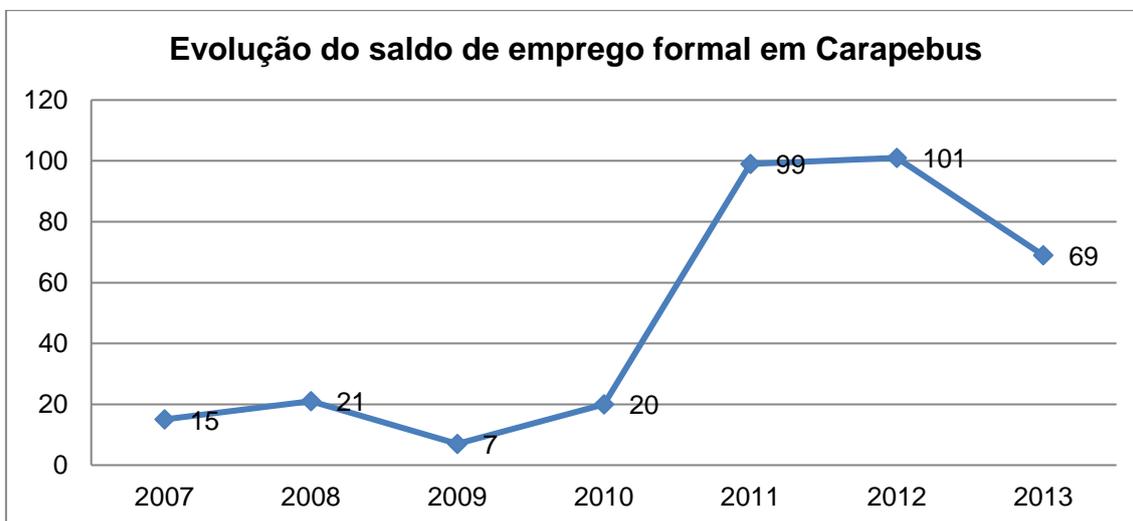


Figura 5.3: Evolução do saldo de emprego formal em Carapebus

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE

Evoluindo para uma análise setorial, podemos observar no município a predominância do emprego nos setores de serviço e comércio em todos os anos da série analisada. A evolução do emprego no primeiro bimestre de 2014 é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 5.7: Saldo do emprego formal no município de Carapebus em 2014

Mês	Admissão	Desligamento	mês	acumulado
Janeiro	31	36	-5	-5
Fevereiro	16	26	-10	-15

Fonte: MTE

O município iniciou o ano de 2014 com saldo de emprego negativo e com fortes possibilidades de não repetir os resultados dos dois últimos anos.

A tabela a seguir, apresenta o saldo acumulado de emprego gerado no bimestre por setor de atividade.

Tabela 5.8: Emprego por setor de atividade no período de janeiro a fevereiro de 2014 em Carapebus.

<b>Setor</b>	<b>Saldo acumulado</b>
Extrativa Mineral	0
Indústria de Transformação	-1
Serviço Industrial de Utilidade Pública	0
Construção Civil	3
Comércio	-5
Serviços	-14
Administração Pública	0
Agropecuária	2
Total	-15

Fonte: MTE

### **Cardoso Moreira**

A estrutura de emprego em Cardoso Moreira é representada por 602 empregos formais e 316 estabelecimentos, segundo estatística de Ministério do Trabalho e Emprego de 01/01/2014.

Em relação à trajetória do processo de geração de emprego formal, podemos observar que em 2007 o município destruiu empregos, conseguindo uma evolução positiva nos anos 2008, 2009 e 2010. Em 2011, o município voltou a destruir empregos se recuperando em 2012. Apesar do saldo positivo em 2013, ficou evidente a desaceleração em relação ao ano anterior.

A tabela a seguir apresenta as admissões, desligamentos e saldos para o período analisado.

Tabela 5.9: Admissão, desligamento e saldo de emprego em Cardoso Moreira

Ano	admissão	desligamento	saldo
2007	90	109	-19
2008	90	75	15
2009	98	62	36
2010	214	119	95
2011	165	201	-36
2012	208	170	38
2013	170	161	9

Fonte: MTE

A figura a seguir, apresenta a trajetória do saldo do emprego formal de 2007 a 2011 no município, acentuando o ponto de pico em 2010, em função dos bons saldos nas atividades de comércio e serviços e o forte declínio em 2011, provocado pelos saldos negativos das mesmas atividades.

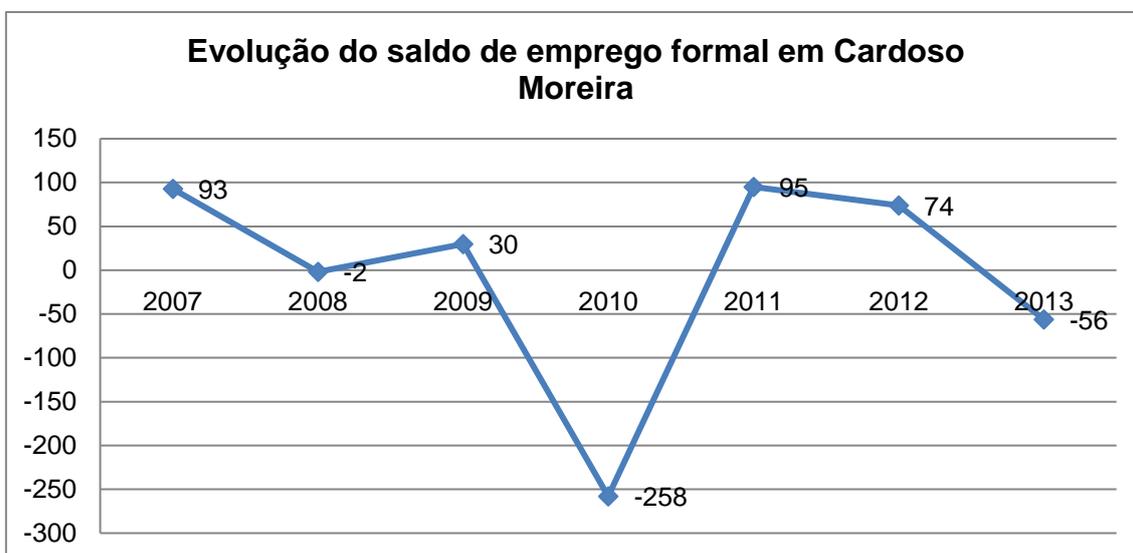


Figura 5.4: Evolução da trajetória do saldo de emprego formal em Cardoso Moreira

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE

A tabela a seguir, apresenta a evolução do emprego formal nos meses de janeiro a fevereiro de 2014.

Tabela 5.10: Saldo do emprego formal no município de Cardoso Moreira em 2014

<b>Mês</b>	<b>admissão</b>	<b>desligamento</b>	<b>mês</b>	<b>acumulado</b>
Janeiro	15	17	-2	-2
Fevereiro	9	8	1	-1

Fonte: MTE

O saldo acumulado de empregos gerados no período de janeiro a julho no município ficou concentrado no setor agropecuário, que teve uma participação percentual de 95,35% do total de vagas criadas no período analisado.

A tabela a seguir apresenta o emprego formal por setor de atividade em 2014 no município. Verifica-se uma forte concentração do emprego no setor agropecuário.

Tabela 5.11: Emprego por setor de atividade no período de janeiro a julho de 2012 em Cardoso Moreira

<b>Setor</b>	<b>Saldo acumulado</b>
Extrativa Mineral	2
Indústria de Transformação	6
Serviço Industrial de Utilidade Pública	0
Construção Civil	-1
Comércio	0
Serviços	-3
Administração Pública	0
Agropecuária	-5
Total	-1

Fonte: MTE

### **Conceição de Macabu**

A estrutura de emprego em Conceição de Macabu é representada por 1.331 empregos formais e 623 estabelecimentos, segundo estatística de Ministério do Trabalho e Emprego de 01/01/2014.

A trajetória da geração de emprego formal no período de 2007 a 2013 mostra que em 2007 o município gerou 93 empregos formais e destruiu 2 empregos em 2008. Em 2009, esboçou uma recuperação gerando 30 empregos no ano, voltando a um estágio negativo em 2010 com a destruição de 258 empregos. Em 2011, o saldo de emprego foi recuperado com a geração de 95 empregos. O resultado positivo se estendeu para 2012 com a geração de 74 empregos e a inversão do quadro em 2013 com destruição de 56 empregos.

A tabela a seguir, apresenta as admissões, desligamentos e saldos para o período analisado.

Tabela 5.12: Emprego formal no município de Conceição de Macabu

<b>Ano</b>	<b>Admissão</b>	<b>Desligamento</b>	<b>Saldo</b>
2007	327	234	93
2008	238	240	-2
2009	276	246	30
2010	1.225	1.483	-258
2011	473	378	95
2012	378	304	74
2013	387	443	-56

Fonte: MTE

Evoluindo para uma análise setorial, observa-se a predominância do setor de serviços na composição do saldo de trabalho em todo o período analisado. A figura a seguir, apresenta a trajetória do emprego formal no município, acentuando o forte declínio de 2010, em função das demissões na atividade de construção civil.

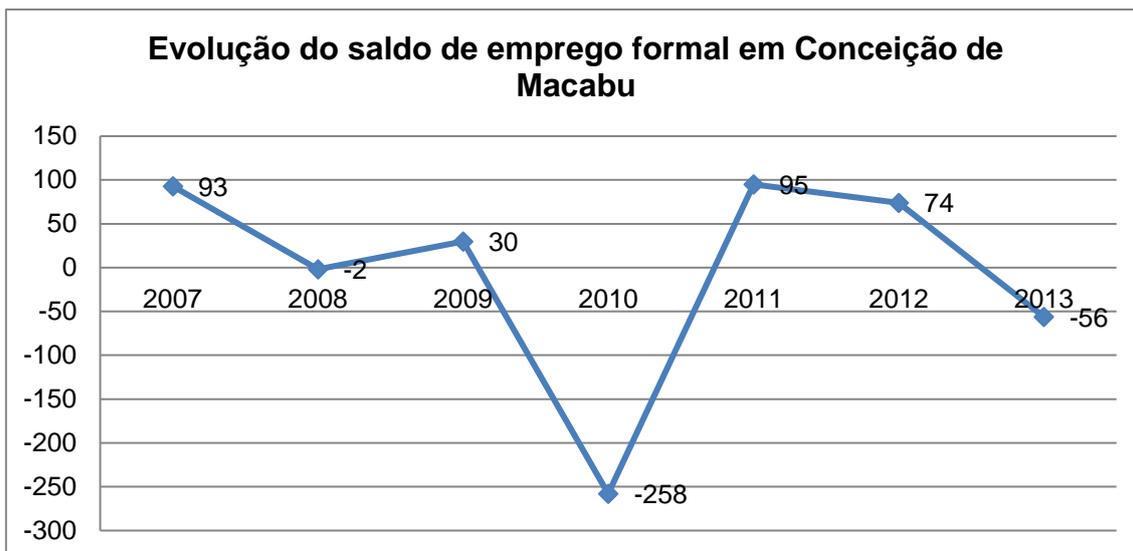


Figura 5.5: Evolução da trajetória do emprego formal em Conceição de Macabu

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE

A tabela a seguir, mostra a movimentação do emprego formal nos meses de janeiro a fevereiro de 2014. Foram geradas 40 vagas de emprego no primeiro bimestre do ano no município.

Tabela 5.13: Emprego formal no município de Conceição de Macabu em 2012

Mês	Admissão	Desligamento	Saldo mês	Saldo ano
Janeiro	25	28	-3	-3
Fevereiro	14	11	3	0

Fonte: MTE

O município ainda não gerou nenhuma nova vaga de emprego este ano.

## Macaé

A estrutura de emprego em Macaé é composta por 133.700 empregos formais e 8.003 estabelecimentos, segundo estatística do Ministério do Trabalho e Emprego de 01/01/2012.

Em relação à trajetória da geração de emprego formal no período de 2007 a 2013, podemos observar saldos expressivos de emprego, exceto em 2009. A crise financeira que afetou os Estados Unidos no final de 2008 abalou, de

sobremaneira, os investimentos e a dinâmica econômica na região, especificamente Macaé, base da atividade petrolífera com um grande número de empresas estrangeiras sediadas no município. Segundo a tabela a seguir, os anos de 2010 e 2011 reafirmaram a recuperação do emprego local que desacelerou em 2012 e 2013.

Tabela 5.14: Emprego formal no município de Macaé

Ano	Admissão	Desligamento	Saldo
2007	38.483	31.687	6.796
2008	47.718	37.705	10.013
2009	43.642	43.729	- 87
2010	51.009	43.202	7.807
2011	57.882	46.375	11.507
2012	55.209	50.067	5.142
2013	58.872	54.907	3.965

Fonte: MTE

A figura a seguir, apresenta a evolução do saldo do emprego formal, onde sobressai a destruição de 87 vagas de emprego formal em 2009, reflexo do saldo negativo de 3.246 empregos no setor de construção civil e a recuperação em 2011 com a criação de 11.507 novas vagas de emprego no município.

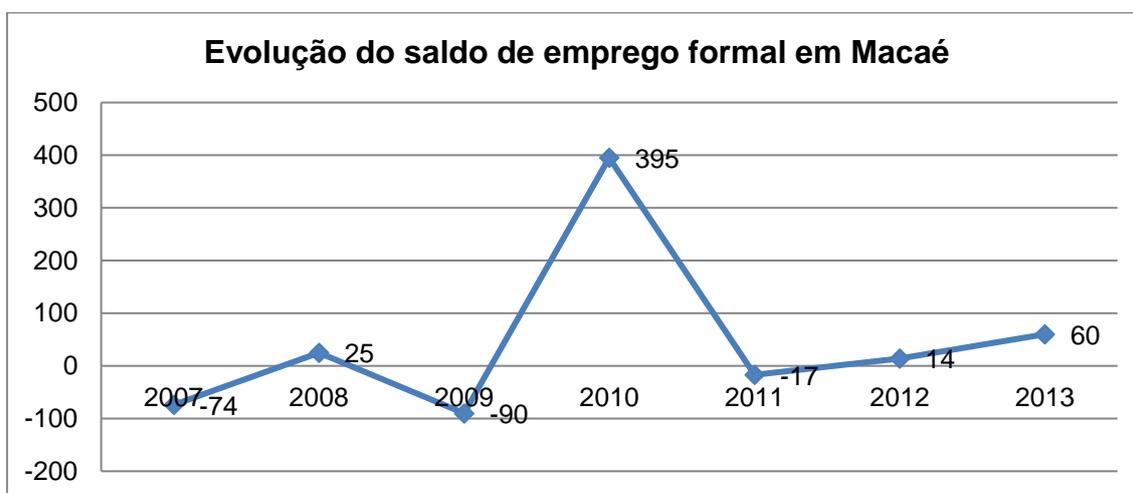


Figura 5.6: Evolução do emprego formal em Macaé

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE

Evoluindo para uma análise setorial, observa-se que em 2007 foram geradas 6.796 novas vagas de emprego, concentrados em 73,81% no setor de serviços e 15,99% na indústria de transformação. Em 2008, verificou-se uma melhor distribuição setorial do emprego. O setor de serviço apresentou uma contribuição proporcional de 27,91%, a indústria de transformação 10,41%, a construção civil 39,49% e o comércio 12,46%. Em 2009, o resultado negativo foi pressionado pelo elevado desemprego no setor de construção civil que destruiu 3.246 vagas de trabalho no ano.

No ano de 2010, verificou-se a recuperação do emprego com a criação de 7.807 novas vagas. Destas, o setor de serviços participou com 82% e o comércio com 11,57%. Em 2011, o setor de serviços voltou a concentrar a geração de emprego com uma taxa de 61,10%, seguido pelo setor de construção civil com 14,90% e da indústria de transformação com 13,46%.

Em 2012, o emprego em processo de desaceleração concentrou 53,71% na construção civil e 28,59% no setor de serviços.

Em 2013, o saldo em queda foi empurrado pela indústria de transformação que destruiu 2.048 vagas, ao mesmo tempo em que o setor de construção civil que criou 6.226 vagas no ano.

A evolução do emprego formal nos meses de janeiro a fevereiro de 2014 no município é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 5.15: Admissão, Desligamento e saldo de emprego em Macaé

<b>Mês</b>	<b>Admissão</b>	<b>Desligamento</b>	<b>Saldo mês</b>	<b>Saldo ano</b>
Janeiro	4.476	5.032	-556	-556
Fevereiro	5.193	5.103	90	-466

Fonte: MTE

A tabela apresenta uma visão do emprego no período de janeiro a fevereiro de 2014, por setor de atividade. O setor de extrativa mineral tem uma participação proporcional de 5,54%, a indústria de transformação 16,56%, a construção civil 27,94% e o setor de serviço 53,76%.

Tabela 5.16: Emprego por setor de atividade no período de janeiro a fevereiro de 2012 em Macaé

<b>Setor</b>	<b>Saldo acumulado</b>
Extrativa Mineral	-97
Indústria de Transformação	-100
Serviço Industrial de Utilidade Pública	9
Construção Civil	51
Comércio	-188
Serviços	-153
Administração Pública	0
Agropecuária	12
Total	-466

Fonte: MTE

Conforme podemos observar, os resultados não são nada alentadores para o emprego nesse início do ano.

### **Quissamã**

A estrutura de emprego em Quissamã é representada por 3.263 empregos formais e 480 estabelecimentos, segundo estatística de Ministério do Trabalho e Emprego de 01/01/2014.

A trajetória do emprego formal no período de 2007 a 2013 indicou dificuldades na geração de empregos. Nos anos de 2007, 2009 e 2011, foram destruídas vagas de emprego, sobressaindo o ano de 2010 com geração de 395 novas vagas. Nos anos de 2012 e 2013 os saldos são positivos. A tabela a seguir, apresenta o número de admissões, desligamentos e saldos no período analisado.

Tabela 5.17: Emprego formal no município de Quissamã

<b>Ano</b>	<b>Admissão</b>	<b>Desligamento</b>	<b>Saldo</b>
------------	-----------------	---------------------	--------------

2007	258	332	- 74
2008	573	548	25
2009	303	393	- 90
2010	870	475	395
2011	499	516	- 17
2012	537	523	14
2013	723	663	60

Fonte: MTE

A figura a seguir, apresenta a evolução do saldo de emprego formal no período de 2007 a 2013, acentuando o ano de 2010 como pico da geração de emprego no município. Aprofundando a análise setorialmente, verificou-se neste ano a participação percentual de 34,43% da administração pública, 26,84% dos serviços, 22,28% da indústria de transformação, 13,67% da agropecuária e 7,34% do comércio.

A figura a seguir, apresenta a evolução do saldo de emprego formal no período, sobressaindo o ano de 2010 com 395 vagas criadas no ano.

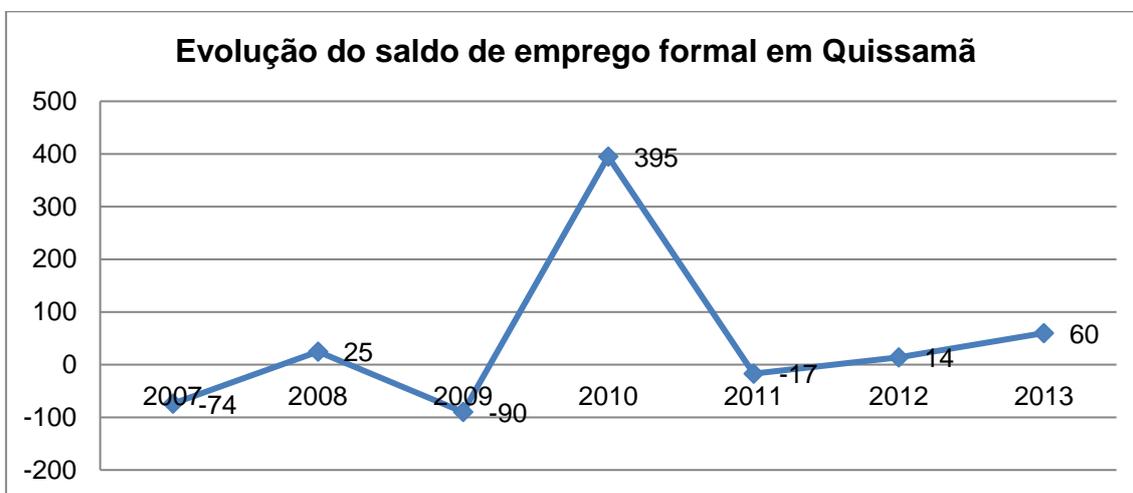


Figura 5.7: Evolução do emprego formal em Quissamã

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE

A avaliação do emprego em 2014 é apresentada na tabela a seguir, considerando os meses de janeiro a fevereiro. A condição de fragilidade no que diz respeito à geração de novas vagas de emprego formal foi mantida. O saldo no período analisado é negativo, gerando expectativas negativas em relação a geração de emprego neste ano.

Tabela 5.18: Emprego formal no município de Quissamã em 2014

<b>Mês</b>	<b>admissão</b>	<b>desligamento</b>	<b>saldo mês</b>	<b>saldo ano</b>
Janeiro	40	43	-3	-3
Fevereiro	81	46	35	32

Fonte: MTE

A tabela a seguir, apresenta uma visão do emprego no período de janeiro a fevereiro de 2014 por setor de atividade.

Tabela 5.19: Emprego por setor de atividade no período de janeiro a julho de 2012 em Quissamã

<b>Setor</b>	<b>Saldo acumulado</b>
Extrativa Mineral	0
Indústria de Transformação	28
Serviço Industrial de Utilidade Pública	0
Construção Civil	5
Comércio	0
Serviços	-10
Administração Pública	14
Agropecuária	- 5
Total	32

Fonte: MTE

Observa-se que o setor de indústria de transformação concentrou 87,5% das novas vagas de emprego criadas no período.

### **São Fidélis**

A estrutura de emprego em São Fidélis é representada por 3.305 empregos formais e 1.086 estabelecimentos, segundo estatística de Ministério do Trabalho e Emprego de 01/01/2014.

A trajetória do emprego formal no período de 2007 a 2013, indicou dificuldades na geração de empregos. Os anos de 2007 e 2009 destruíram 1.450 vagas de emprego, em função da desativação de atividades no setor de serviços, enquanto os anos de 2008, 2010 e 2011 geraram 323 novas vagas, configurando um saldo negativo de 1.127 empregos formais no município. Nos anos de 2012 e 2013 os saldos são positivos.

Tabela 5.20: Emprego formal no município de São Fidélis

<b>Ano</b>	<b>Admissão</b>	<b>Desligamento</b>	<b>Saldo</b>
2007	1.188	1.759	- 571
2008	1.524	1.250	274
2009	869	1.748	- 879
2010	847	821	26
2011	890	867	23
2012	942	800	142
2013	1.123	911	212

Fonte: MTE

A figura a seguir, mostra a evolução do saldo de emprego formal no período de 2007 a 2013, acentuando o ano de 2008 como o pico de geração de emprego no município. Os setores de construção civil e de serviços contribuíram na formação do saldo neste ano. No período de 2011 a 2013, observa-se uma tendência de crescimento do saldo, puxado pelo setor de serviços.

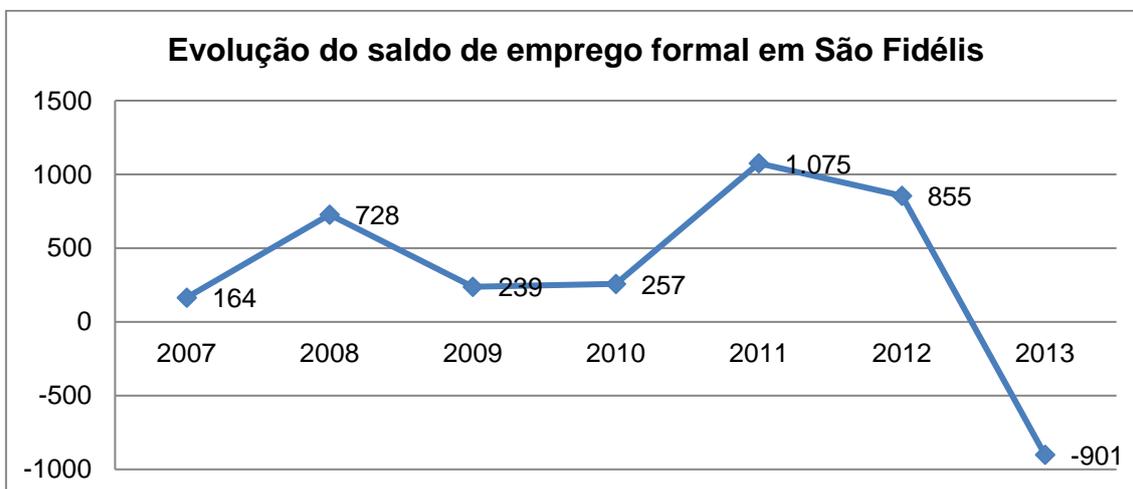


Figura 5.8: Evolução do emprego formal em São Fidélis em 2012

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE

Os dados do emprego em 2014 são apresentadas na tabela a seguir para os meses de janeiro a fevereiro.

Tabela 5.21: Emprego formal no município de São Fidélis em 2014

<b>Mês</b>	<b>Admissão</b>	<b>Desligamento</b>	<b>Saldo mês</b>	<b>Saldo ano</b>
Janeiro	80	83	-3	-3
Fevereiro	106	72	34	31

Fonte: MTE

A tabela a seguir, apresenta uma visão do emprego no período de janeiro a fevereiro de 2014 por setor de atividade no município. Observa-se que os setores de indústria de transformação e serviços concentram as novas vagas de emprego criadas no período.

Tabela 5.22: Emprego por setor de atividade no período de janeiro a fevereiro de 2014 em São Fidélis

<b>Setor</b>	<b>Saldo acumulado</b>
Extrativa Mineral	4
Indústria de Transformação	3
Serviço Industrial de Utilidade Pública	0
Construção Civil	7
Comércio	15
Serviços	-4
Administração Pública	0
Agropecuária	-6
Total	31

Fonte: MTE

Observa-se que o setores de comércio e construção civil concentram as novas vagas de emprego criadas no período.

## São Francisco de Itabapoana

A estrutura de emprego em São Francisco de Itabapoana é representada por 1.866 empregos formais em 819 estabelecimentos, segundo estatística de Ministério do Trabalho e Emprego de 01/01/2014.

A trajetória do emprego formal no período de 2007 a 2013, indicou dificuldades na geração de empregos. Só o ano de 2009 criou novas vagas de emprego, foram 110 contra 198 vagas de emprego destruídas nos anos de 2007, 2008, 2010 e 2011. O setor agropecuário definiu em todos os momentos os resultados negativos ou positivos. Nos anos de 2012 e 2013, os saldos foram positivos.

A tabela a seguir, apresenta a evolução do emprego no período de 2007 a 2013..

Tabela 5.23: Emprego formal no município de São Francisco de Itabapoana

<b>Ano</b>	<b>Admissão</b>	<b>Desligamento</b>	<b>Saldo</b>
2007	400	411	- 11
2008	365	406	- 41
2009	522	412	110
2010	1.158	1.238	- 80
2011	1.442	1.508	- 66
2012	1.264	1.178	86
2013	1.164	1.121	43

Fonte: MTE

A figura a seguir, apresenta a evolução do saldo de emprego formal no município, acentuando o único resultado positivo no ano de 2009.



Figura 5.9: Evolução do emprego formal em São Francisco de Itabapoana

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE

A avaliação do emprego em 2014 é apresentada na tabela a seguir, para meses de janeiro a fevereiro. O saldo no bimestre é negativo, indicando dificuldades ao longo do ano.

Tabela 5.24: Emprego formal no município de São Francisco de Itabapoana em 2012

Mês	Admissão	Desligamento	Saldo mês	Saldo ano
Janeiro	65	92	-27	-27
Fevereiro	45	33	12	-15

Fonte: MTE

A tabela a seguir apresenta uma visão do emprego no período de janeiro a fevereiro de 2014 por setor de atividade no município. O setor sucroalcooleiro negativou o saldo de emprego por conta da entressafra da cana-de-açúcar.

Tabela 5.25: Emprego por setor de atividade no período de janeiro a fevereiro de 2014 em São Francisco de Itabapoana

Setor	Saldo acumulado
Extrativa Mineral	0
Indústria de Transformação	7
Serviço Industrial de Utilidade Pública	0

Construção Civil	13
Comércio	-6
Serviços	1
Administração Pública	0
Agropecuária	-30
Total	-15

Fonte: MTE

### São João da Barra

A estrutura de emprego em São João da Barra é representada por 7.361 empregos formais e 1.072 estabelecimentos, segundo estatística de Ministério do Trabalho e Emprego de 01/01/2014.

A trajetória do emprego formal no município apresentou crescimento no saldo em 2007 e 2008, por conta das obras do porto do Açú. Porém a crise internacional interrompeu investimentos e refletiu na forte desaceleração do emprego em 2009 e 2010. Em 2011, o saldo foi restabelecido gerando mais 1.000 empregos neste ano e 855 empregos em 2012. Entretanto, a crise que se abateu sobre o empreendimento, por conta da perda de credibilidade das empresas X, desmanchou diversos empreendimento ainda em planejamento e em funcionamento, fundamentalmente os negócios de petróleo e gás e construção naval. O resultado foi um consiste processo de demissão de trabalhadores, que gerou um saldo negativo de 901 empregos neste ano. A tabela a seguir, apresenta essa trajetória.

Tabela 5.26: Emprego formal no município de São João da Barra

<b>Ano</b>	<b>Admissão</b>	<b>Desligamento</b>	<b>Saldo</b>
2007	936	772	164
2008	2.185	1.457	728
2009	2.095	1.856	239
2010	2.367	2.110	257
2011	3.165	2.090	1.075

2012	4.630	3.775	855
2013	5.388	6.289	-901

Fonte: MTE

A figura a seguir, apresenta a evolução do saldo de emprego formal, indicando o crescimento em 2008 com a aceleração das obras do porto, a desaceleração em 2009 por conta dos reflexos da crise americana e a forte recuperação em 2011.

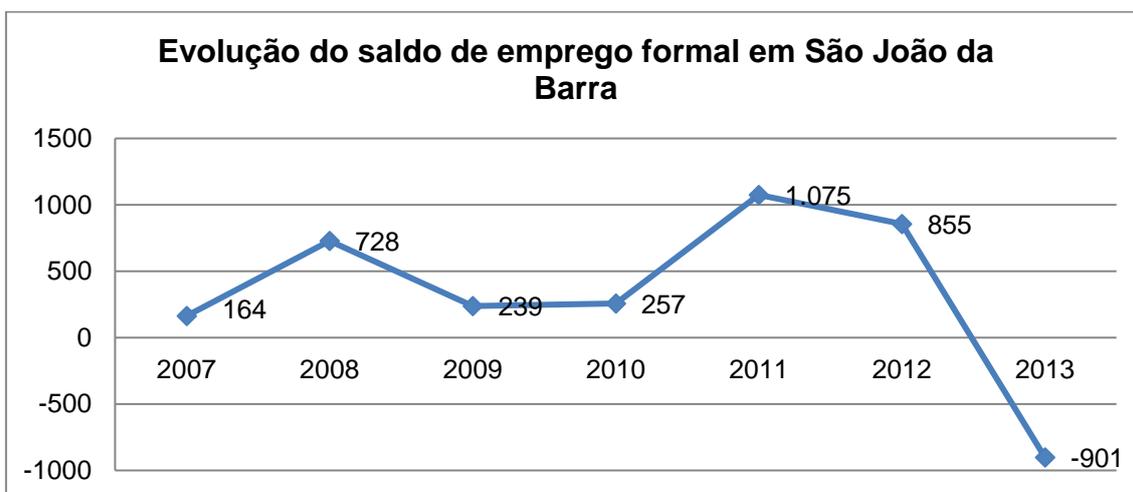


Figura 5.10: Evolução do saldo de emprego formal em São João da Barra

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE

A avaliação do emprego em 2014 é apresentada na tabela a seguir, indicando um crescimento do saldo de emprego em fevereiro em relação a janeiro.

Tabela 5.27: Emprego formal no município de São João da Barra em 2012

Mês	Admissão	Desligamento	Saldo mês	Saldo ano
Janeiro	374	343	31	31
Fevereiro	548	372	176	207

Fonte: MTE

A tabela apresenta uma visão do emprego no período de janeiro a fevereiro de 2014 por setor de atividade. O setor de construção civil teve uma

participação percentual de 87,86%, a indústria de transformação 13,39% e atividade de serviço 3,47%.

Tabela 5.28: Emprego por setor de atividade no período de janeiro a julho de 2012 em São João da Barra

<b>Setor</b>	<b>Saldo acumulado</b>
Extrativa Mineral	0
Indústria de Transformação	-6
Serviço Industrial de Utilidade Pública	0
Construção Civil	138
Comércio	30
Serviços	63
Administração Pública	0
Agropecuária	-18
Total	207

Fonte: MTE

## CAPÍTULO 6

## OPERAÇÕES BANCÁRIAS NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE

O sistema bancário na região Norte Fluminense é constituído por noventa uma agências, sendo trinta e nove, ou 42,86%, localizadas em Campos dos Goytacazes e vinte e nove, ou 31,87%, localizadas em Macaé. Os municípios de São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e São Fidélis e Quissamã operam com quatro agências cada um; Conceição de Macabu opera com três agências, enquanto Cardoso Moreira e Carapebus operam com duas agências em cada município. A tabela a seguir, apresenta a evolução temporal dos saldos nas operações de crédito, depósito a vista do governo, depósito a vista do setor privado, depósito de poupança e depósito a prazo

Tabela 6.1: Saldos das operações em dezembro de cada ano

<i>Ano</i>	<i>Operações de Crédito</i>	<i>Depósito a vista governo</i>	<i>Depósito a vista setor privado</i>	<i>Depósito de Poupança</i>	<i>Depósito a prazo</i>
2005	695.318.176	56.894.032	287.399.904	790.941.386	350.305.148
2006	828.150.786	31.678.930	377.836.804	931.138.213	488.390.467
2007	1.095.938.269	42.985.992	500.712.678	1.144.126.764	506.179.453
2008	1.047.064.079	43.029.611	350.320.608	1.009.392.194	715.109.980
2009	1.612.528.137	38.011.022	553.829.743	1.524.534.466	1.001.090.970
2010	2.011.185.665	36.448.303	540.990.363	1.895.488.066	1.109.982.401
2011	2.574.973.362	40.456.291	587.837.592	2.173.885.289	1.810.009.453
2012	3.471.370.434	57.795.011	689.118.276	2.671.387.435	1.969.457.888

2013	4.254.645.022	52.516.118	747.759.474	3.339.681.926	1.935.122.868
------	---------------	------------	-------------	---------------	---------------

Fonte: Banco Central do Brasil

Verificando a evolução dos saldos das diferentes operações, com exceção dos depósitos a vista do setor público, todos apresentaram um bom nível de crescimento. Para fins de comparação, a figura a seguir apresenta o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), no período de 2006 a 2013.

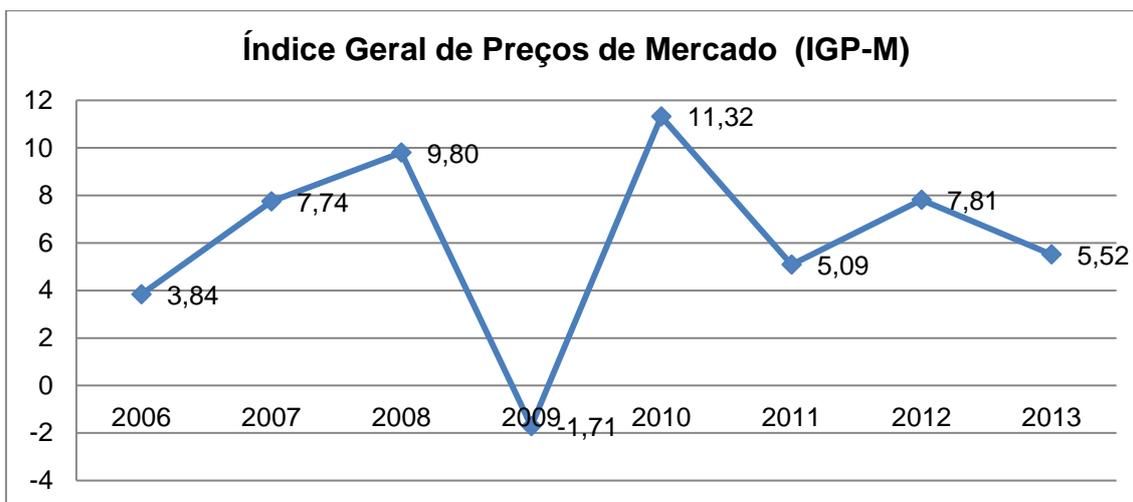


Figura 6.1: Índice de Preços de Mercado – IGP-M

Fonte: Banco Central do Brasil

São apresentados a seguir, os percentuais de variação das operações de crédito a cada ano, com relação ao ano imediatamente anterior, no período de 2006 a 2013. Observa-se que somente em 2008 houve uma queda de 4,46% em relação a 2007, permanecendo, nos outros anos, taxas de crescimento nominal bem significativas, bem acima da inflação medida pelo IGP-M.

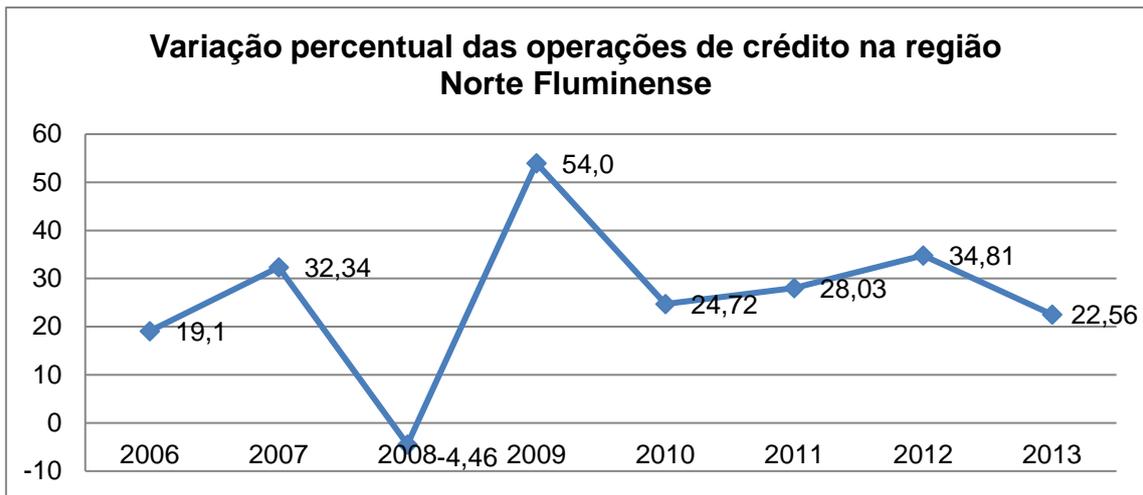


Figura 6.2: Variação percentual das operações de crédito na região Norte Fluminense

Fonte: Banco Central do Brasil

Em relação aos depósitos a vista do setor privado, verifica-se também um crescimento consistente, exceto em 2008, onde foi registrada uma queda mais acentuada. Já em 2011 o crescimento foi mais baixo, porém ainda acima da inflação. Em 2013 a taxa volta crescer para desacelerar em 2013, porém num patamar acima do IGP-M.

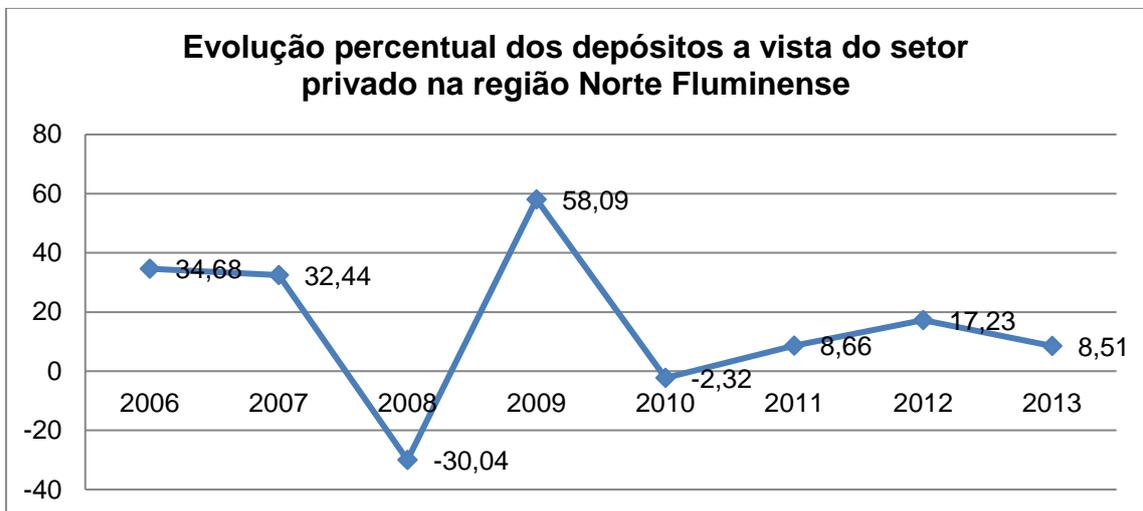


Figura 6.3: variação percentual dos depósitos a vista do setor privado

Fonte: Banco Central do Brasil

As operações de depósito em poupança também alcançaram níveis bem interessantes. Foi registrada uma queda em 2008 e o ponto de pico em 2009, com desaceleração em 2010 e 2011. Nos anos de 2012 e 2013, as variações voltaram a subir e ficaram bem acima da inflação.

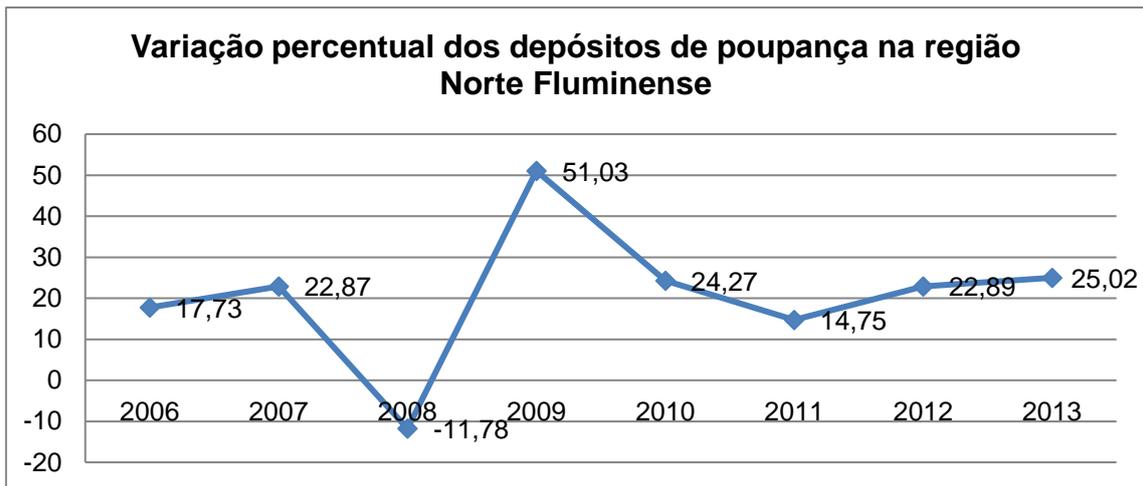


Figura 6.4: variação percentual dos depósitos de poupança

Fonte: Banco Central do Brasil

As operações de depósito a prazo no gráfico a seguir, apresentaram variações elevadas em alguns anos e desaceleração em outros. As taxas variaram de 39,42% em 2006 para 3,64% em 2007, onde ficou abaixo da inflação; e de 41,28% em 2008 declinando para 9,01% em 2010, também abaixo da inflação do mês. Em 2011 foi alcançado o pico de crescimento para posteriormente declinar em 2012 e 2013, porém levemente acima da inflação.

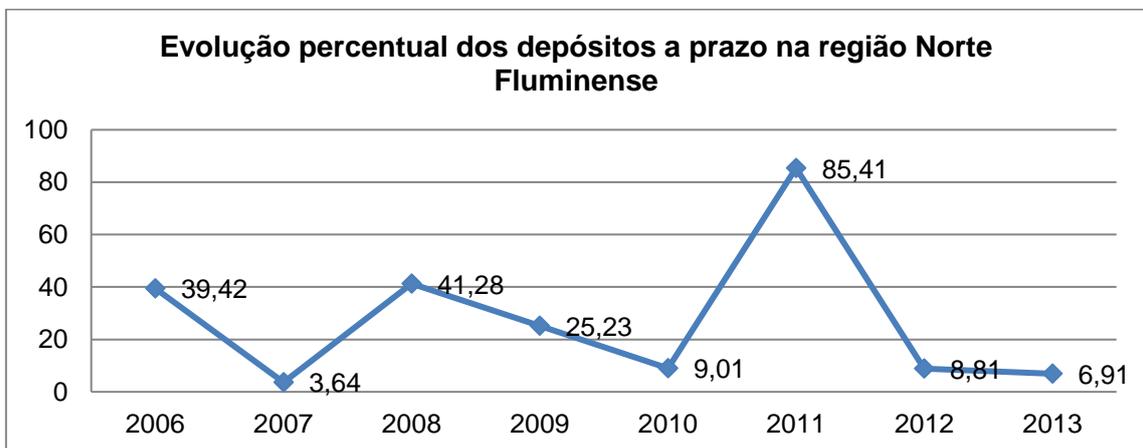


Figura 6.5: variação percentual dos depósitos a prazo

Fonte: Banco Central do Brasil

Apesar da grande variabilidade das taxas de crescimento das operações bancárias, a evolução do crédito foi bem dinâmica e se apresentou num patamar superior a evolução das taxas de depósitos a vista do setor privado. Estas, apesar de positivas, com exceção dos anos de 2008 e 2010, apresentaram, nos

últimos três anos, taxas inferiores as de 2006, 2007 e 2009. As variações nos depósitos em poupança seguiram uma maior linearidade, com exceção de 2008, quando registrou uma queda de 11,78% em relação a 2007, e em 2009, quando atingiu o crescimento máximo de 51,03% em relação ao ano anterior.

Nas operações de depósito a prazo, a variabilidade de taxas foi mais acentuada, com forte declínio nos anos de 2012 e 2013, quando ficaram bem próximas das taxas da inflação, medida pelo IGP-M.

A evolução positiva do sistema bancário na região, gerou uma forte queda no índice de preferência pela liquidez do público, medido pela relação depósitos a vista / depósitos totais. Em 2005 o índice era 0,4956 e em 2013 caiu para 0,2925. Já o índice de preferência dos bancos, caiu de 0,4951 em 2005 para 0,1880 em 2013.

Sobre preferência pela liquidez, a premissa é de que nas regiões mais periféricas ela é maior, em função da incerteza, já que essas regiões têm poucas agências e a informação é mais remota e menos confiável. Esta situação afeta as decisões dos bancos de conceder crédito. Desta forma, regiões que apresentam alta preferência pela liquidez e baixo acesso bancário, costumam apresentar problemas de crédito e, conseqüentemente, dificuldade para se desenvolver. A região apresentou um quadro exatamente oposto, onde a queda da preferência pela liquidez dos bancos materializa um ambiente de maior confiança e maior acesso a crédito.

A seguir são analisados os indicadores desagregados no nível de município da região.

### **Campos dos Goytacazes**

O sistema bancário em Campos dos Goytacazes é constituído por trinta e nove agências. A tabela a seguir, apresenta a evolução temporal dos saldos nas operações de crédito, depósito a vista do governo, depósito a vista do setor privado, depósito de poupança e depósito a prazo, no período de 2005 a 2013.

Tabela 6.2: Saldos das operações em dezembro de cada ano em Campos

<i>Ano</i>	<i>Operações de Crédito</i>	<i>Depósito a vista governo</i>	<i>Depósito a vista setor privado</i>	<i>Depósito de Poupança</i>	<i>Depósito a prazo</i>
2005	385.507.575	7.952.026	121.242.826	488.823.576	270.003.132
2006	472.438.948	8.129.200	166.071.936	558.312.189	372.663.672
2007	591.659.276	4.022.638	181.916.324	670.804.957	364.772.807
2008	548.416.691	9.348.613	151.426.433	604.275.337	509.964.481
2009	819.006.448	13.101.846	233.569.542	856.291.163	639.564.071
2010	988.056.329	10.773.370	241.053.460	1.072.822.501	654.238.998
2011	1.218.419.683	7.349.294	231.479.277	1.237.285.446	922.516.345
2012	1.761.720.043	8.405.414	275.154.754	1.481.509.281	939.443.511
2013	2.073.904.718	10.237.517	281.755.968	1.796.424.159	903.528.794

Fonte: Banco Central do Brasil

A trajetória da dinâmica do setor bancário em Campos dos Goytacazes, avaliada pelo conceito de liquidez indicou evolução, já que a preferência pela liquidez dos bancos declinou de 0,34 em 2005 para 0,14 em 2013, enquanto a preferência pela liquidez do público caiu de 0,32 em 2005 para 0,24 em 2013. Comparativamente a região, observa-se que o indicador da preferência pela liquidez dos bancos é inferior no município, confirmando a importância do setor bancário local no contexto regional. É importante a lembrança de que quanto menor o indicador, maior a confiança do sistema bancário na economia local e, portanto, maior propensão a liberação de recursos pela rede bancária para as operações de crédito.

## **Carapebus**

O sistema bancário em Carapebus é constituído por duas agências. A tabela a seguir, apresenta a evolução temporal dos saldos nas operações de crédito, depósito a vista do governo, depósito a vista do setor privado, depósito de poupança e depósito a prazo, no período de 2005 a 2013.

Tabela 6.3: Saldos das operações em dezembro de cada ano em Carapebus

<i>Ano</i>	<i>Operações de Crédito</i>	<i>Depósito a vista governo</i>	<i>Depósito a vista setor privado</i>	<i>Depósito de Poupança</i>	<i>Depósito a prazo</i>
2005	1.495.794	204.166	1.165.450	1.443.295	320.373
2006	3.138.987	10.647	1.408.928	1.782.262	462.493
2007	4.340.419	93.977	1.318.835	1.987.784	460.105
2008	5.239.986	213.073	2.507.175	3.231.772	1.403.775
2009	8.063.327	74.047	2.343.923	3.678.870	649.725
2010	9.590.644	190.014	2.384.850	4.556.030	663.546
2011	11.546.917	92.205	1.817.082	5.801.021	1.754.262
2012	16.294.521	129.635	2.705.745	7.376.698	6.914.554
2013	11.779.035	180.194	3.545.540	9.419.416	5.569.394

Fonte: Banco Central do Brasil

A mesma análise realizada no município de Carapebus indicou uma melhora substancial no contexto da liquidez bancária. A preferência pela liquidez dos bancos declinou de 0,92 em 2005 para 0,32 em 2013. A forte evolução dos valores absolutos de crédito ao longo dos anos, numa condição de estabilidade dos depósitos a vista do setor privado, ratifica esta tese. Comparativamente a

região, observa-se que o indicador do município é maior em 2013, indicando um nível de importância inferior ao contexto regional.

### Cardoso Moreira

O sistema bancário em Cardoso Moreira é constituído por duas agências. A tabela a seguir, apresenta a evolução temporal dos saldos nas operações de crédito, depósito a vista do governo, depósito a vista do setor privado, depósito de poupança e depósito a prazo, no período de 2005 a 2013.

Tabela 6.4: Saldos das operações em dezembro de cada ano em Cardoso Moreira

<i>Ano</i>	<i>Operações de Crédito</i>	<i>Depósito a vista governo</i>	<i>Depósito a vista setor privado</i>	<i>Depósito de Poupança</i>	<i>Depósito a prazo</i>
2005	1.931.249	84.459	997.098	5.213.552	314.611
2006	1.877.075	129.154	1.045.412	6.483.994	464.325
2007	2.072.943	25.940	1.393.762	7.959.013	715.978
2008	1.414.170	123.891	1.741.571	8.318.575	1.298.701
2009	2.231.751	220.605	2.039.136	11.636.777	1.344.665
2010	1.907.642	458.417	2.885.588	15.125.185	1.512.388
2011	2.563.087	483.331	2.600.557	18.219.389	5.131.494
2012	2.593.645	867.138	4.574.791	22.160.135	5.608.836
2013	2.446.914	671.518	4.505.724	27.223.208	5.703.285

Fonte: Banco Central do Brasil

A análise no município de Cardoso Moreira indicou uma piora no quadro da liquidez. A preferência pela liquidez dos bancos aumentou de 0,56 em 2005 para 2,12 em 2013. Comparativamente a região, observa-se que o indicador do município é muito maior do que o indicador regional em 2013, o que representa desconfiança do setor bancário em relação ao sistema econômico local. Neste caso, o setor bancário prefere aplicar os recursos em regiões mais desenvolvidas e que lhe ofereça melhor remuneração e maior garantia.

### **Conceição de Macabu**

O sistema bancário em Conceição de Macabu é constituído por três agências. A tabela a seguir apresenta a evolução temporal dos saldos nas operações de crédito, depósito a vista do governo, depósito a vista do setor privado, depósito de poupança e depósito a prazo, no período de 2005 a 2013.

Tabela 6.5: Saldos das operações em dezembro de cada ano em Conceição de Macabu

<i>Ano</i>	<i>Operações de Crédito</i>	<i>Depósito a vista governo</i>	<i>Depósito a vista setor privado</i>	<i>Depósito de Poupança</i>	<i>Depósito a prazo</i>
2005	9.956.184	311.285	2.174.497	8.350.500	410.941
2006	7.775.657	488.106	2.642.263	9.955.024	451.813
2007	9.879.246	937.879	3.070.445	11.643371	1.174.700
2008	5.011.149	136.372	1.002.437	1.464.187	2.570.312
2009	13.601.158	552.408	3.516.236	14.039.103	6.100.012
2010	19.451.773	279.366	3.893.333	18.920.670	7.275.266
2011	25.293.057	812.514	3.704.865	22.388.671	11.531.787

2012	30.209.808	527.026	5.729.894	30.368.941	17.544.753
2013	34.155.538	942.400	6.125.037	39.735.897	12.643.344

Fonte: Banco Central do Brasil

No município de Conceição de Macabu, foi observado um bom quadro de liquidez. A preferência pela liquidez dos bancos declinou de 0,25 em 2005 para 0,21 em 2013. Comparativamente a região, foi observado que o indicador do município é maior em 2013, o que representa um menor grau de importância em relação a região, apesar da melhora na confiança interna . A evolução dos valores absolutos das operações de crédito apresentou um crescimento mais robusto do que a evolução dos depósitos a vista do setor privado, ratificando a condição de confiança e disposição do setor bancário em alocar recursos no crédito localmente.

### **Macaé**

O sistema bancário em Macaé é constituído por vinte e nove agências. A tabela a seguir, apresenta a evolução temporal dos saldos nas operações de crédito, depósito a vista do governo, depósito a vista do setor privado, depósito de poupança e depósito a prazo, no período de 2005 a 2013.

Tabela 6.6: Saldos das operações em dezembro de cada ano em Macaé

<i>Ano</i>	<i>Operações de Crédito</i>	<i>Depósito a vista governo</i>	<i>Depósito a vista setor privado</i>	<i>Depósito de Poupança</i>	<i>Depósito a prazo</i>
2005	211.375.589	29.948.635	142.788.571	215.068.843	67.024.445
2006	243.078.687	11.540.218	181.904.565	270.574.959	97.105.046
2007	377.081.861	7.725.236	285.022.637	351.888.745	124.317.210

2008	370.893.204	5.335.844	172.490.846	297.694.052	177.685.616
2009	612.571.632	9.607.444	282.512.030	504.310.354	310.868.752
2010	810.484.311	17.334.871	255.619.146	612.551.835	392.228.615
2011	1.072.843.860	29.414.752	310.157.432	676.072.290	669.829.307
2012	1.354.645.519	41.907.614	348.588.643	879.900.553	785.751.507
2013	1.728.277.985	10.236.779	395.089.231	1.134.443.599	819.927.545

Fonte: Banco Central do Brasil

Macaé, com a segunda maior estrutura bancária da região, apresentou uma queda na preferência pela liquidez dos bancos de 0,82 em 2005 para 0,23 em 2013. Apesar da queda, esse índice está acima do grau de preferência pela liquidez da região e do município de Campos dos Goytacazes, que tem a maior estrutura bancária no território.

Pela importância do sistema econômico e da estrutura bancária no município, o grau de liquidez bancária indicou problemas de confiança da rede em relação à economia local. Neste caso, verifica-se que parte substancial a riqueza gerada internamente foge para centros mais desenvolvidos e com possibilidade de viabilizar melhores resultados. Assim, a oferta de crédito e o desenvolvimento do sistema econômico local se fragilizam.

### **Quissamã**

O sistema bancário em Quissamã é constituído por quatro agências. A tabela a seguir apresenta a evolução temporal dos saldos nas operações de crédito, depósito a vista do governo, depósito a vista do setor privado, depósito de poupança e depósito a prazo, no período de 2005 a 2013.

Tabela 6.7: Saldos das operações em dezembro de cada ano em Quissamã

<i>Ano</i>	<i>Operações de Crédito</i>	<i>Depósito a vista governo</i>	<i>Depósito a vista setor privado</i>	<i>Depósito de Poupança</i>	<i>Depósito a prazo</i>
2005	8.662.441	14.927.700	5.807.462	5.928.504	2.299.040
2006	10.742.732	9.126.435	10.440.123	7.271.725	1.630.115
2007	13.337.055	24.940.158	11.311.221	9.508.298	1.994.427
2008	13.155.460	17.732.474	5.076.532	5.429.211	2.631.177
2009	21.697.024	12.102.366	5.253.218	13.421.281	5.130.005
2010	26.138.347	4.014.420	6.160.356	16.760.145	4.784.359
2011	32.251.144	471.998	5.317.357	22.091.216	16.025.149
2012	45.317.119	645.400	9.369.662	30.664.869	8.175.583
2013	72.332.335	26.753.947	14.790.872	38.531.941	4.696.090

*Fonte: Banco Central do Brasil*

A análise no município de Quissamã mostrou uma forte queda na preferência pela liquidez dos bancos de 2,39 em 2005 para 0,57 em 2013. O índice de 2013 indicou uma condição de liquidez muito boa, tendo em vista a forte redução em relação a 2005. Comparativamente ao índice de liquidez regional, o município apresentou uma condição desfavorável, em função do maior índice de preferência pela liquidez bancária, apesar da melhora no nível de confiança interna.

## São Fidélis

O sistema bancário em São Fidélis é constituído por quatro agências. A tabela a seguir apresenta a evolução temporal dos saldos nas operações de crédito, depósito a vista do governo, depósito a vista do setor privado, depósito de poupança e depósito a prazo, no período de 2005 a 2013.

Tabela 6.8: Saldos das operações em dezembro de cada ano em São Fidélis

<i>Ano</i>	<i>Operações de Crédito</i>	<i>Depósito a vista governo</i>	<i>Depósito a vista setor privado</i>	<i>Depósito de Poupança</i>	<i>Depósito a prazo</i>
2005	38.749.239	323.179	5.509.551	34.391.363	3.372.549
2006	45.253.273	263.673	6.058.492	38.610.195	3.096.257
2007	46.068.101	1.866.860	7.195.283	44.810.673	4.344.474
2008	53.894.955	443.281	6.729.277	44.731.779	7.084.307
2009	68.221.272	365.720	9.689.378	57.287.426	8.939.776
2010	79.942.783	710.369	10.432.393	73.190.732	11.210.556
2011	104.159.910	704.779	10.992.334	86.183.220	19.109.748
2013	124.853.646	534.559	12.244.390	100.267.761	18.719.334
2014	145.756.696	176.531	12356.164	116.749.941	18.889.276

Fonte: Banco Central do Brasil

Em São Fidélis, o índice de preferência pela liquidez dos bancos caiu de 0,15 em 2005 para 0,09 em 2013, indicando um quadro extremamente cômodo, em termos de confiança e disposição, para disponibilização de recursos para crédito. A evolução dos valores absolutos de crédito ao longo do tempo confirma

a tese. Na comparação com a região, os índices de preferência pela liquidez dos bancos, tanto em 2005 como em 2013, colocam o município em uma condição de boas perspectivas de investimento privado.

O município apresenta uma dinâmica interna muito boa, pela avaliação dos dados do setor bancário, porém não é visível na análise do PIB, do emprego e renda formal. Existem indicações de que a atividade informal é relevante no município.

### **São Francisco de Itabapoana**

O sistema bancário em São Francisco de Itabapoana é constituído por quatro agências. A tabela a seguir, apresenta a evolução temporal dos saldos nas operações de crédito, depósito a vista do governo, depósito a vista do setor privado, depósito de poupança e depósito a prazo, no período de 2005 a 2013.

Tabela 6.9: Saldos das operações em dezembro de cada ano em São Francisco de Itabapoana

<i>Ano</i>	<i>Operações de Crédito</i>	<i>Depósito a vista governo</i>	<i>Depósito a vista setor privado</i>	<i>Depósito de Poupança</i>	<i>Depósito a prazo</i>
2005	27.068.741	221.320	3.840.901	18.834.554	2.332.051
2006	31.775.069	324.395	4.275.639	23.190.001	2.453.645
2007	38.237.119	438.848	4.747.959	27.048.957	3.064.576
2008	37.901.716	344.455	4.724.077	26.699.037	4.670.626
2009	47.087.344	306.328	7.699.158	37.990.463	5.573.388
2010	52.209.656	204.492	9.259.617	49.144.759	5.214.523
2011	64.676.567	476.280	8.732.597	62.107.587	15.334.726

2012	79.151.674	79.558	13.175.034	79.032.948	22.722.945
2013	101.339.174	246.935	15.822.284	99.893.898	18.597.638

Fonte: Banco Central do Brasil

Em São Francisco de Itabapoana, o índice de preferência pela liquidez dos bancos caiu fortemente de 1,55 em 2005 para 0,15 em 2013, indicando uma condição de preferência pela liquidez bem favorável. Com um padrão de preferência pela liquidez bancária em 2013 melhor que o regional, fica evidente que o setor bancário tem confiança na economia municipal e não restringe a oferta de crédito.

### São João da Barra

O sistema bancário em São João da Barra é constituído por quatro agências. A tabela a seguir, apresenta a evolução temporal dos saldos nas operações de crédito, depósito a vista do governo, depósito a vista do setor privado, depósito de poupança e depósito a prazo, no período de 2005 a 2013.

Tabela 6.10: Saldos das operações em dezembro de cada ano em São João da Barra

<i>Ano</i>	<i>Operações de Crédito</i>	<i>Depósito a vista governo</i>	<i>Depósito a vista setor privado</i>	<i>Depósito de Poupança</i>	<i>Depósito a prazo</i>
2005	10.571.364	2.921.262	3.873.548	12.887.199	4.228.006
2006	12.070.358	1.667.102	3.989.446	14.957.864	10.063.101
2007	13.262.249	2.934.456	4.736.212	18.474.966	5.335.176
2008	11.136.748	9.351.608	4.622.260	17.548.244	7.800.985

2009	20.048.181	1.680.258	7.207.122	25.879.029	22.920.576
2010	23.404.180	2.482.984	9.301.620	32.416.209	32.854.150
2011	43.219.137	651.138	13.036.091	43.736.449	148.776.635
2012	56.584.459	4.698.667	17.575.363	63.281.171	164.576.865
2013	84.652.627	3.070.297	13.768.654	77.259.867	145.567.502

Fonte: Banco Central do Brasil

Em São João da Barra, o índice de preferência pela liquidez dos bancos caiu de 0,64 em 2005 para 0,19 em 2013. A forte redução do índice em 2013, com base em 2005, o aproximou do índice da região. A confiança melhorou bastante em 2013 depois de um período de dificuldade que restringia a oferta de crédito. Neste último ano, houve um crescimento nominal de 49,6% na oferta de crédito, na comparação com o ano anterior.

Apesar do aumento no crédito, observa-se uma involução nos depósitos a vista do setor privado em 2013. Já em relação aos depósitos a prazo, o crescimento nos últimos três anos é acentuado, indicando concentração de renda no município.

Esse quadro parece contraditório as condições favoráveis de investimentos privados por conta da construção do porto do Açú e fundamentalmente, pelas receitas de royalties integradas ao orçamento público.

A figura a seguir sistematiza os índices de preferência pela liquidez dos bancos por município e região em 2013.

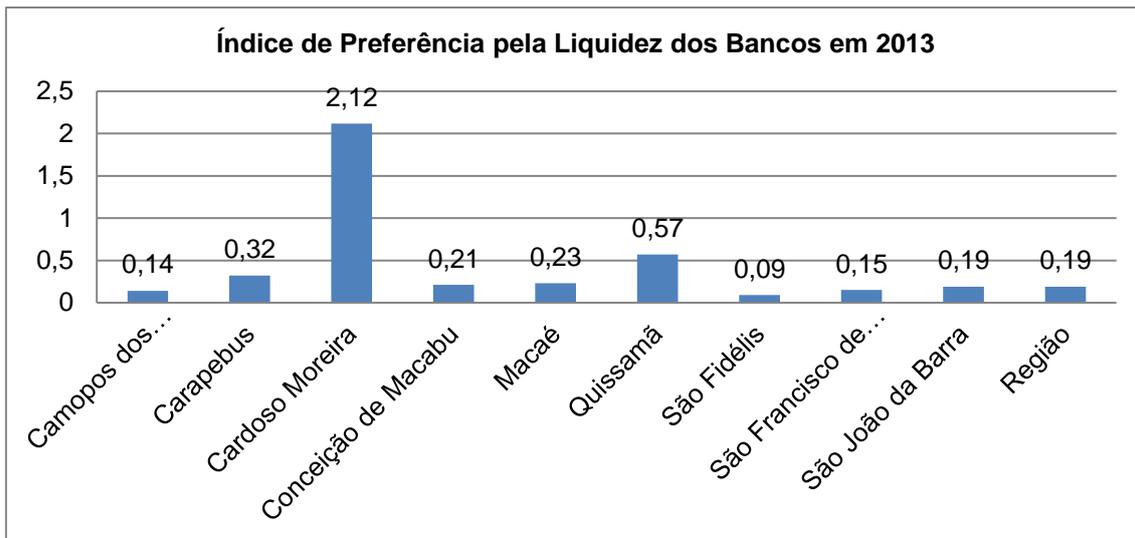


Figura 6.6: variação percentual dos depósitos a prazo

Fonte: Banco Central do Brasil

Para análise dos índices, é importante considerar quanto menor o indicador maior a confiança do sistema bancário na economia local e, portanto, maior propensão a liberação de recursos pela rede bancária para as operações de crédito. Teoricamente, com mais crédito existe a possibilidade de mais investimento e, conseqüentemente, mais emprego e renda.

## **CAPÍTULO 7**

### **A ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA REGIONAL**

O orçamento público tem sua origem no dever constitucional do poder público constituído para atender as demandas da sociedade. Os recursos financeiros que são aplicados nas diferentes atividades públicas, tais como: saúde, educação, infraestrutura básica, manutenção da administração pública, dentre outras, tem como fontes principais: as transferências constitucionais (ICMS, IPI, Royalties, etc.) e as tributações próprias (impostos e taxas).

Conceitualmente, o orçamento público é uma lei que, entre outros aspectos, exprime em termos financeiros a alocação dos recursos públicos. Trata-se de um instrumento de planejamento que espelha as decisões políticas, estabelecendo as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade, em face da escassez de recursos. Apresenta múltiplas funções - de planejamento, contábil, financeira e de controle. As despesas, para serem realizadas, têm que estar autorizadas na lei orçamentária anual.

No Brasil, como na maioria dos países de regime democrático, o processo orçamentário reflete a corresponsabilidade entre os poderes, caracterizando-se por configurar quatro fases distintas:

- 1 - a elaboração da proposta, feita no âmbito do Poder Executivo;
- 2 - a apreciação e votação pelo Legislativo - no caso do Governo Federal, o Congresso Nacional; no caso do Governo Estadual, a Assembleia Legislativa; no caso do Governo Municipal, a Câmara de Vereadores.
- 3 - a sua execução; e
- 4 - o controle, consubstanciado no acompanhamento e avaliação da execução.

Com a estabilização econômica, o orçamento se reveste da maior importância, na medida em que os valores expressos em termos reais tendem a

não ficar defasados, como ocorria no período inflacionário. Em consequência, passa a espelhar, com maior nitidez, a alocação dos recursos, favorecendo o acompanhamento e a avaliação das ações governamentais, principalmente pelo contribuinte e seus representantes, colaborando assim, para a construção de um estado moderno, voltado para os interesses da sociedade.

Esta nova realidade demanda a necessidade de difundir amplamente o conteúdo do orçamento, que expressa o esforço do governo para atender à programação requerida pela sociedade, a qual é financiada com as contribuições de todos os cidadãos por meio do pagamento de seus tributos, contribuições sociais e tarifas de serviços públicos.

Como elemento fundamental do orçamento público, a Receita Tributária é toda fonte de renda que deriva da arrecadação de tributos, dos quais são espécies os Impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais. Todas prefixadas em lei, em caráter permanente. Teoricamente, as receitas tributárias têm como finalidade o custeio das despesas e suas necessidades de investimento.

### **Execução Orçamentária no Estado do Rio de Janeiro**

Os relatórios depositados na Secretaria do Tesouro Nacional, relativos à execução orçamentária do Estado do Rio de Janeiro em 2013, indicaram a realização de R\$58,0 bilhões de Receita Correntes, R\$35,7 bilhões de Receitas Tributárias e R\$5,4 bilhões de Transferências Correntes.

No grupo das despesas liquidadas, foram contabilizados os valores de R\$58,1 bilhões de Receitas Correntes, R\$18,6 bilhões de Despesas de Pessoal e Encargos, R\$9,7 bilhões de Despesa de Capital e R\$6,7 bilhões de Despesa de Investimento.

A tabela a seguir, apresenta os valores relativos à execução orçamentária do Estado do Rio de Janeiro em 2013.

Tabela 7.1: Execução Orçamentária no Estado do Rio de Janeiro em 2013 (R\$)



A execução orçamentária do município de Campos dos Goytacazes é apresentada para os anos de 2012 e 2013. São analisadas no grupo das receitas: as Receitas Correntes, as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes. No grupo das despesas, são analisadas as Despesas Correntes, Despesas de Pessoal e Encargos e Despesa Investimento.

Tabela 7.3: Execução Orçamentária em Campos dos Goytacazes em 2012 (R\$)

	<b>Previsão</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
<i>Receitas Correntes</i>	2.169.431.000,70	2.448.356.885,91	
Receitas tributárias	158.132.855,60	187.455.339,33	7,66
Transferências			
Correntes	1.902.375.690,10	2.044.411.432,50	83,50
		<b>Liquidado</b>	
<i>Despesas Correntes</i>	1.564.221.526,40	1.709.094.016,72	69,81
Pessoal e Encargos	582.575.031,40	730.323.049,96	29,83
<i>Despesas de capital</i>	548.334.090,70	490.920.329,90	20,05
Investimento	486.638.641,10	438.536.059,30	17,01

Fonte: STN

Tabela 7.4: Execução Orçamentária em Campos dos Goytacazes em 2013 (R\$)

	<b>Previsão</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
<i>Receitas Correntes</i>	2.427.906.215,40	1.864.897.863,20	
Receitas tributárias	164.017.806,10	168.760.438,70	9,05
Transferências			
Correntes	2.040.811.029,90	1.603.993.273,50	86,01
		<b>Liquidado</b>	
<i>Despesas Correntes</i>	1.820.487.460,60	1.448.300.448,70	77,66
Pessoal e Encargos	739.713.240,90	641.221.910,40	34,38
<i>Despesas de capital</i>	511.174.123,10	335.275.986,50	17,98
Investimento	470.049.606,10	314.056.800,90	16,84

Fonte: STN

\* Período de janeiro a outubro

A estrutura orçamentária municipal apresentou uma característica de dependência às transferências correntes. O valor total em 2012 representou proporcionalmente 85,50% das receitas correntes, caindo levemente em 2013 para 83,50%. Deste valor, as indenizações financeiras pela exploração de recursos naturais são fundamentalmente relevantes. A figura a seguir, apresenta a evolução desses valores para o período de 2008 a 2013 e a relação proporcional às receitas correntes.

Tabela 7.5: Evolução das Receitas de Royalties de Petróleo e participações especiais nas Receitas Correntes (R\$)

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>% Receitas Correntes</b>
2008	1.180.719.858,51	70,00
2009	877.961.152,78	68,88
2010	1.098.411.472,39	57,74
2011	1.188.468.541,57	56,70
2012	1.346.355.621,56	54,99
2013	1.310.464.001,10	58,55*

Fonte:STN

\* previsão

Verifica-se que existe uma redução gradativa do nível de dependência as receitas de royalties de petróleo e um aumento gradativo da autonomia orçamentária no município.

As Receitas Tributárias ou Próprias, ainda são incipientes apesar do esforço endógeno para a sua evolução. Ações como o incentivo à formalização através do programa empreendedor individual e o redirecionamento do Fundo de Desenvolvimento (FUNDECAM) para apoiar pequenos negócios, projetam para os próximos anos a perspectiva de melhoria da receita tributária e, conseqüentemente, uma maior autonomia orçamentária para o município.

No grupo das Despesas em 2012, verifica-se um comprometimento de 29,83% das despesas correntes com gasto em Pessoal e Encargos, enquanto que os gastos em Investimento alcançaram a proporção de 17,91% das Receitas Correntes. Esse percentual é bastante relevante e representa um padrão de excelência, já que a média regional fica em torno de 5% das receitas correntes.

Já em 2013, considerando o período de janeiro a outubro, as receitas tributárias realizadas representaram 9,05% das receitas correntes. No grupo das despesas, as liquidadas com pessoal e encargos representaram 34,38% das receitas correntes, enquanto as despesas com investimento representaram 16,84%. Com isso, o município mantém um nível bastante satisfatório de alocação de recursos orçamentários na conta de investimento.

A tabela a seguir, apresenta a evolução das Receitas Correntes, das Receitas Tributárias e dos gastos em Investimento.

Tabela 7.6: Evolução das receitas correntes, receitas próprias e investimento (R\$ milhões)

<b>Ano</b>	<b>Rec Correntes</b>	<b>Tributárias</b>	<b>%</b>	<b>Investimento</b>	<b>%</b>
2008	1.686,9	83,6	4,96	306,1	18,15
2009	1.441,9	88,5	6,14	92,7	6,43
2010	1.902,2	131,9	6,93	437,9	23,02
2011	2.096,0	160,7	7,67	357,7	17,07
2012	2.448,4	187,5	16,7	438,5	22,59
2013	1.864,9	168,8	-9,9	314,1	-28,4

Fonte: STN

2013: jan/out

Observa-se uma trajetória de crescimento nominal das receitas tributárias e do investimento no período analisado. Podemos verificar uma trajetória de crescimento das receitas tributárias no período 2008 a 2012. Em 2013, os valores parciais até outubro indicam, com base na média mensal, que a trajetória de crescimento vai se manter, confirmando a trajetória de crescimento e a boa execução orçamentária no município.

## O município de Carapebus

A execução orçamentária no município de Carapebus é apresentada para o ano de 2012. No grupo das receitas, são analisadas as receitas correntes, as receitas tributárias e as transferências correntes, enquanto no grupo das despesas, são analisadas as despesas correntes, as despesas com pessoal e encargos e as despesas com investimento.

Tabela 7.7: Execução Orçamentária em Carapebus em 2012 (R\$)

<b>Contas</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>%</b>
Receitas Correntes	97.140.696,64	
Receitas Tributárias	2.843.676,11	2,93
Transferências Correntes	92.874.508,06	95,61
Despesas Correntes	87.008.035,16	89,57
Pessoal e Encargos	40.706.231,26	41,9
Despesas de Capital	5.395.083,06	5,55
Investimento	4.394.483,06	4,52

Fonte: STN

A estrutura orçamentária municipal apresentou uma característica de dependência às transferências correntes. O receitas correntes em 2012 tiveram um crescimento nominal 25,07%, com relação a 2011. Deste valor, as indenizações financeiras pela exploração de recursos naturais atingiram 40,13%. A figura a seguir, apresenta a evolução desses valores para o período de 2008 a 2012 e a relação proporcional às receitas correntes.

Tabela 7.8: Evolução das Receitas de Royalties de Petróleo (em R\$)

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>% Receitas Correntes</b>
2008	35.561.726,72	49,62
2009	22.660.148,10	41,30

2010	29.135.109,97	45,47
2011	33.860.809,68	43,59
2012	38.986.695,09	40,13

Fonte: STN

Verifica-se uma oscilação do grau de dependência orçamentária em relação às rendas do petróleo, mantendo ao longo do período uma média próxima de 45% do valor das receitas correntes.

As receitas tributárias ou próprias apresentaram uma participação relativa muito baixa, quando relacionadas às receitas correntes.

No grupo das despesas, verifica-se um comprometimento de 41,9% das despesas correntes com gasto em pessoal e encargos, enquanto que os gastos em investimento alcançaram a proporção de 4,52% das receitas correntes. Esse percentual é baixo e se aproxima da média regional, excluído o município de Campos dos Goytacazes que vem executando bem a gestão orçamentária.

A tabela a seguir, apresenta a evolução das Receitas Correntes, das Receitas Tributárias e dos gastos em Investimento.

Tabela 7.9: Evolução das receitas correntes, receitas próprias e investimento (R\$ milhões)

<b>Ano</b>	<b>Receitas Correntes</b>	<b>Receitas Tributárias</b>	<b>%</b>	<b>Despesas de Investimento</b>	<b>%</b>
2008	69.266,0	1.519,8	2,19	5.065,0	7,07
2009	57.121,0	1.351,9	2,37	985,2	1,80
2010	70.166,5	1.385,7	1,97	1.926,7	3,01
2011	77.686,1	2.337,7	3,01	4.171,4	5,37
2012	97.140,7	2.843,7	2,93	4.394,5	4,52

Fonte: STN

O município apresentou um baixo padrão proporcional de receitas tributárias ou próprias, constituindo uma média abaixo de 3% das receitas correntes no período analisado. O nível de investimento no município também se verificou frágil, mantendo uma média próxima dos 5% no mesmo período.

## O município de Cardoso Moreira

A execução orçamentária do município de Cardoso Moreira é apresentada para o ano de 2012. São analisadas no grupo das receitas; as receitas correntes, as receitas tributárias e as transferências correntes. No grupo das despesas, são analisadas as despesas correntes, despesas de pessoal e encargos e despesa de investimento.

Tabela 7.10: Execução Orçamentária em Cardoso Moreira em 2012

<b>Contas</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>%</b>
Receitas Correntes	52.102.338,22	
Receitas Tributárias	1.755.424,81	3,37
Transferências Correntes	39.921.646,64	76,62
Despesas Correntes	37.207.781,15	71,41
Pessoal e Encargos	22.495.691,54	43,18
Despesas de Capital	3.641.628,94	6,99
Investimento	2.679.582,92	5,14

Fonte: STN

A estrutura orçamentária municipal, mais uma vez, apresentou uma característica de dependência às transferências correntes. O valor das receitas correntes em 2012 apresentou um crescimento nominal de 12,91% em relação a 2011.

O município é classificado como não produtor de petróleo, não sendo beneficiado nas mesmas proporções dos municípios produtores. A parcela a tem direito de indenização financeira pela exploração de petróleo e gás na região é importante, porém pouco expressiva na comparação com os municípios produtores. A figura a seguir apresenta a evolução desses valores para o período de 2008 a 2012 e a relação proporcional às receitas correntes.

Tabela 7.11: Evolução das Receitas de Royalties de Petróleo (em R\$)

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>% Receitas Correntes</b>
2008	4.173.677,31	13,17
2009	3.309.247,95	13,53
2010	3.900.930,57	11,11
2011	4.781.644,25	11,43
2012	5.946.974,75	11,41

Fonte: STN

Verifica-se que, comparativamente aos municípios produtores de petróleo, a parcela de royalties nos municípios não produtores tem um peso bem menor. Especificamente neste caso, a participação percentual em relação às receitas correntes, declinaram nos últimos anos, comparativamente a 2008 e 2009.

Já as receitas tributárias ou receitas próprias, representaram somente 3,37% das receitas correntes, mantendo um padrão muito baixo e comprometedor da capacidade de contratação do município.

No grupo das Despesas, verifica-se um comprometimento de 43,18% das Despesas Correntes com gasto em Pessoal e Encargos, enquanto que os gastos em Investimento alcançaram a proporção de 5,14% das Receitas Correntes. Esse percentual é baixo, porém se aproxima da média regional com exceção de Campos dos Goytacazes, como indicado anteriormente.

A tabela a seguir, apresenta a evolução das Receitas Correntes, das Receitas Tributárias e dos gastos em Investimento.

Tabela 7,12: Evolução das receitas correntes, receitas próprias e investimento (R\$)

<b>Ano</b>	<b>Receitas Correntes</b>	<b>Receitas Tributárias</b>	<b>%</b>	<b>Despesas com Investimento</b>	<b>%</b>
2008	31.053.556,90	643.565,28	2,07	4.056.980,34	13,06
2009	27.859.542,40	621.059,50	2,23	1.333.408,11	4,78

2010	39.099.659,62	997.230,89	2,55	4.503.974,79	11,52
2011	46.144.613,76	1.368.172,64	2,96	1.677.912,77	3,64
2012	52102.338,22	1.755.424,81	3,37	2.679.582,92	5,14

Fonte: STN

O município apresentou uma baixa proporção das receitas tributárias em relação às receitas correntes, apesar da leve evolução de crescimento ao longo do período analisado. Os gastos com investimento mantiveram um bom padrão em 2008 e 2010, retraindo-se, fortemente, nos anos de 2009 e 2011 e aumentando levemente em 2012.

### O município de Conceição de Macabu

A execução orçamentária do município de Conceição de Macabu é apresentada para o ano de 2012. São analisadas no grupo das receitas: as receitas correntes, as receitas tributárias e as transferências correntes. No grupo das despesas, são analisadas as despesas correntes, despesas de pessoal e encargos e despesa de investimento.

#### 7.14: Execução Orçamentária em Conceição de Macabu em 2012

<b>Contas</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>%</b>
Receitas Correntes	59.142.370,00	
Receitas Tributárias	2.292.407,83	3,88
Transferências Correntes	49.918.058,42	84,4
Despesas Correntes	48.377.503,33	81,8
Pessoal e Encargos	27.799.993,65	47,01
Despesas de Capital	4.090.896,82	6,92
Investimento	2.231.336,87	3,77

Fonte: STN

A dependência orçamentária em relação às transferências constitucionais é evidente no município. O valor das receitas correntes de 2012 superaram em 12,25% as receitas correntes realizadas em 2011. Por tratar-se de um município não produtor de petróleo, as rendas de royalties têm pouca expressão no orçamento, comparativamente aos municípios produtores. A figura a seguir, apresenta a evolução desses valores para o período de 2008 a 2012 e a relação proporcional as receitas correntes.

Tabela 7.15: Evolução das Receitas de Royalties de Petróleo (em R\$)

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>% Receitas Correntes</b>
2008	4.742.815,06	12,49
2009	3.760.509,26	9,86
2010	4.432.875,64	9,76
2011	5.586.364,38	10,60
2012	7.036.922,62	11,90

Fonte: STN

Verifica-se que o valor dos royalties em 2008 teve uma participação percentual de 12,49%, declinando para 9,86% em 2009 e 9,76% em 2010. Em 2011 foi registrada uma leve recuperação, onde a participação percentual atingiu 10,60% das Receitas Correntes. Em 2012, a participação também foi elevada para o patamar de 11,9% das receitas correntes.

Já as receitas tributárias ou receitas próprias, representaram somente 3,88% das receitas correntes.

No grupo das Despesas, verifica-se um comprometimento de 47,01% das despesas correntes com gasto em pessoal e encargos, enquanto que os gastos em investimento alcançaram a proporção de 3,77% das receitas correntes.

A tabela a seguir apresenta a evolução das receitas correntes, das receitas tributárias e dos gastos em investimento.

Tabela 7.16: Evolução das receitas correntes, receitas próprias e investimento (R\$)

Ano	Receitas		%	Despesas com	
	Correntes	Tributárias		Investimento	%
2008	37.981.756,66	1.317.318,40	3,47	4.318.457,09	11,37
2009	38.156.698,36	1.550.303,51	4,06	2.444.629,33	6,41
2010	45.403.228,48	1.473.460,68	3,25	2.899.610,98	6,39
2011	52.687.788,82	1.932.493,70	3,67	2.745.315,70	5,21
2012	59.142.370,00	2.292.407,83	3,88	2.231.336,87	3,77

Fonte: STN

A participação percentual das receitas tributárias em relação às receitas correntes é baixa, se mantendo em um patamar inferior a 4% no período analisado, enquanto a participação dos gastos com investimento manteve um bom padrão em 2008, caindo nos anos seguintes.

### O município de Macaé

A execução orçamentária do município de Macaé é apresentada para os anos de 2012 e 2013. São analisadas no grupo das receitas: as receitas correntes, as receitas tributárias e as transferências correntes. No grupo das despesas, são analisadas as despesas correntes, despesas de pessoal e encargos e despesa investimento.

Tabela 7.18: Execução Orçamentária em Macaé em 2012 (R\$)

Contas	Realizado	%
Receitas Correntes	1.998.716.426,89	
Receitas tributárias	584.769.080,87	29,26
Transferências Correntes	1.118.050.053,91	55,94
	Liquidado	
Despesas Correntes	1.466.321.727,02	73,36
Pessoal e Encargos	862.163.677,00	43,14
Despesas de capital	162.730.451,37	8,14
Investimento	127.279.240,84	6,37

Fonte: STN

Tabela 7.19: Execução Orçamentária em Macaé em 2013 (R\$)

<b>Contas</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Receitas Correntes	1.955.831.114,80	
Receitas tributárias	644.165.707,00	32,94
Transferências Correntes	1.085.979.242,23	55,53
	Liquidado	
Despesas Correntes	1.502.839.061,30	76,83
Pessoal e Encargos	922.058.175,70	47,14
Despesas de capital	109.208.303,50	5,58
Investimento	59.450.585,00	3,04

Fonte: STN

Observa-se no caso de Macaé uma situação bem diferenciada dos outros municípios da região. Em função da aglomeração de empresas no setor de petróleo, as receitas tributárias em relação as receitas correntes avançaram do patamar de 26,67% em 2011 para 29,26% em 2012 e 32,94% em 2013. Essa evolução tem um papel importante na redução do grau de dependência orçamentária às transferências correntes, que atingiu 62,29% em 2011, caindo para 55,94% em 2012 e 55,53% em 2013.

Dado a importância das rendas de royalties de petróleo, apresenta-se a seguir, a evolução desses valores para o período de 2008 a 2013 e a relação proporcional às receitas correntes.

Tabela 7.19: Evolução das Receitas de Royalties de Petróleo (R\$)

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>% Receitas Correntes</b>
2008	505.689.633,22	43,44
2009	344.975.732,32	30,26
2010	447.324.737,99	32,13
2011	482.751.937,13	29,59
2012	543.718.234,23	27,20
2013	517.249.964,53	26,45

Fonte: STN

Verifica-se uma trajetória de queda da participação percentual dos royalties nas receitas correntes ao longo do período analisado. A diferença de 16,99 pontos percentuais entre os anos de 2008 e 2013 é importante, já que indica um bom padrão de melhora na autonomia orçamentária do município.

No grupo das Despesas, verifica-se um comprometimento de 43,14% das despesas correntes com gasto em pessoal e encargos em 2012 e sua evolução para 47,14% em 2013. Nas despesas com investimento, a participação sobre as receitas correntes de 6,37% em 2012 subiu para 3,04% em 2013.

A tabela a seguir, apresenta a evolução das receitas correntes, das receitas tributárias e dos gastos em Investimento.

Tabela 7.20: Evolução das receitas correntes, receitas próprias e investimento (R\$ mil)

<b>Ano</b>	<b>Receitas correntes</b>	<b>Receitas Tributárias</b>	<b>%</b>	<b>Despesas com Investimento</b>	<b>%</b>
2008	1.163.989,4	250.308,3	21,50	86.880,7	7,46
2009	1.140.134,5	314.559,9	27,59	148.157,5	12,99
2010	1.392.376,9	352.711,5	25,33	136.130,8	9,78
2011	1.631.533,8	435.639,9	26,70	99.539,5	6,10
2012	1.998.716,4	584.769,0	29,26	127.279,2	6,37
2013	1.955.831,1	644.165,7	32,94	59.450,6	3,04

Fonte: STN

A participação percentual das receitas tributárias em relação às receitas correntes é crescente, se mantendo em um patamar muito superior aos outros municípios da região. Esta condição é explicada pelo consistente número de empresas sediadas no município e, portanto, com forte recolhimento de ISS.

Quanto ao nível de investimento público, a observação é de certa irregularidade, já que apresentou um forte crescimento em 2009, caindo nos anos seguintes. Existe uma contradição entre o crescimento das receitas próprias e a queda no nível de investimento público.

## O município de Quissamã

A execução orçamentária do município de Quissamã é apresentada para o ano de 2012. São analisadas no grupo das receitas: as receitas correntes, as receitas tributárias e as transferências correntes. No grupo das despesas, são analisadas as despesas correntes, despesas de pessoal e encargos e despesa investimento.

Tabela 7.22: Execução Orçamentária em Quissamã em 2012 ( R\$)

<b>Contas</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Receitas Correntes	262.045.840,94	
Receitas tributárias	10.181.895,91	3,89
Transferências Correntes	245.288.015,28	93,61
	Liquidado	
Despesas Correntes	226.863.399,91	86,57
Pessoal e Encargos	111.400.235,39	42,51
Despesas de capital	21.669.972,39	8,27
Investimento	19.766.062,18	7,54

Fonte: STN

Em Quissamã, a forte dependência orçamentária as transferências constitucionais é acentuada, repetindo a situação comum na região. O nível das receitas tributárias é baixo e as transferências, com forte peso das rendas de royalties, representaram 93,61% das receitas correntes.

Dado a importância das rendas de royalties de petróleo, apresenta-se a seguir, a evolução desses valores para o período de 2008 a 2012 e a relação proporcional às receitas correntes.

Tabela 7.23: Evolução das Receitas de Royalties de Petróleo (R\$)

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>% Receitas Correntes</b>
------------	--------------	-----------------------------

2008	151.485.276,89	63,59
2009	94.184.403,67	51,89
2010	92.634.171,18	44,62
2011	92.617.255,90	39,83
2012	107.128.491,48	40,88

Fonte: STN

Verifica-se uma trajetória de queda da participação percentual dos royalties nas receitas correntes ao longo do período analisado. A diferença de 22,71 pontos percentuais entre os anos de 2008 e 2012 é importante e reflete a queda do valor das receitas de royalties nos anos seguintes, interrompida em 2012.

No grupo das Despesas, verifica-se um incremento no comprometimento das despesas correntes com gasto em pessoal e encargos de 37,47% em 2011 para 42,51% em 2012. Já os gastos em investimento, cuja participação nas receitas correntes era de 3,98% em 2011, subiu para 7,54% em 2012.

A tabela a seguir apresenta a evolução das receitas correntes, das receitas tributárias e dos gastos em Investimento.

Tabela 7.24: Evolução das receitas correntes, receitas próprias e investimento (R\$)

Ano	Receitas		Despesas com		
	correntes	Tributárias	%	Investimento	%
2008	238.231.326,58	8.221.085,77	3,45	41.183.186,32	17,29
2009	181.515.358,97	4.705.247,47	2,59	9.618.901,50	5,30
2010	207.593.756,31	5.995.474,16	2,89	7.416.115,28	3,57
2011	232.541.091,08	9.135.606,93	3,93	9.259.031,31	3,98
2012	262.045.840,94	10.181.895,91	3,89	19.766.062,18	7,54

Fonte: STN

A baixa participação percentual das receitas tributárias em relação às receitas correntes, caiu em 2009 e 2010 com relação a 2008, esboçando uma pequena recuperação em 2011 e mantendo o mesmo padrão em 2012. Quanto

ao nível de investimento público, a observação é de forte queda em 2009 com base o ano de 2008 e a permanência em um patamar baixo de menos de 4% das receitas correntes até 2011. Em 2012 foi verificado uma boa recuperação, com aplicação do dobro do valor absoluto investido de 2011.

## O município de São Fidélis

A execução orçamentária do município de São Fidélis é apresentada para os anos de 2012 e 2013. São analisadas no grupo das receitas: as receitas correntes, as receitas tributárias e as transferências correntes. No grupo das despesas, são analisadas as despesas correntes, despesas de pessoal e encargos e despesa de investimento.

Tabela 7.26: Execução Orçamentária em São Fidélis em 2012 (em R\$)

<b>Contas</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Receitas Correntes	79.604.696,84	
Receitas tributárias	3.894.203,06	4,89
Transferências Correntes	62.590.877,65	78,63
	Liquidado	
Despesas Correntes	63.742.129,21	80,07
Pessoal e Encargos	35.636.437,42	44,77
Despesas de capital	4.263.628,94	5,36
Investimento	3.422.214,90	4,30

Fonte: STN

Tabela 7.27: Execução Orçamentária em São Fidélis em 2013 (em R\$)

<b>Contas</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Receitas Correntes	71.618.876,60	
Receitas tributárias	4.281.999,10	5,98
Transferências Correntes	61.749.999,20	86,22
	Liquidado	

Despesas Correntes	67.121.807,00	93,72
Pessoal e Encargos	40.563.220,00	56,64
Despesas de capital	3.543.353,40	4,95
Investimento	2.384.595,20	3,33

Fonte: STN

No município, a forte dependência orçamentária às transferências constitucionais é também acentuada, repetindo a situação comum na região. As rendas transferidas alcançaram 83,11% em 2011, caindo para 78,63% em 2012 e voltando a subir para 86,22% em 2013. O nível das receitas tributárias é baixo, porém se apresenta em ascensão. Em 2011 alcançou 4,47% das receitas correntes, subindo para 4,89% em 2012 e 5,98% em 2013. As receitas de royalties são baixas em virtude da condição limítrofe do município.

Apresenta-se a seguir a evolução dos valores relativos às receitas de royalties para o período de 2008 a 2013 e a relação proporcional às receitas correntes.

Tabela 7.27: Evolução das Receitas de Royalties de Petróleo (em R\$)

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>% Receitas Correntes</b>
2008	5.691.378,12	10,71
2009	4.512.611,36	8,80
2010	5.319.450,82	9,03
2011	6.520.424,01	9,64
2012	8.311.601,99	11,61
2013	8.025.302,32	11,21

Fonte: STN

Verifica-se uma trajetória de estabilidade da participação percentual dos royalties nas receitas correntes ao longo do período analisado. A queda em 2009 ocorreu em função da redução do valor absoluto que iniciou uma recuperação gradativa nos anos seguintes.

No grupo das Despesas, verifica-se um comprometimento de 44,77% das despesas correntes com gasto em pessoal e encargos em 2012. Em 2013, o percentual de comprometimento sobe 56,64% das receitas correntes. Já o investimento apresenta uma participação de 4,30% das receitas correntes em 2012, caindo para uma participação de 3,33% em 2013.

A tabela a seguir, apresenta a evolução das receitas correntes, das receitas tributárias e dos gastos em investimento.

Tabela 7.28: Evolução das receitas correntes, receitas próprias e investimento (R\$)

<b>Ano</b>	<b>Receitas correntes</b>	<b>Receitas Tributárias</b>	<b>%</b>	<b>Despesas com Investimento</b>	<b>%</b>
2008	53.123.523,47	2.135.564,63	4,02	5.862.065,50	11,03
2009	51.275.746,58	2.403.371,41	4,69	1.053.557,07	2,05
2010	58.923.739,94	2.668.597,30	4,53	4.317.121,86	7,33
2011	67.665.076,00	3.203.522,00	4,73	534.502,00	0,79
2012	79.604.696,84	3.894.203,06	4,89	3.422.214,90	4,30
2013	71.618.876,60	4.281.999,10	5,98	2.384.595,20	3,33

Fonte: STN

A baixa participação percentual das receitas tributárias em relação às receitas correntes é observada, porém apresenta uma trajetória de crescimento ao longo do tempo. Quanto ao nível de investimento público, a observação é de forte queda em 2009 com base o ano de 2008, esboço de recuperação em 2010 e forte declínio em 2011. Em 2012 o índice volta a crescer, caindo levemente em 2013.

### **O município de São Francisco de Itabapoana**

A execução orçamentária do município de São Francisco de Itabapoana é apresentada para o ano de 2012. São analisadas no grupo das receitas: as receitas correntes, as receitas tributárias e as transferências correntes. No grupo

das despesas, são analisadas as despesas correntes, despesas de pessoal e encargos e despesa de investimento.

Tabela 7.30: Execução Orçamentária em São Francisco de Itabapoana em 2012 ( R\$)

<b>Contas</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Receitas Correntes	100.746.914,62	
Receitas tributárias	3.534.832,34	3,51
Transferências Correntes	94.434.661,02	93,73
	Liquidado	
Despesas Correntes	80.485.276,04	79,89
Pessoal e Encargos	53.607.614,64	53,21
Despesas de capital	2.043.317,50	2,03
Investimento	1.792.317,65	1,78

Fonte: STN

A condição de dependência orçamentária as transferências constitucionais se repete no município, onde o impacto relativos dessas rendas chega a 93,73% das Receitas Correntes. Por sua vez, o valor das Receitas Tributárias apresentou uma baixa participação percentual de 3,51% das Receitas Correntes em 2011, o que denota a frágil capacidade do município na geração de receitas próprias.

A tabela a seguir apresenta os valores relativos às receitas de royalties e a devida participação nas receitas correntes no período de 2008 a 2012.

Tabela 7.31: Evolução das Receitas de Royalties de Petróleo (em R\$)

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>% Receitas Correntes</b>
------------	--------------	-----------------------------

2008	5.881.090,71	8,68
2009	4.663.031,80	6,72
2010	5.496.765,83	6,32
2011	6.737.771,48	7,37
2012	8.435.397,79	8,37

Fonte: STN

Verifica-se uma baixa participação percentual dos royalties nas receitas correntes, já que o município não se insere no grupo dos municípios produtores de petróleo, sendo remunerado pela condição de limítrofe.

No grupo das despesas, verifica-se um comprometimento de 53,21% das Despesas Correntes com gasto em pessoal e encargos, enquanto que os gastos em investimento alcançaram a proporção de 1,78% das Receitas Correntes.

A tabela a seguir, apresenta a evolução das receitas correntes, das receitas tributárias e dos gastos em investimento.

Tabela 7.32: Evolução das receitas correntes, receitas próprias e investimento (R\$)

<b>Ano</b>	<b>Receitas correntes</b>	<b>Receitas Tributárias</b>	<b>%</b>	<b>Despesas com Investimento</b>	<b>%</b>
2008	67.750.029,73	2.679.366,40	3,95	2.424.203,88	3,58
2009	69.366.378,55	2.668.128,88	3,85	1.219.150,89	1,76
2010	86.920.495,28	3.757.694,70	4,32	4.656.133,74	1,91
2011	91.435.104,47	3.497.998,21	3,83	1.158.186,85	1,27
2012	100.746.914,62	3.534.832,34	3,51	1.792.317,65	1,78

Fonte: STN

A participação percentual das receitas tributárias nas receitas correntes no município segue o baixo padrão da região, com exceção de Macaé que conta com grande estrutura empresarial. O investimento público, por sua vez, é sofrível e declinante até 2011, com uma leve recuperação, porém insuficiente, em 2012. Em 2008 o percentual de investimento sobre as receitas correntes alcançou 3,58%, caindo para 1,27% em 2011. O município, assim com os outros da região,

com a exceção de Campos dos Goytacazes, apresenta muita dificuldade em usar recursos orçamentários em investimento.

### O município de São João da Barra

A execução orçamentária do município de São João da Barra é apresentada para os anos de 2012 e 2013. São analisadas no grupo das receitas: as receitas correntes, as receitas tributárias e as transferências correntes. No grupo das despesas, são analisadas as despesas correntes, despesas de pessoal e encargos e despesa de investimento.

Tabela 7.33: Execução Orçamentária em São João da Barra em 2012 (R\$)

<b>Contas</b>	<b>Previsão</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
<i>Receitas Correntes</i>	401.241.000,00	355.674.626,00	
Receitas tributárias	26.333.000,00	42.746.851,40	12,02
Transferências			
Correntes	358.418.000,00	294.188.035,7	82,71
		<b>Liquidado</b>	
<i>Despesas Correntes</i>	355.946.862,90	325.164.301,80	91,42
Pessoal e Encargos	144.440.187,00	142.736.054,80	40,12
<i>Despesas de capital</i>	63.860.937,10	39.285.797,20	11,05
Investimento	54.256.405,80	30.696.289,10	8,63

Fonte: STN

Tabela 7.34: Execução Orçamentária em São João da Barra em 2013 (R\$)

<b>Contas</b>	<b>Previsão</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
<i>Receitas Correntes</i>	411.476.000,00	364.318.191,90	
Receitas tributárias	25.038.000,00	43.319.199,10	11,89

Transferências			
Correntes	368.448.000,00	299.119.074,20	82,10
		<b>Liquidado</b>	
<i>Despesas Correntes</i>	392.253.093,70	340.644.666,40	93,50
Pessoal e Encargos	185.370.220,90	173.990.121,50	47,76
<i>Despesas de capital</i>	23.684.112,60	10.198.497,10	2,80
Investimento	22.280.098,00	9.024.821,10	2,48

Fonte: STN

Mais uma vez a condição de dependência orçamentária as transferências constitucionais se repete no município, com o impacto relativo dessas rendas em 82,71% das receitas correntes em 2012 e 82,10% em 2013. Neste caso, as receitas de royalties do petróleo são fundamentais, já que o município é produtor de petróleo. No sentido inverso, o valor das receitas tributárias apresentou uma baixa participação percentual de 5,68% das receitas correntes em 2011, subindo para 12,02% em 2012 e mantendo esse patamar em 2012 com uma participação de 11,89%. A tributação de ISS sobre as obras do porto do Açú possibilitou esse incremento.

A tabela a seguir apresenta os valores relativos às receitas de royalties e a devida participação nas receitas correntes no período de 2008 a 2013.

Tabela 7.34: Evolução das Receitas de Royalties de Petróleo (em R\$)

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>% Receitas Correntes</b>
2008	147.592.336,96	72,93
2009	158.577.980,40	71,95
2010	203.263.645,33	72,52
2011	245.282.574,20	70,49
2012	223.364.952,87	62,80
2013	227.056.146,96	62,32

Fonte: STN

Verifica-se uma elevada participação percentual das receitas de royalties nas receitas correntes, já que o município se insere no grupo dos municípios produtores de petróleo. Porém, é importante destacar a tendência de queda dessa participação a partir de 2011, em função do crescimento das rendas de ISS.

Observa-se no período de 2011 a 2013 que a arrecadação de ISS aumentou sensivelmente por conta da evolução das obras no porto do Açú. Essa receita interna, que se situava em torno de R\$1,0 milhão em 2006, antes do empreendimento do porto do Açú, subiu para a casa dos R\$40,0 milhões em 2013.

Já no grupo das despesas, verifica-se um avanço importante do nível de comprometimento das despesas correntes com gasto em pessoal e encargos. Em 2011 a participação dos gastos com pessoal nas receitas correntes que era de 27,66% das receitas correntes, subiu para 40,12% em 2012 e 47,76% em 2013.

Os gastos com investimento materializam o grau de dificuldades que a região apresenta, no que diz respeito a utilização de recursos orçamentários na construção de infraestrutura de longo prazo. Em 2011 a participação percentual do gasto em investimento atingiu somente 1,61% das receitas correntes, com uma boa evolução para 8,63% em 2012, porém voltou a cair significativamente para 2,48% em 2013, apesar na receita aumentado de ISS.

A tabela a seguir, apresenta a evolução das Receitas Correntes, das Receitas Tributárias e dos gastos em Investimento.

Tabela 7.35: Evolução das receitas correntes, receitas próprias e investimento (R\$)

<b>Ano</b>	<b>Receitas correntes</b>	<b>Receitas Tributárias</b>	<b>%</b>	<b>Despesa com Investimento</b>	<b>%</b>
2008	202.387.144,85	9.996.312,45	4,94	29.838.131,50	14,74
2009	220.388.521,42	10.377.567,13	4,71	15.432.738,29	7,00
2010	280.281.376,91	11.708.961,13	4,18	12.595.521,76	4,49
2011	347.948.935,34	19.770.754,11	5,68	5.595.237,71	1,61
2012	355.674.626,00	42.746.851,40	12,02	30.696.289,10	8,63

2013      364.318.191,90      43.319.199,10    11,89    9.024.821,10    2,48  
 Fonte: STN

A participação percentual das receitas tributárias nas receitas correntes segue o baixo padrão da região, porém já verifica-se um aumento importante no valor absoluto em função dos serviços prestados nas obras do porto do Açú. Evidente que as perspectivas de crescimento das receitas próprias com o início do processo de operação das atividades do complexo portuário são extremamente positivas. O investimento público, por sua vez, declina fortemente ao longo do período, com um ponto de recuperação em 2012 que não se sustentou. Depois de ter alcançado 14,74% das receitas correntes em 2008, chegou a 1,61% em 2011, avançou para 8,63% em 2012 e voltou a cair para 2,48% em 2013. Esse quadro é preocupante para uma cidade que é sede de um dos maiores empreendimentos portuários do Brasil. A expectativa é de sofrerá um substancial aumento populacional que exercerá uma forte pressão na estrutura de serviços públicos.

### **Análises consolidadas na região Norte Fluminense**

A seguir, são sistematizadas análises envolvendo a participação relativa das receitas tributárias e gastos em investimento, em relação às receitas correntes, para cada município da região. A participação relativa das receitas de royalties também é analisada para os municípios produtores de petróleo.

Tabela 7.36: Percentual das Receitas Tributárias em relação às Receitas Correntes

<b>Municípios</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Campos dos Goytacazes	4,96	6,14	6,93	7,67	7,66	9,05
Carapebus	2,19	2,37	1,97	3,01	2,93	n/d
Cardoso Moreira	2,07	2,23	2,55	2,96	3,37	n/d

Conceição de Macabu	3,47	4,06	3,25	3,67	3,88	n/d
Macaé	21,50	27,59	25,33	26,70	29,26	32,94
Quissamã	3,45	2,59	2,89	3,93	3,89	n/d
São Fidélis	4,02	4,69	4,53	4,73	4,89	5,98
São Francisco de Itabapoana	3,95	3,85	4,32	3,83	3,51	n/d
São João da Barra	4,94	4,71	4,18	5,68	12,02	11,89

Fonte: STN

Os percentuais dispostos na tabela indicam a proporção das receitas tributárias ou receitas próprias dos municípios em relação às receitas correntes, nos anos de 2008 a 2013. *"Os municípios classificados como n/d não disponibilizaram a contabilidade na Secretaria do Tesouro Nacional"*.

É muito importante que essa proporção tenha uma trajetória de crescimento, já que tal situação representa maior autonomia orçamentária. Quer dizer que o município está gerando mais receitas próprias por conta de uma melhor dinâmica do seu sistema econômico e, portanto, depende cada vez menos das transferências institucionais. No caso dos produtores de petróleo esta transferência é um grande risco, já que se trata de uma indenização com característica finita.

Observe que Macaé se destaca na tabela. A participação percentual da receita tributária em 2008 de 21,50% das receitas correntes, aumenta para 27,59% em 2009. Em 2010, sofre uma leve queda para 25,33%, voltando a melhorar a sua condição em 2011 quando atingiu 26,70%. Nos anos de 2012 e 2013 a evolução é bem favorável para o município. De qualquer forma, o percentual de participação médio das receitas próprias em Macaé é pujante, justificado pelo grande número de empresas que formam uma importante cadeia produtiva no setor de petróleo.

Campos dos Goytacazes, apesar da participação relativa abaixo de Macaé, vem melhorando esse indicador gradativamente. Em 2008 exibiu uma participação 4,96% que avançou para 6,14% em 2009, avançou para 6,93% em 2010 e para 7,67% em 2011. Em 2012 mantém o mesmo patamar para avançar em 2013, apesar do número ainda parcial. Há de se considerar um importante esforço endógeno no município na indução à formalização de empresas, além

de disponibilizar um importante instrumento para financiar projetos produtivos, com recursos dos royalties.

São João da Barra também merece destaque já que, como sede do porto do Açú, se beneficia da presença de importantes empresas em seu território que estão envolvidas no empreendimento do porto do Açú. A importância relativa dessa receita é baixa, porque o peso dos royalties é muito significativo no orçamento. Porém o crescimento absoluto é evidente: R\$ 2,0 milhões em 2006; R\$3,0 milhões em 2007; R\$9,9 milhões em 2008; R\$10,3 milhões em 2009; R\$11,7 milhões em 2010 e R\$19,7 milhões em 2011; R\$33,0 milhões em 2012 e R\$41,9 milhões em 2013.

Na tabela a seguir, são apresentados os percentuais dos gastos em investimento em relação as receitas correntes.

Tabela 7.37: Percentual de Investimento em relação as Receitas Correntes

<b>Municípios</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Campos dos Goytacazes	18,15	6,43	23,02	17,07	17,01	16,84
Carapebus	7,07	1,8	3,01	5,37	4,52	n/d
Cardoso Moreira	13,06	4,78	11,52	3,64	5,14	n/d
Conceição de Macabu	11,37	6,41	6,39	5,21	3,77	n/d
Macaé	7,46	12,99	9,78	6,10	6,37	3,04
Quissamã	17,29	5,30	3,57	3,98	7,54	n/d
São Fidélis	11,03	2,05	7,33	0,79	4,30	3,33
São F Itabapoana	3,58	1,76	1,91	1,27	1,78	n/d
São João da Barra	14,74	7,00	4,49	1,61	8,63	2,48

Fonte: STN

Na gestão das despesas de investimento, sobressai o município de Campos dos Goytacazes que apresenta um nível de investimento diferenciado na região. Em 2008, o comprometimento das receitas correntes com investimento alcançou 18,15%, caindo em 2009 para 6,43%. Em 2010, entretanto, foi verificado uma recuperação e o índice saltou para 23,02%, fechando 2011 com uma participação percentual de 17,07% das receitas

orçamentárias. Nos de 2012 e 2013 o é mantido o padrão elevado de investimento.

O município de Macaé apresenta uma gestão do investimento em um padrão abaixo de Campos, porém superior aos outros municípios da região. Com uma taxa média de investimento próxima dos 8% das receitas correntes, o município, juntamente com Campos, se distancia dos outros municípios na região.

Um destaque negativo na gestão do investimento é São João da Barra. Município produtor de petróleo e sede do porto do Açú apresenta uma grande dificuldade em usar recursos orçamentários em investimento. A trajetória da taxa de investimento é declinante, saindo de 14,74% em 2008 para fechar o ano de 2011 com uma taxa de 1,61%. O crescimento da taxa em 2012 não se manteve em 2013.

A seguir, é apresentado o nível de dependência orçamentária dos municípios produtores de petróleo às receitas de royalties.

Tabela 7.38: Participação percentual das Receitas de Royalties em Relação as Receitas Correntes.

<b>Municípios</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Campos dos Goytacazes	70,00	68,88	57,74	56,70	54,99	58,55
Carapebus	49,62	41,30	45,47	43,59	40,13	n/d
Macaé	43,44	30,26	32,13	29,59	27,20	26,45
Quissamã	63,59	51,89	44,62	39,83	40,88	n/d
São João da Barra	72,93	71,95	72,52	70,49	62,80	62,43

Fonte: STN

Segundo a tabela acima, São João da Barra apresenta o maior nível de dependência orçamentária às rendas de royalties. Apesar da leve queda em 2001, a média de dependência em torno dos 70% é preocupante para um cenário de mudanças na forma de distribuição dessa indenização.

Campos dos Goytacazes aparece abaixo de São João da Barra e acima dos outros municípios produtores com uma media em torno de 60%.

Macaé apresenta a melhor situação, já que consolidou uma importante estrutura de receitas próprias. A cadeia produtiva do petróleo sediada no município garante certa autonomia orçamentária que é única na região.

O município de Carapebus apresenta frágil autonomia orçamentária, já que o grau de dependência em relação as transferências constitucionais é elevada, implicando em dificuldades para estruturar suas atividades de base.

Já Quissamã vem imprimindo uma trajetória de queda sistemática no grau de dependência orçamentária as rendas de petróleo. Em 2008 a dependência representava 63,59%, caindo para 40,88% em 2012.

## CAPÍTULO 8

### PERSPECTIVA REGIONAL

Depois de amargar um longo período de perda de participação do Produto Interno Bruto – PIB e do emprego no contexto do país, surgem expectativas otimistas sobre uma possível reação da economia do estado do Rio de Janeiro, dado os substanciais investimentos privados nos setores de petróleo e infraestrutura portuária. A nossa visão entretanto, é de cautela, já que a conjuntura recente deixa dúvidas sobre um processo real de evolução mais sustentável com reflexos mais distributivos.

Parece ainda assombrar o acidente histórico representado pela transferência da capital do Brasil, do Rio de Janeiro para Brasília em 1960, que tirou a condição do estado de sede de importantes órgãos públicos e privados, fato que consolidou a fuga de investimentos e seus reflexos no nível de emprego e renda no estado.

A evolução do PIB entre 1970 a 2008 apresentou a pior evolução econômica no cenário das unidades federativas brasileiras, registrando uma perda de participação relativa em torno de 32,2%. A mesma tendência foi verificada na trajetória do emprego formal que apresentou um crescimento de 52,6% no período de 1985 a 2010, enquanto o crescimento no país foi de 115,1%, ou seja, mais do dobro.

Entretanto, no período mais recente de 2003 a 2011, observa-se uma variação anual de aceleração e desaceleração do emprego na atividade industrial em relação ao emprego total no estado. Comparando com o mesmo indicador do país, apesar de ter uma participação inferior, pode-se observar que o estado foi menos impactado no período analisado, inclusive passando melhor pela crise financeira de 2008 dos Estados Unidos.

Assim, observamos que em 2009, enquanto os reflexos da crise castigaram fortemente o emprego na indústria brasileira, cuja participação despencou de 12,30% no ano anterior para 1,09% em 2009, no estado do Rio

esta taxa caiu de 11,95% para 6,29%, se recuperando em 2010 e voltando a cair em 2011.

Já na comparação entre a participação do emprego no setor de serviços com o emprego total, o estado apresentou taxas de participação mais robustas do que as taxas do país. Em 2009, o estado apresentou a maior participação no período analisado. O emprego no setor de serviços representou 61,42% do emprego total que declinou para 55,28% em 2010 e 51,11% em 2011.

A dinâmica mais acentuada nesse setor está relacionada aos investimentos que vem sendo realizados no estado nos últimos anos. Fundamentalmente, os investimentos nos setores de petróleo e infraestrutura portuária, que vêm contribuindo para a desconcentração econômica da região metropolitana para o interior, gerando expectativas extremamente positivas para o crescimento econômico regional.

Porém, nos anos de 2012 e 2013, a conjuntura econômica estadual deu sinais de retrocesso, especialmente na atividade industrial, onde registrou uma queda de 5,6% em 2012, com relação a 2011, e uma queda de 3,7% no quarto trimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012.

A movimentação do emprego no Estado nesses dois anos, seguiu a mesma trajetória de dificuldade da atividade industrial. Em 2012, o saldo de emprego gerado desacelerou 37,17% na comparação com o resultado de 2011. Evidente que este fato não foi localizado, já que o país também apresentou uma forte desaceleração da ordem de 44,56% neste mesmo ano. Em 2013, entretanto, o nível de desaceleração no estado de 39,73% em relação a 2012, foi maior do que no país, onde foi registrado um nível de desaceleração da ordem de 15,84% em relação ao ano anterior.

Na região Norte Fluminense, desconsiderando o setor petrolífero já consolidado, o investimento mais avançado é o porto do Açú que está localizado em São João da Barra, com registro de gastos no período de construção, que já dura seis anos e meio, em torno de R\$ 5,5 bilhões, segundo o grupo empreendedor. Trata-se de um Terminal Portuário de Uso Misto da LLX, empresa do grupo EBX, cuja fase de construção teve início em setembro de 2007, com previsão para início das operações em 2014, depois de algumas alterações no calendário. O porto está instalado em uma grande área industrial

de 7.800 hectares e tem como expectativa a atração de diversos tipos de indústrias, podendo se configurar no maior terminal portuário privativo do país.

A projeção inicial, interrompida pela crise do grupo X, indicava a instalação de um “Distrito Industrial” de 90 K2, compreendendo aproximadamente 20% da área física do município. Para esta estrutura era esperada a vinda de diversas plantas industriais como energia, construção naval, siderurgia, veículos automotores, etc., com investimentos de R\$ 40 bilhões em 15 anos. Muitos desses projetos foram abortados pela crise internacional e pela culminância da crise de confiança do grupo X no mercado acionário. A crise, especialmente, nas empresas de petróleo e construção naval do grupo, forçaram o desenho de uma nova configuração dos projetos no porto do Açú. As estratégias foram redirecionadas visando priorizar a finalização das obras do porto, propriamente dito, de forma a viabilizar o escoamento de minério, e uma segunda vertente que foca o planejamento de atividades de apoio ao setor de petróleo.

Outro projeto importante está localizado entre os municípios de Campos dos Goytacazes e Quissamã. Trata-se do Complexo Logístico e industrial Farol-Barra do Furado. Para o complexo, o orçamento inicial era em torno de R\$ 175 milhões de recursos públicos do consórcio intermunicipal formado pelos dois municípios, sendo 70% de Campos e 30% de Quissamã. Estes recursos foram destinados para construção da casa de bombas, píer, base da estrutura do sistema send by pass (transpasse de areia de Campos para Quissamã), e a estrutura do sistema.

Para o empreendimento, também foram previstos R\$ 50 milhões do governo federal, destinados para boa parte da dragagem do Canal das Flechas e R\$ 20 milhões do governo estadual, para utilização na extensão do mole sul. O empreendimento está sendo construído pelo Consórcio Terra e Mar, formado pelas empresas Odebrecht, OAS e Queiróz Galvão. Noventa por cento da atividade portuária está voltada para o comércio internacional.

Em Presidente Kennedy, no Espírito Santo, existe um projeto para construção de um porto que será construído pelo consórcio envolvendo o grupo Anglo Ferrous e o Estado do Espírito Santo. O investimento estimado é da ordem de R\$ 2,7 bilhões para o empreendimento de três usinas de pelletização na retro área, com o objetivo de exportar minério de ferro sob a forma de pelotas.

Segundo estudos da FIRJAN, no período de 2014 a 2016, os recursos destinados para o Estado do Rio de Janeiro somam o montante de R\$ 235,6 bilhões de investimento públicos e privados em diferentes setores de atividades. Deste montante, 60,7% são destinados para petróleo e gás, 17,2% indústria de transformação, 16,1% infraestrutura, 4,2% instalação de olimpíadas, 1,5% turismo e 0,3% outras. A região Norte Fluminense como berço do petróleo no país, além de sede de importantes projetos de infraestrutura portuária terá uma participação importante nesses investimentos.

Este cenário é o responsável pela grande expectativa de transformação econômica do estado e da região Norte Fluminense. As lideranças políticas e empresariais acreditam que os investimentos previstos e em andamento possam interromper o ciclo de fragilidade econômica.

Fundamentalmente, olhando para a região Norte Fluminense, esse esperado ciclo de mudanças, exige uma preocupação fundamental. Trata-se de investimentos exógenos, norteados por atividades sofisticadas, baseados em recursos naturais e assentados em uma região muito frágil, em termos de infraestrutura social e econômica. Especialmente em São João da Barra, sede do porto do Açú, existe carência de mão de obra especializada, baixa competência empresarial, fraco padrão de relações sociais, baixo nível de investimento público e forte dependência dos atores e agentes econômicos a figura do poder público constituído.

Neste caso, algumas perguntas precisam ser respondidas como base de um melhor entendimento sobre as reais possibilidades de avanço regional. Naturalmente em direção a um estágio de desenvolvimento que seja sustentável e com capacidade de inclusão social.

Assim, uma primeira pergunta seria: *o ambiente local/regional apresenta competências para reagir à intervenção exógena?*

Uma segunda pergunta seria: *o investimento privado vai garantir uma maior dinâmica econômica local/regional?*

Uma terceira pergunta seria: *a implementação do projeto vai permitir melhoria socioeconômica para a população?*

Uma quarta pergunta seria: *existe a possibilidade de ocorrência de desenvolvimento econômico local/regional empurrado por investimentos exógenos?*

As respostas a essas perguntas podem auxiliar, de sobremaneira, na avaliação mais aprofundada do momento econômico regional. Acreditamos que a sistematização dos dados e as análises apresentados na presente contribuição, possam representar um instrumento importante nesse propósito.

Ainda visando contribuir nesse sentido, estamos trabalhando com um viés metodológico que integra a investigação dos documentos de impactos ambiental e socioeconômicos; o resgate da história local e a análise dos indicadores econômicos recentes, de maneira a confirmar ou não as expectativas consideradas pelos empreendedores, governo e sociedade.

O apoio da pesquisa científica, concedendo o suporte técnico da teoria marshalliana de desenvolvimento econômico, tem possibilitado trabalhos importantes na forma de monografia e dissertação de mestrado no curso de Engenharia de Produção da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, além de artigos publicados em anais de congressos com resultados que contrariam as expectativas positivas consideradas. No ambiente sócio cultural, do território em torno do porto do Açú, afloram a ausência de regras, o baixo grau de civismo, a dificuldade de cooperação e reciprocidade e o baixo senso de pertencimento, o que representa um grande problema à possibilidade de inserção deste território no processo de transformação. Este empreendimento, por sua vez, evolui à luz da coordenação de mercado, cujas imperfeições afetam de sobremaneira os grupos mais enfraquecidos competitivamente.

A nossa percepção é de que a possibilidade real de inserção só se viabilizará através de um processo de coordenação institucional, que exige exatamente os fundamentos ausentes no território. A integração universidade – governo e sistema econômico se constitui no modelo capaz de formular estratégias endógenas para o fortalecimento socioeconômico do território. Para fortalecer a ideia proposta, indicações importantes a esse respeito, estariam na ótica da reflexão sobre o papel do governo, das organizações não governamentais, e da universidade. A nossa expectativa é de que esses agentes e atores se conscientizem da responsabilidade de condução de um processo de governança institucional. Este, por sua vez, deve reunir as competências essenciais para formulação das ações indutoras de maior condição competitiva regional, perante esse momento tão importante.



## **Lista de figuras**

### **Capítulo 1**

Figura 1.1: Taxa de crescimento do PIB real da economia brasileira

Figura 1.2: Formação Bruta do Capital Fixo (% PIB)

Figura 1.3: Participação do PIB do estado no PIB do país

Figura 1.4: Participação do emprego na indústria no emprego total

Figura 1.5: Participação do emprego no setor serviço no emprego total

Figura 1.6: Principais investimentos no estado do Rio de Janeiro organizados por setor (bilhões de R\$)

### **Capítulo 2**

Figura 2.1: Distribuição percentual da população na região – estimativa 2013

Figura 2.2: Distribuição percentual do PIB na região Norte Fluminense em 2011

Figura 2.3: PIB per capita nos municípios da região Norte Fluminense em 2011

Figura 2.4: Trajetória do PIB a preços correntes (em R\$ bilhões)

Figura 2.5: Evolução do real do PIB em Campos dos Goytacazes

Figura 2.6: Trajetória do PIB a preços correntes em Carapebus (milhões R\$)

Figura 2.7: Evolução do PIB real em Carapebus

Figura 2.8: Trajetória do PIB a preços correntes (milhões R\$)

Figura 2.9: Evolução do PIB real em Cardoso Moreira

Figura 2.10: Trajetória do PIB a preços correntes em Conceição de Macabu (milhões R\$)

Figura 2.11: Evolução do PIB real em Conceição de Macabu

Figura 2.12: Trajetória do PIB a preços correntes (bilhões R\$)

Figura 2.13: Evolução do PIB real em Macaé

Figura 2.14: Trajetória do PIB a preços correntes em Quissamã (milhões R\$)

Figura 2.15: Evolução do PIB real em Quissamã

Figura 2.16: Trajetória do PIB a preços correntes em São Fidélis (milhões R\$)

Figura 2.17: Evolução do PIB real em São Fidélis

Figura 2.18: Trajetória do PIB a preços correntes em São F de Itabapoana (milhões R\$)

Figura 2.19: Evolução do PIB real em São Francisco do Itabapoana

Figura 2.20: Trajetória do PIB a preços correntes (em R\$ milhões)

Figura 2.21: Evolução do PIB real em São João da Barra

### **Capítulo 3**

Figura 3.1: Participação percentual da cana-de-açúcar na lavoura temporária

Figura 3.2: Participação percentual no total da área colhida e valor da agricultura temporária na RNF em 2012

### **Capítulo 4**

Figura 4.1: Evolução do IPM-ICMS em Campos dos Goytacazes

Figura 4.2: Valor Adicionado em Carapebus

Figura 4.3: Evolução do IPM-ICMS em Carapebus

Figura 4.4: Valor Adicionado em Cardoso Moreira

Figura 4.5: Evolução do IPM-ICMS em Cardoso Moreira

Figura 4.6: Valor Adicionado em Conceição de Macabu

Figura 4.7: Evolução do IPC-ICMS de Conceição de Macabu

Figura 4.8: Evolução do IPM-ICMS em Macaé

Figura 4.9: Evolução do IPM-ICMS em Quissamã

Figura 4.10: Valor Adicionado em São Fidélis

Figura 4.11: Evolução do IPM-ICMS em São Fidélis

Figura 4.12: Valor Adicionado em São Francisco de Itabapoana

Figura 4.13: Evolução do IPM-ICMS em São Francisco de Itabapoana

Figura 4.14: Valor Adicionado em São João da Barra

Figura 4.15: Evolução do IPM-ICMS em São João da Barra

Figura 4.16: Evolução dos preços do açúcar em bruto no exterior

Figura 4.17: Evolução dos preços do açúcar no comércio internacional

### **Capítulo 5**

Figura 5.1: Evolução do emprego formal na região Norte Fluminense

Figura 5.2: Trajetória do saldo do emprego formal em Campos dos Goytacazes

Figura 5.3: Evolução do saldo de emprego formal em Carapebus

Figura 5.4: Evolução da trajetória do saldo de emprego formal em Cardoso Moreira

Figura 5.5: Evolução da trajetória do emprego formal em Conceição de Macabu

Figura 5.6: Evolução do emprego formal em Macaé

Figura 5.7: Evolução do emprego formal em Quissamã

Figura 5.8: Evolução do emprego formal em São Fidélis em 2012

Figura 5.9: Evolução do emprego formal em São Francisco de Itabapoana

Figura 5.10: Evolução do saldo de emprego formal em São João da Barra

## **Capítulo 6**

Figura 6.1: Índice de Preços de Mercado – IGP-M

Figura 6.2: Variação percentual das operações de crédito na região Norte Fluminense

Figura 6.3: variação percentual dos depósitos a vista do setor privado

Figura 6.4: variação percentual dos depósitos de poupança

Figura 6.5: variação percentual dos depósitos a prazo

Figura 6.6: variação percentual dos depósitos a prazo

## **Lista de tabelas**

### **Capítulo 1**

Tabela 1.1: Resultado da Balança Comercial do Brasil em US\$ bilhões

### **Capítulo 2**

Tabela 2.1: Composição do PIB a preços correntes em 2011 no município de Campos dos Goytacazes (em 1.000 R\$)

Tabela 2.2: Composição do PIB a preços correntes em 2011 no município de Carapebus (em 1.000 R\$)

Tabela 2.3: Composição do PIB a preços correntes em 2011 no município de Cardoso Moreira (em 1.000 R\$)

Tabela 2.4: Composição do PIB a preços correntes em 2011 no município de Conceição de Macabu (em 1.000 R\$)

Tabela 2.5: Composição do PIB a preços correntes em 2011 no município de Macaé (em 1.000 R\$)

Tabela 2.6: Composição do PIB a preços correntes em 2011 no município de Quissamã (em 1.000 R\$)

Tabela 2.7: Composição do PIB a preços correntes em 2011 no município de São Fidélis (em 1.000 R\$)

Tabela 2.8: Composição do PIB a preços correntes em 2011 no município de São Francisco de Itabapoana (em 1.000 R\$)

Tabela 2.9: Composição do PIB a preços correntes em 2009 no município de São João da Barra (em 1.000 R\$)

Tabela 2.10: Participação relativa do PIB nominal em 2011

### **Capítulo 3**

Tabela 3.1: Área colhida em hectare em fevereiro no Estado do Rio de Janeiro

Tabela 3.2: Produção no estado do Rio de Janeiro, mês de referencia fevereiro

Tabela 3.3: Área colhida e valor da produção na região Norte Fluminense em 2012

Tabela 3.4: Rendimento em reais por hectare na região Norte Fluminense em 2012

Tabela 3.5: Evolução da cultura temporária na região Norte Fluminense

Tabela 3.6: Evolução da cultura permanente na região Norte Fluminense

Tabela 3.7: Área colhida em hectare de lavoura temporária em Campos dos Goytacazes

Tabela 3.8: Área colhida em hectare de lavoura permanente em Campos dos Goytacazes

Tabela 3.9: Área colhida em hectare de lavoura temporária em Carapebus

Tabela 3.10: Área colhida em hectare de lavoura permanente em Carapebus

Tabela 3.11: Área colhida em hectare de lavoura temporária em Cardoso Moreira

Tabela 3.12: Área colhida em hectare de lavoura permanente em Cardoso Moreira

Tabela 3.13: Área colhida em hectare de lavoura temporária em Conceição de Macabu

Tabela 3.14: Área colhida em hectare de lavoura permanente em Conceição de Macabu

Tabela 3.15: Área colhida em hectare de lavoura temporária em Macaé

Tabela 3.16: Área colhida em hectare de lavoura permanente em Macaé

Tabela 3.17: Área colhida em hectare de lavoura temporária em Quissamã

Tabela 3.18: Área colhida em hectare de lavoura permanente em Quissamã

Tabela 3.19: Área colhida em hectare de lavoura temporária em São Fidélis

Tabela 3.20: Área colhida em hectare de lavoura permanente em São Fidélis

Tabela 3.21: Área colhida em hectare de lavoura temporária em São Francisco de Itabapoana

Tabela 3.22: Área colhida em hectare de lavoura permanente em São Francisco de Itabapoana

Tabela 3.23: Área colhida em hectare de lavoura temporária em São João da Barra

Tabela 3.24: Área colhida em hectare de lavoura permanente em São João da Barra

#### **Capítulo 4**

Tabela 4.1: Valor Adicionado nos municípios da região Norte Fluminense

Tabela 4.2: Valor Adicionado nos municípios da região Norte Fluminense

Tabela 4.3: Valor Adicionado nos municípios da região Norte Fluminense

Tabela 4.4: Evolução do Valor Adicionado em bilhões de reais

Tabela 4.5: Evolução do Valor Adicionado em Macaé (R\$ bilhões)

Tabela 4.6: Evolução do Valor Adicionado em Quissamã (R\$ bilhões)

Tabela 4.7: Operações de comércio exterior na região Norte Fluminense em 2013 (US\$ FOB)

Tabela 4.8: Operações de comércio exterior na região Norte Fluminense em 2014\* (US\$ FOB)

Tabela 4.9: Exportação de açúcar em bruto em 2013

Tabela 4.10: Evolução dos preços em US\$ /tonelada de açúcar em bruto no comércio exterior

Tabela 4.11: exportação de minério em bruto em 2013

Tabela 4.12: Evolução dos preços de minério no comércio exterior

## **Capítulo 5**

Tabela 5.1: Número de empregos e de estabelecimentos na região Norte Fluminense em 01/01/2014

Tabela 5.2: Evolução do saldo de emprego nos municípios da região Norte Fluminense

Tabela 5.3: Saldo do emprego no primeiro bimestre de 2014 na região Norte Fluminense

Tabela 5.4: Emprego formal em Campos dos Goytacazes

Tabela 5.5: Emprego por setor de atividade no período de janeiro a fevereiro de 2014 em Campos dos Goytacazes

Tabela 5.6: Emprego formal no município de Carapebus no período 2007 a 2013

Tabela 5.7: Saldo do emprego formal no município de Carapebus em 2014

Tabela 5.8: Emprego por setor de atividade no período de janeiro a fevereiro de 2014 em Carapebus

Tabela 5.9: Admissão, desligamento e saldo de emprego em Cardoso Moreira

Tabela 5.10: Saldo do emprego formal no município de Cardoso Moreira em 2014

Tabela 5.11: Emprego por setor de atividade no período de janeiro a julho de 2012 em Cardoso Moreira

Tabela 5.12: Emprego formal no município de Conceição de Macabu

Tabela 5.13: Emprego formal no município de Conceição de Macabu em 2012

Tabela 5.14; Emprego formal no município de Macaé

Tabela 5.15: Admissão, Desligamento e saldo de emprego em Macaé

Tabela 5.16: Emprego por setor de atividade no período de janeiro a fevereiro de 2012 em Macaé

Tabela 5.17: Emprego formal no município de Quissamã

Tabela 5.18: Emprego formal no município de Quissamã em 2014

Tabela 5.19: Emprego por setor de atividade no período de janeiro a julho de 2012 em Quissamã

Tabela 5.20: Emprego formal no município de São Fidélis

Tabela 5.21: Emprego formal no município de São Fidélis em 2014

Tabela 5.22: Emprego por setor de atividade no período de janeiro a fevereiro de 2014 em São Fidélis

Tabela 5.23: Emprego formal no município de São Francisco de Itabapoana

Tabela 5.24: Emprego formal no município de São Francisco de Itabapoana em 2012

Tabela 5.25: Emprego por setor de atividade no período de janeiro a fevereiro de 2014 em São Francisco de Itabapoana

Tabela 5.26: Emprego formal no município de São João da Barra

Tabela 5.27: Emprego formal no município de São João da Barra em 2012

Tabela 5.28: Emprego por setor de atividade no período de janeiro a julho de 2012 em São João da Barra

## **Capítulo 6**

Tabela 6.1: Saldos das operações em dezembro de cada ano

Tabela 6.2: Saldos das operações em dezembro de cada ano em Campos

Tabela 6.3: Saldos das operações em dezembro de cada ano em Carapebus

Tabela 6.4: Saldos das operações em dezembro de cada ano em Cardoso Moreira

Tabela 6.5: Saldos das operações em dezembro de cada ano em Conceição de Macabu

Tabela 6.6: Saldos das operações em dezembro de cada ano em Macaé

Tabela 6.7: Saldos das operações em dezembro de cada ano em Quissamã

Tabela 6.8: Saldos das operações em dezembro de cada ano em São Fidélis

Tabela 6.9: Saldos das operações em dezembro de cada ano em São Francisco de Itabapoana

Tabela 6.10: Saldos das operações em dezembro de cada ano em São João da Barra

Tabela 7.1: Execução Orçamentária no Estado do Rio de Janeiro em 2013 (R\$)

Tabela 7.3: Execução Orçamentária em Campos dos Goytacazes em 2012 (R\$)

Tabela 7.4: Execução Orçamentária em Campos dos Goytacazes em 2013 (R\$)

Tabela 7.5: Evolução das Receitas de Royalties de Petróleo e participações especiais nas Receitas Correntes (R\$)

Tabela 7.6: Evolução das receitas correntes, receitas próprias e investimento (R\$ milhões)

Tabela 7.7: Execução Orçamentária em Carapebus em 2012 (R\$)

Tabela 7.8: Evolução das Receitas de Royalties de Petróleo (em R\$)

Tabela 7.9: Evolução das receitas correntes, receitas próprias e investimento (R\$ milhões)

Tabela 7.10: Execução Orçamentária em Cardoso Moreira em 2012

Tabela 7.11: Evolução das Receitas de Royalties de Petróleo (em R\$)

Tabela 7.12: Evolução das receitas correntes, receitas próprias e investimento (R\$)

7.14: Execução Orçamentária em Conceição de Macabu em 2012

Tabela 7.15: Evolução das Receitas de Royalties de Petróleo (em R\$)

Tabela 7.16: Evolução das receitas correntes, receitas próprias e investimento (R\$)

Tabela 7.18: Execução Orçamentária em Macaé em 2012 (R\$)

Tabela 7.19: Execução Orçamentária em Macaé em 2013 (R\$)

Tabela 7.19: Evolução das Receitas de Royalties de Petróleo (R\$)

Tabela 7.20: Evolução das receitas correntes, receitas próprias e investimento (R\$ mil)

Tabela 7.22: Execução Orçamentária em Quissamã em 2012 ( R\$)

Tabela 7.23: Evolução das Receitas de Royalties de Petróleo (R\$)

Tabela 7.24: Evolução das receitas correntes, receitas próprias e investimento (R\$)

Tabela 7.26: Execução Orçamentária em São Fidélis em 2012 (em R\$)

Tabela 7.27: Execução Orçamentária em São Fidélis em 2013 (em R\$)

Tabela 7.27: Evolução das Receitas de Royalties de Petróleo (em R\$)

Tabela 7.28: Evolução das receitas correntes, receitas próprias e investimento (R\$)

Tabela 7.30: Execução Orçamentária em São Francisco de Itabapoana em 2012 (R\$)

Tabela 7.31: Evolução das Receitas de Royalties de Petróleo (em R\$)

Tabela 7.32: Evolução das receitas correntes, receitas próprias e investimento (R\$)

Tabela 7.33: Execução Orçamentária em São João da Barra em 2012 (R\$)

Tabela 7.34: Execução Orçamentária em São João da Barra em 2013 (R\$)

Tabela 7.34: Evolução das Receitas de Royalties de Petróleo (em R\$)

Tabela 7.35: Evolução das receitas correntes, receitas próprias e investimento (R\$)

Tabela 7.36: Percentual das Receitas Tributárias em relação às Receitas Correntes

Tabela 7.37: Percentual de Investimento em relação as Receitas Correntes

Tabela 7.38: Participação percentual das Receitas de Royalties em Relação as Receitas Correntes.

## BIBLIOGRAFIAS

BC – Banco Central do Brasil <http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
<http://www.ibge.gov.br/home/>

LLX : Grupo EBX <http://www.llx.com.br/cqi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>

OSÓRIO, M. Reflexões sobre o Rio de Janeiro. Revista de Economia Fluminense, CEPERJ. 2011.

RIBEIRO, Alcimar Chagas; A Economia Norte Fluminense: “Análise da Conjuntura e Perspectiva. Primeira edição, Campos dos Goytacazes – 2010.

RIBEIRO, Alcimar Chagas; A Economia Norte Fluminense: “Análise da Conjuntura e Perspectiva. Primeira edição, Campos dos Goytacazes – 2012.

RIBEIRO, Alcimar Chagas; SANTOS, M.W.E. e SOUZA, S.R. Aglomeração Produtiva do Complexo Portuário do Açú: aspectos de sua natureza e perspectivas evolucionárias. XXXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual: Desafios da Engenharia de Produção na Consolidação do Brasil no Cenário Econômico Mundial - Belo Horizonte, MG, Brasil, outubro de 2011.

RIBEIRO, Alcimar Chagas and CARVALHO, Rômulo Rodrigues. What if Royalties run out and how Oil-Producing Municipalities are preparing for it – The case of Brazilian Oil Route. International Conference on Industrial Engineering and Operations Management-ICIEOM 2012. Guimarães, Portugal.

RIBEIRO, A. C. ; MAROUVO, C. C. . Endogenous Money and Regional Development. 1. ed. Saarbrücken: Lambert Academic Publishing, 2013. v. 1. 96p

SEFAZ – Secretaria Estadual de Fazenda do Rio de Janeiro  
<http://www.fazenda.rj.gov.br/portal/index.portal>

STN – Secretaria do Tesouro Nacional <http://tesouro.fazenda.gov.br/>

SANTOS, M.W.E. e SOUSA, S.R. Avaliação das externalidades da aglomeração do Complexo Portuário do Açú e análise de seus indicadores socioeconômicos. Monografia de Graduação, Curso de Engenharia de Produção, Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, 2012.

SICSÚ, J. VIDOTTO, C. (organizadores) Economia do Desenvolvimento – Teoria e Políticas Keynesianas. Elsevier Editora – Rio de Janeiro, 2008.

TCERJ – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

<http://www.tce.rj.gov.br/>

URANI, A. GIAMBIANGI, F. (organizadores) Rio a Hora da Virada. Elsevier Editora – Rio de Janeiro, 2011.

[www.economianortefluminense.blogspot.com](http://www.economianortefluminense.blogspot.com)

## **APRESENTAÇÃO NA ORELHA**

A proposta deste livro, no sentido de sistematizar e analisar indicadores econômicos fundamentais da Região Norte Fluminense, é essencial por conta das reais mudanças que vem ocorrendo no perfil desse espaço territorial. Os vultosos investimentos no município São João da Barra, em função do Complexo Portuário do Açú; a construção em andamento do projeto portuário em Barra do Furado, envolvendo a parceria entre os municípios de Campos dos Goytacazes e Quissamã; o programa de atração de investimentos pelo Fundo de Desenvolvimento de Campos - FUNDECAN e a evolução das descobertas de petróleo na camada pré sal, em decorrência da dinâmica própria do processo de inovação tecnológica da indústria petrolífera na região, demandam dados e análises da conjuntura econômica atual, de maneira que as empresas, governos e diferentes organizações possam conhecer mais amplamente a região e melhorar o seu processo decisório, baseado em informações de qualidade. Trata-se de um trabalho, de certa forma, inédito, já que disponibiliza para os interessados um conjunto de dados econômicos secundários e análises fundamentais para um amplo conhecimento do espaço em discussão.

## **Currículo**

Alcimar das Chagas Ribeiro, é economista, pós-graduado em engenharia econômica, com mestrado e doutorado em Engenharia de Produção. Atuou durante vinte anos no segmento produtivo na gestão de processos gerenciais nas indústrias de bebidas, metalúrgica, revestimento para construção civil e construção naval. Também atuou no sistema financeiro, completando a sua experiência na área acadêmica. Com vinte e oito anos atuando na academia, atualmente exerce o cargo de professor pesquisador da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro em Campos dos Goytacazes e coordena a área de pesquisa classificada como economias de aglomeração. Os trabalhos desenvolvidos nessa linha discutem a organização produtiva, através dos seguintes aspectos: redes de empresas, processo de governança, cooperação e reciprocidade, como fundamentos para o aumento da produtividade e competitividade; além da importância da estrutura de capital social para o desenvolvimento local/regional, aspectos do empreendedorismo, desenvolvimento endógeno, economia solidaria e estudos sobre cadeias produtivas.

## **Publicações do autor**

1. A Economia Norte Fluminense: análise da conjuntura e perspectivas - primeira edição. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2010.
2. A Economia Norte Fluminense: análise da conjuntura e perspectivas - segunda edição. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2012.
3. Competitividade e Cooperação em Aglomerados, Redes e Sistemas de Produção e Inovação no Brasil. In: Vanderli Fava Oliveira; Vagner Cavenaghi; Francisco Soares Másculo. (Org.). Tópicos Emergentes e Desafios Metodológicos em Engenharia de Produção: Casos, Experiências e Proposições. 1ed.Rio de Janeiro: ABEPRO, 2012.
4. Endogenous Money and Regional Development. 1.ed. Saarbrücken - Alemanha: Lambert Academic Publishing, 2013.
5. A Economia Norte Fluminense: análise da conjuntura e perspectivas - terceira edição. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2014.